

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA  
CENTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM GESTÃO  
E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA**

**Josiane Badaró Ferraz**

**A gestão pedagógica na implementação da proposta curricular do Novo  
Ensino Médio na EE Luiz Salgado Lima**

Juiz de Fora

2024

**Josiane Badaró Ferraz**

**A gestão pedagógica na implementação da proposta curricular do Novo  
Ensino Médio na EE Luiz Salgado Lima**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública, da Faculdade de Educação, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Gestão e Avaliação da Educação Pública.

Orientador: Prof. Dr. Thiago Gomes de Almeida

Juiz de Fora

2024

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Ferraz, Josiane Badaró.

A gestão pedagógica na implementação da proposta curricular do Novo Ensino Médio na EE Luiz Salgado Lima / Josiane Badaró Ferraz. -- 2024.

211 p.

Orientador: Thiago Gomes de Almeida

Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação/CAEd. Programa de Pós-Graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública, 2024.

1. Novo Ensino Médio. 2. Implementação. 3. Interdisciplinaridade. 4. Planejamento Coletivo. 5. Pedagogia por projetos. I. Almeida, Thiago Gomes de , orient. II. Título.

**Josiane Badaró Ferraz**

**A gestão pedagógica na implementação da proposta curricular do Novo Ensino Médio na EE Luiz Salgado Lima**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Gestão e Avaliação da Educação Pública. Área de concentração: Gestão e Avaliação da Educação Pública

Aprovada em 02 de dezembro de 2024.

**BANCA EXAMINADORA**

Prof.(a) Dr.(a) Thiago Gomes de Almeida - Orientador  
Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof.(a) Dr.(a) Cristina Sayuri Cortes Ouchi Dusi  
Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof.(a) Dr.(a) Ana Carolina Guedes Mattos  
Escola Hub

Juiz de Fora, 12/11/2024.



Documento assinado eletronicamente por Thiago Gomes de Almeida, Professor(a), em 17/12/2024, às 14:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por Cristina Sayuri Cortes Ouchi Dusi, Diretor(a), em 19/12/2024, às 12:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por Ana Carolina Guedes Mattos, Usuário Externo, em 20/12/2024, às 09:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal do SEI-Ufjf ([www2.ufjf.br/SEI](http://www2.ufjf.br/SEI)) através do ícone Conferência de Documentos, informando o código verificador 2097299 e o código CRC 0FB25

Ao meu amado esposo, Carlos Magno, por me acompanhar nesta jornada e na vida; aos meus estimados pais, José Braz e Dólida, por me ensinarem valiosas lições de vida e sempre apoiarem minha trajetória educacional; às minhas irmãs, Josélia e Josiene, pelas histórias vividas e compartilhadas; e aos meus queridos sobrinhos Maria Rita, Luiz Felipe, Ana Lis e Maria Luiza, que tanto amo.

## AGRADECIMENTOS

A Deus por estar sempre presente em minha vida e me abençoar; sem Ele, este trabalho não teria sido concluído.

À Nossa Senhora Aparecida e à Beata Francisca de Paula de Jesus, “Nhá Chica”, por intercederem por mim junto a Deus nos momentos mais difíceis.

Ao meu esposo, Carlos Magno, aos meus pais, José Braz e Dólida, e às minhas irmãs, Josélia e Josiene, pelo constante apoio ao longo desta jornada.

Aos colegas da turma de mestrado de 2022, pela parceria durante esse período de aprendizado.

À Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais, pelo investimento no curso de formação, e à SRE Leopoldina, pela prontidão em ajudar na parte burocrática necessária para a realização do curso.

À comunidade escolar da EE Luiz Salgado Lima, onde atuo, por possibilitar a execução desta pesquisa, especialmente aos servidores e alunos que gentilmente aceitaram participar.

À equipe do PPGP do CAEd, pelo apoio e pela cordialidade com que nos trataram ao longo deste percurso formativo.

Às ASAs Adriana Moreira dos Santos Ferreira e Marina Furtado Terra, pela paciência e por todas as orientações sempre prestadas de maneira rápida e eficiente.

Ao professor Dr. Thiago Gomes de Almeida, pelas valiosas orientações que enriqueceram esta pesquisa.

Às professoras Dr<sup>a</sup> Elisabeth Gonçalves de Souza e Dr<sup>a</sup>. Ana Carolina Guedes Mattos, pelas importantes contribuições na banca de qualificação.

A todos os professores que fizeram parte da minha trajetória acadêmica, pois sem cada um deles não teria chegado até aqui.

Ensinar não é transferir conhecimento,  
mas criar possibilidades para a sua  
própria produção ou a sua construção.

Paulo Freire

## RESUMO

A presente dissertação foi desenvolvida no âmbito do Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública (PPGP) do Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (CAEd/UFJF). O caso de gestão investiga a gestão pedagógica da proposta curricular do Novo Ensino Médio (NEM) na Escola Estadual Luiz Salgado Lima, situada em Leopoldina, Minas Gerais. O objetivo geral deste trabalho é investigar os problemas de implementação do Novo Ensino Médio na EE Luiz Salgado Lima, identificando causas e possíveis soluções para melhorar o processo de ensino aprendizagem dos educandos. Os objetivos específicos da pesquisa são: descrever os problemas enfrentados pela equipe pedagógica da escola no Ensino Médio no atendimento das alterações curriculares propostas pela Lei 13.415/2017; analisar fatores que interferem na implementação no Novo Ensino Médio na escola; propor estratégias e ações para solucionar os problemas identificados visando melhoria da aprendizagem dos educandos da escola. Para alcançar esses objetivos, a metodologia adotada, de natureza qualitativa, envolveu contato direto e prolongado da pesquisadora com o ambiente investigado. Assim, inicialmente, foi realizado um estudo sobre o processo de implementação do NEM no Brasil, em Minas Gerais e na escola em questão, por meio de pesquisa documental, consultando legislações, documentos e registros arquivados na escola. Em seguida, foi feito um estudo fundamentado em referencial teórico baseado nos trabalhos de autores como Edgar Morin (2000), John Dewey (1897), José Carlos Libâneo (1990), Ivani Catarina Arantes Fazenda (2011), Silvio Donizetti de Oliveira Gallo (1994), Miguel Gonzalez Arroyo (2011) e Maria Elisabette Brisola Brito Prado (2005). Quanto à coleta de dados, foram realizadas entrevistas semiestruturadas individuais com o gestor, o coordenador do Novo Ensino Médio, uma Especialista da Educação, dois professores e dois alunos líderes de turma. A análise e interpretação dos dados obtidos abrangeram a revisão de temas relacionados ao contexto, como o ciclo de políticas, interdisciplinaridade, planejamento coletivo, pedagogia de projetos e formação inicial e continuada dos professores. A pesquisa revelou que os implementadores da política pública não participaram de sua formulação e também não receberam capacitação adequada para executar as propostas. No que diz respeito ao currículo integrado proposto pela política, a equipe pedagógica da escola

enfrenta desafios, como a falta de momentos para reuniões e planejamentos coletivos que permitam o desenvolvimento da interdisciplinaridade. Com base nessa análise, e após a realização da pesquisa de campo, foi elaborado um Plano de Ação Educacional (PAE), que apresenta ações para enfrentar os problemas identificados. As propostas visam à formação continuada dos professores, à criação de espaços para discussões pedagógicas entre a equipe e à elaboração de planejamentos coletivos voltados para a interdisciplinaridade, visando promover um ambiente de aprendizagem que contribua para a elevação dos índices educacionais.

**Palavras-chave:** Novo Ensino Médio. Implementação. Interdisciplinaridade. Planejamento Coletivo. Pedagogia por projetos.

## ABSTRACT

This thesis was developed within the scope of the Graduate Professional Program (PPGP) of the Center for Educational Assessment at the Federal University of Juiz de Fora (CAEd/UFJF). The management case investigates the pedagogical management of the New High School (*Novo Ensino Médio*) (NEM) curricular proposal at the Luiz Salgado Lima State School, in Leopoldina, Minas Gerais. The general objective of this work is to investigate the problems towards implementing the NEM at this School by identifying causes and possible solutions to improve the students' teaching-learning process. The specific objectives are: to describe the problems faced by the school's pedagogical team working directly in High School, in accordance with the curricular changes proposed by Law 13.415/2017; to analyze factors that interfere in the NEM implementation in the School; to propose strategies and actions to solve the problems identified aiming to improve the learning of the School's students. In order to achieve these objectives, the qualitative research methodology hereby adopted involved direct and prolonged contact of the researcher with the environment under investigation. Firstly, a study on the process of implementing NEM in Brazil, in Minas Gerais and in the school under study was carried out through documentary research, legislation consultations, documents and records archived at the School. Subsequently, a study, based on a theoretical framework stemming from the research of authors such as Edgar Morin (2000), John Dewey (1897), José Carlos Libâneo (1990), Ivani Catarina Arantes Fazenda (2011), Silvio Donizetti de Oliveira Gallo (1994), Miguel Gonzalez Arroyo (2011) and Maria Elisabette Brisola Brito Prado (2005), was accomplished. As for data collection, individual semi-structured interviews were conducted with the School manager, the NEM coordinator, an Education Specialist, two teachers and two class representatives. The analysis and interpretation of the data obtained comprised the review of themes related to the context, such as the policy cycle, the interdisciplinarity, the collective planning, the project pedagogy, and the initial and continuing teacher training. The results evinced that the policy implementers did not participate in its formulation and did not receive adequate training to carry out the proposals. Regarding the integrated curriculum proposed by the policy, the School's pedagogical team faces challenges, like the lack of specific time for holding meetings and performing collective planning, which would allow for the development of

interdisciplinarity. According to this analysis and after conducting the field research, an Educational Action Plan (*Plano de Ação Educacional*) (PAE) was developed, which presents actions to address the problems identified. The proposals aim at the continuing training of teachers, the creation of spaces for pedagogical discussions among the team, and the development of collective plans focusing on interdisciplinarity seeking to promote a learning environment that contributes to the improvement of the educational indexes.

**Keywords:** New High School. Implementation. Interdisciplinarity. Collective Planning. Pedagogy by projects.

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Cronograma de formação continuada para implementação do Novo Ensino Médio.....	46
Quadro 2 - Unidades Curriculares dos Itinerários - 1º ano do Ensino Médio (2022) .....	52
Quadro 3 - Estrutura Curricular do Novo Ensino Médio – 1º ano do Ensino Médio (2022).....	53
Quadro 4 - Estrutura Curricular do Novo Ensino Médio com Carga Horária Anual (CHA) – 2023.....	58
Quadro 5 - Organização curricular dos Aprofundamentos com Carga Horária Anual (CHA) - 2023.....	60
Quadro 6 - Reuniões Coletivas – Lei Estadual nº 20.592/2012 e Decreto Lei nº 46.125/2013.....	83
Quadro 7 - Dados das reuniões coletivas no ano de 2022.....	84
Quadro 8 - Formação Continuada oferecidas nos anos de 2021 e 2022.....	90
Quadro 9 - Estrutura Curricular do Novo Ensino Médio – 1º ano do Ensino Médio da EE Luiz Salgado Lima – 2022.....	92
Quadro 10 - Estrutura Curricular do Novo Ensino Médio – 2º ano do Ensino Médio da E. E. Luiz Salgado Lima – CHS/CNT – ano 2023.....	94
Quadro 11 - Estrutura Curricular do Novo Ensino Médio – 2º ano do Ensino Médio da E. E. Luiz Salgado Lima – LGG/MAT/CHS/CNT – ano 2023.....	95
Quadro 12 - Dados dos Planos de Cursos do 1º ano do Ensino Médio – 2022.....	97
Quadro 13 - Dados dos Planos de Cursos do 1º ano do Ensino Médio – 2023.....	103
Quadro 14 - Dados dos Planos de Cursos do 2º ano do Ensino Médio – 2023 ..	108
Quadro 15 - Infraestrutura e recursos pedagógicos para a utilização nas aulas	118
Quadro 16 - Roteiro Quantitativo das Entrevistas.....	145
Quadro 17 - Perguntas do Modelo 5W2H.....	164
Quadro 18 - Passos do Modelo 5W2H.....	165
Quadro 19 - Plano de Ação Educacional – PAE – Modelo 5W2H.....	166
Quadro 20 - Ação 1: Levantamento de temas educacionais para	

capacitações.....	169
Quadro 21 - Proposta de questionário para identificação de demandas.....	170
Quadro 22 - Ação 2: Formação Continuada.....	171
Quadro 23 - Calendário de Capacitações.....	172
Quadro 24 - Ação 3: Informações administrativas e pedagógicas repassadas por aplicativos de conversa e e-mail .....	173
Quadro 25 - Ação 4: Realizar ao menos duas reuniões mensais para planejamento coletivo.....	175
Quadro 26 - Ação 5: Monitoramento e avaliação do PAE.....	176
Quadro 27 - Ficha de Monitoramento e Avaliação das ações do PAE .....	177

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Metas IDEB para o Ensino Médio (2015-2021).....	27
Tabela 2 - Distorção idade/série e matrículas no Ensino Médio (2011-2021) .....	30
Tabela 3 - Taxas de reprovação e abandono do Ensino Médio (2011-2021).....	32
Tabela 4 - Proficiência média para o ensino médio nas avaliações do SAEB no Brasil.....	33
Tabela 5 - Níveis de proficiência de Língua Portuguesa e Matemática.....	34
Tabela 6 - Carga horária mínima anual do Ensino Médio.....	37
Tabela 7 - Infraestrutura disponíveis nas escolas de Ensino Médio de MG.....	50
Tabela 8 - Número de matrículas por turma e turno – Ensino Regular.....	67
Tabela 9 - Número de matrículas por turma e turno – Educação de Jovens e Adultos.....	68
Tabela 10 - Número de servidores/situação funcional.....	71
Tabela 11 - Comparação dos dados percentuais de reprovação Escola-Estado (2017-2022) .....	72
Tabela 12 - Dados percentuais de aprovação, reprovação e abandono Escola – Ensino Médio (2017-2022).....	74
Tabela 13 - Dados percentuais de aprovação, reprovação e abandono Escola por série – Ensino Médio (2017-2022).....	75
Tabela 14 - Proficiência média nas avaliações do SAEB.....	76
Tabela 15 - Número de alunos das turmas do Novo Ensino Médio – Zona Rural .....	80
Tabela 16 - Resultado final dos estudantes do 1º ano do Ensino Médio (2016-2022).....	80
Tabela 17 - Reuniões de Caráter Coletivo realizadas em 2022 .....	89
Tabela 18 - Metodologias de ensino utilizadas nos Conteúdos Curriculares – Itinerários Formativos – 1º ano do Ensino Médio .....	114

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACLTA	Apoio à Comunicação, Linguagem e Tecnologias Assistivas
APAE	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
ASB	Auxiliar de Serviços da Educação Básica
ATB	Assistente Técnico da Educação Básica
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CAEd	Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação
CEB	Câmara de Educação Básica
CHA	Carga Horária Anual
CHS	Ciências Humanas e Sociais Aplicadas
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNT	Ciências da Natureza e suas tecnologias
CONAE	Conferência Nacional de Educação
CONSED	Conselho Nacional dos Secretários Estaduais de Educação
COVID-19	Coronavirus disease 2019
CREI	Centro de Referência em Educação Inclusiva
DCNEM	Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio
DED	Diário Escolar Digital
DIEM	Diretoria de Ensino Médio
EAD	Educação a distância
EE	Escola Estadual
EELSL	Escola Estadual Luiz Salgado Lima
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EM	Exposição de Motivos
EMTI	Ensino Médio em Tempo Integral
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FGB	Formação Geral Básica
FIC	Formação Inicial e Continuada
FIV	Fertilização In Vitro
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

INSE	Índice de Nível Socioeconômico
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LGG	Linguagens e suas tecnologias
LGPD	Lei Geral de Proteção de Dados
MAT	Matemática e suas tecnologias
MEC	Ministério da Educação
MG	Minas Gerais
MP	Medida Provisória
NAE	Núcleo de Acolhimento Educacional
NEM	Novo Ensino Médio
NSE	Nível Socioeconômico
PAE	Plano de Ação Educacional
PCD	Pessoas com deficiência
PDDE	Programa Dinheiro Direto na Escola
PDI	Plano de Desenvolvimento Individual
PL	Projeto de Lei
PNE	Plano Nacional de Educação
PPGP	Programa de Pós-graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública
PROALFA	Programa de Avaliação da Alfabetização
ProBNCC	Programa de Apoio à Implementação da Base Nacional Comum Curricular
PROEB	Programa de Avaliação da Rede Pública de Educação Básica
SAEB	Sistema de Avaliação da Educação Básica
SEE/MG	Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais
SIMADE	Sistema de Gestão Escolar da rede pública estadual de Minas Gerais
SIMAVE	Sistema Mineiro de Avaliação e Equidade da Educação Pública
SNE	Sistema Nacional de Educação
SRE	Superintendência Regional de Ensino
TALE	Termo de Assentimento Livre e Esclarecido
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TDICs	Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação
TICs	Tecnologias da Informação e da Comunicação

UEMG      Universidade do Estado de Minas Gerais  
UFJF      Universidade Federal de Juiz de Fora  
UNICEF    Fundo das Nações Unidas para a Infância

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	18
<b>2</b>	<b>DESCREVENDO O CASO: O NOVO ENSINO MÉDIO E A ESCOLA ESTADUAL LUIZ SALGADO LIMA</b> .....	22
2.1	O ENREDO DA HISTÓRIA: A PARTIR DA CONSTITUIÇÃO DE 1988 ATÉ A LEI 13.415/2017 NO CONTEXTO DA REFORMA CURRICULAR DO ENSINO MÉDIO .....	22
2.2	O CONTEXTO DA IMPLEMENTAÇÃO DO NOVO ENSINO MÉDIO EM MINAS GERAIS .....	43
2.3	A IMPLEMENTAÇÃO DO NOVO ENSINO MÉDIO NA ESCOLA ESTADUAL LUIZ SALGADO LIMA .....	65
<b>2.3.1</b>	<b>A gestão pedagógica na implementação da proposta curricular do Novo Ensino Médio na escola</b> .....	82
<b>3</b>	<b>A IMPLEMENTAÇÃO DA REFORMA DO NOVO ENSINO MÉDIO NO BRASIL: ANALISANDO O CASO A PARTIR DO REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	120
3.1	O CURRÍCULO E NOVO ENSINO MÉDIO NA PROPOSTA DA INOVAÇÃO .....	121
<b>3.1.1</b>	<b>O planejamento coletivo</b> .....	121
<b>3.1.2</b>	<b>A interdisciplinaridade</b> .....	128
<b>3.1.3</b>	<b>A pedagogia por projetos</b> .....	136
3.2	RECURSOS E METODOLOGIA DE PESQUISA DE CAMPO .....	143
3.3	ANÁLISE DAS PERCEPÇÕES DA COMUNIDADE ESCOLAR A RESPEITO DA IMPLEMENTAÇÃO DO NOVO ENSINO MÉDIO .....	146
<b>3.3.1</b>	<b>Percepções sobre Gestão Pedagógica na implementação do Novo Ensino Médio (NEM)</b> .....	147
<b>3.3.2</b>	<b>Percepções sobre a integração curricular na implementação do Novo Ensino Médio (NEM)</b> .....	156
<b>4</b>	<b>PLANO DE AÇÃO EDUCACIONAL</b> .....	164
4.1	AÇÃO 1 - LEVANTAMENTO DE TEMAS EDUCACIONAIS PARA SEREM DESENVOLVIDOS NAS REUNIÕES DE CAPACITAÇÕES DE MÓDULO II .....	169

4.2	AÇÃO 2 – FORMAÇÃO CONTINUADA .....	171
4.3	AÇÃO 3 – INFORMAÇÕES ADMINISTRATIVAS E PEDAGÓGICAS REPASSADAS POR APLICATIVOS DE CONVERSA E E-MAIL .....	173
4.4	AÇÃO 4 – REALIZAR AO MENOS DUAS REUNIÕES MENSAS PARA PLANEJAMENTO COLETIVO .....	174
4.5	AÇÃO 5 – REALIZAR O MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PAE ....	175
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>179</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>182</b>
	<b>ANEXO A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido diretor, especialista da educação e coordenador do NEM .....</b>	<b>194</b>
	<b>ANEXO B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido professor.</b>	<b>196</b>
	<b>ANEXO C – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido/Responsáveis .....</b>	<b>198</b>
	<b>ANEXO D – Termo de Assentimento Livre e Esclarecido/Aluno .....</b>	<b>200</b>
	<b>APÊNDICE A – Roteiro de entrevista para alunos da escola .....</b>	<b>202</b>
	<b>APÊNDICE B – Roteiro de entrevista para Coordenador do Novo Ensino Médio .....</b>	<b>204</b>
	<b>APÊNDICE C – Roteiro de entrevista para Especialista da Educação.....</b>	<b>206</b>
	<b>APÊNDICE D – Roteiro de entrevista para Gestor da escola.....</b>	<b>208</b>
	<b>APÊNDICE E – Roteiro de entrevista para Professores do Novo Ensino Médio.....</b>	<b>210</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Quando a sociedade enfrenta um problema que afeta o interesse público e a coletividade, o Estado costuma implementar ações para solucioná-lo. No caso da educação pública, esse processo de transformações tem ocorrido ao longo dos anos, sempre com o objetivo de melhorar os índices educacionais do país.

Considerando os desafios enfrentados na última etapa da educação básica, como o elevado número de jovens fora da escola – um problema também de ordem social –, as altas taxas de reprovação e abandono, além da baixa proficiência média obtida nas avaliações do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), iniciaram-se, em 2013, debates voltados à reforma do ensino médio. Em 2016, o governo do então presidente Michel Temer instituiu, em caráter de urgência, a Medida Provisória (MP) nº 746/2016, que foi posteriormente convertida na Lei nº 13.415/2017, a qual estabelece a reforma do ensino médio.

Conhecido como Novo Ensino Médio (NEM), essa política pública busca enfrentar os desafios dessa etapa educacional, tendo como um de seus pilares promover maior protagonismo dos jovens em sua própria formação. Assim, nesse modelo, os estudantes podem escolher o percurso formativo que melhor atende a seus interesses e objetivos.

Dentro desse cenário, no ano de 2022, deu-se início à implementação do NEM na Escola Estadual (EE) Luiz Salgado Lima, que se encontra localizada em Leopoldina - MG e atende alunos do bairro onde está situada, de bairros periféricos, do centro e dos distritos do município. De acordo com as respostas do questionário contextual aplicado aos alunos, muitos desses educandos residem em outros bairros, pois 73% dos alunos dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e 57% dos alunos do Anos Finais do Ensino Fundamental e Médio utilizam transporte automotor para irem à escola (Qedu, 2023c).

Atualmente, sou servidora efetiva da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (SEE/MG), lotada na EE Luiz Salgado Lima. Minha trajetória acadêmica começou em 1998, quando concluí o Ensino Médio e o Ensino Médio Normal – Magistério de 1º grau. No ano seguinte, iniciei o curso superior de Ciências com habilitação Matemática, concluído em 2002 pela Faculdade de Ciências e Letras de Cataguases. Em 2005, finalizei uma Especialização Lato-Sensu em

Matemática pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Professora Nair Fortes Abu-Merhy, de Além Paraíba. Mais tarde, em 2008, obtive minha segunda graduação em Pedagogia e, em 2017, concluí mais uma Especialização em Mídias na Educação, ambas pela Universidade Federal de Juiz de Fora.

Em 2002, fui nomeada para o cargo de Assistente Técnico de Educação Básica e, em 2005, assumi o segundo cargo como Professora de Matemática, lecionando principalmente para alunos do Ensino Médio. Em 2011, passei a atuar como vice-diretora, função que desempenhei até 2015. Em 2023, quando completei 21 anos na rede estadual de Minas Gerais, reassumi a função de vice-diretora após sete anos como diretora (01/01/2016 a 01/01/2023).

O presente trabalho surge das inquietações que vivencio como vice-diretora da EE Luiz Salgado Lima, especialmente diante dos desafios enfrentados na implementação do NEM. Assim, por meio deste estudo, busco identificar as causas de tais desafios e as possíveis soluções para aprimorar o processo de ensino aprendizagem dos educandos, além de procurar maneiras de como a equipe pedagógica pode aprimorar a implementação da proposta curricular do NEM na escola. No ano de 2022, durante a implementação das alterações na proposta curricular na EE Luiz Salgado Lima, orientadas pelas diretrizes do NEM, pôde-se observar algumas dificuldades, dentre elas a falta de planejamento coletivo, falta de interdisciplinaridade e contextualização entre os conteúdos ministrados e ausência de capacitação específica para os professores dos itinerários formativos.<sup>1</sup>

Com base nesse contexto, formula-se a seguinte questão de pesquisa: “Como a equipe pedagógica da EE Luiz Salgado Lima pode aprimorar a implementação da proposta curricular do Novo Ensino Médio?” Ao longo do texto, busca-se responder a essa indagação por meio da análise das evidências e do confronto com o referencial teórico que sustenta esta pesquisa.

Isto posto, o objetivo geral desta dissertação é investigar os problemas de implementação do Novo Ensino Médio na EE Luiz Salgado Lima, identificando as causas e as possíveis soluções para melhorar o processo de ensino aprendizagem dos educandos. Além disso, como objetivos específicos da pesquisa constam: (i)

---

<sup>1</sup> Conjunto de situações e atividades educativas que os estudantes podem escolher conforme seu interesse, para aprofundar e ampliar aprendizagens em uma ou mais Áreas de Conhecimento e/ou na Formação Técnica Profissional, com carga horária total mínima de 1.200 horas.

descrever os problemas enfrentados pela equipe pedagógica na EE Luiz Salgado Lima no Ensino Médio no atendimento às alterações curriculares propostas pela Lei nº13.415/2017; (ii) analisar fatores que interferem na implementação no Novo Ensino Médio na EE Luiz Salgado Lima; (iii) propor estratégias e ações para solucionar os problemas identificados, visando à melhoria da aprendizagem dos educandos da EE Luiz Salgado Lima.

Para tanto, foi realizada, inicialmente, análise documental das normativas federais e estaduais, bem como em documentos da escola que nos auxiliassem a compreender a implementação do NEM, aliada à revisão de literatura sobre a temática. Em momento posterior, foi realizada pesquisa de campo por meio de entrevistas semiestruturadas individuais com professores, alunos, especialista da educação, coordenador do Novo Ensino Médio e gestor escolar.

Diante do exposto, o presente trabalho está estruturado em cinco capítulos, sendo o primeiro esta introdução. O segundo capítulo aborda os desafios enfrentados pela equipe pedagógica da EE Luiz Salgado Lima para implementar as alterações curriculares propostas pela Lei nº13.415/2017. Para isso, é apresentado um panorama histórico da legislação, a partir da Constituição de 1988, seguido da discussão da proposta da Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais, além da apresentação da estrutura física, dos agentes envolvidos na implementação da Reforma do Novo Ensino Médio na escola em questão e dos desafios que a equipe escolar tem encontrado para efetivá-la.

O terceiro capítulo se concentra na análise dos desafios da gestão pedagógica em relação à implementação da nova proposta curricular do Ensino Médio. Para embasar essa discussão, recorreremos aos trabalhos de autores como Edgar Morin (2000), John Dewey (1897), José Carlos Libâneo (1990), Ivani Catarina Arantes Fazenda (2011), Silvio Donizetti de Oliveira Gallo (1994), Miguel Gonzalez Arroyo (2011), e Maria Elisabette Brisola Brito Prado (2005). A análise visou estabelecer conexões entre o novo ensino médio, o planejamento coletivo, a interdisciplinaridade e a pedagogia de projetos. Também neste capítulo são apresentados o delineamento metodológico e a análise dos dados à luz do referencial teórico.

No quarto capítulo, são apresentadas propostas para o Plano de Ação Educacional (PAE), com foco na formação continuada e no planejamento coletivo

das atividades pedagógicas. O desenvolvimento dessas propostas está estruturado em cinco ações a serem implementadas ao longo do ano letivo de 2025.

Entre as ações propostas, temos o levantamento de temas relevantes pelos educadores, com o objetivo de oferecer capacitações por meio de formações continuadas, realizadas durante as reuniões de módulo II. Para otimizá-las, sugere-se a transferência de avisos administrativos e pedagógicos para meios eletrônicos, como e-mails e aplicativos de conversas.

Outra medida prevista é a destinação de duas reuniões mensais para o planejamento coletivo entre os professores, favorecendo a troca de ideias e o alinhamento das práticas pedagógicas. Por fim, propõe-se a avaliação e o monitoramento contínuos do PAE, possibilitando ajustes necessários para aprimorar sua execução.

Para finalizar, no quinto capítulo são apresentadas as considerações finais, que destacam as conclusões obtidas com a pesquisa. Entre os principais pontos, ressalta-se o caráter pouco democrático da Lei nº 13.415/2017, uma vez que ela foi proposta por meio da Medida Provisória nº 746/2016, e a formação insuficiente dos profissionais responsáveis pela implementação dessa política pública. Também se identifica um obstáculo significativo à adoção de um currículo interdisciplinar e contextualizado: a falta de tempo disponível para os professores realizarem o planejamento coletivo. Esse problema decorre do fato de que momentos dedicados às reuniões coletivas têm sido consumidos por questões burocráticas.

## **2 DESCRREVENDO O CASO: O NOVO ENSINO MÉDIO E A ESCOLA ESTADUAL LUIZ SALGADO LIMA**

Este capítulo propõe descrever os problemas enfrentados pela equipe pedagógica da EE Luiz Salgado Lima no Ensino Médio no atendimento às alterações curriculares propostas pela Lei nº13.415/2017. Assim, na primeira seção, abordaremos os textos normativos de âmbito nacional relacionados à educação.

A segunda seção traz a proposta apresentada pela Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais, através das Diretrizes Curriculares, para implementação do Novo Ensino Médio nas turmas de 1º ano em 2022, Resolução SEE/MG nº 4.657/2021, Resolução SEE/MG nº 4.777/2022 e Diretrizes para implementação dos Itinerários Formativos de aprofundamento nas áreas do conhecimento para o 2º ano do ensino médio 2023.

Por fim, a terceira seção apresenta a estrutura física da EE Luiz Salgado Lima e os sujeitos envolvidos: a direção, o especialista da educação e o coordenador do Novo Ensino Médio, o corpo docente, os alunos e a família, além de como a escola implementou o Novo Ensino Médio a partir de 2022.

### **2.1 O ENREDO DA HISTÓRIA: A PARTIR DA CONSTITUIÇÃO DE 1988 ATÉ A LEI Nº13.415/2017 NO CONTEXTO DA REFORMA CURRICULAR DO ENSINO MÉDIO**

Nesta primeira seção discutiremos textos normativos no âmbito da educação, no nível de Ensino Médio, a partir da Constituição Federal de 1988. Depois passaremos à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96), Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM), Base Nacional Comum Curricular (BNCC), Plano Nacional de Educação (PNE) no que tange ao Ensino Médio, Lei nº13.415/2017 e ainda a Lei nº14.945/2024, que regula atualmente essa modalidade de ensino. Procuraremos mostrar brevemente como a atual política pública se configurou nacionalmente.

O Ensino Médio no Brasil tem passado por transformações significativas ao longo dos anos. Para compreender melhor essa evolução, é importante contextualizar as mudanças que ocorreram desde a promulgação da Constituição de

1988 até a implementação da Lei nº13.415/2017, mais conhecida como a Reforma do Ensino Médio, e agora, com a reformulação do Novo Ensino Médio, com a Lei nº14.945/2024. Nesse sentido, esta seção abordará alguns marcos importantes do período.

Após o fim da ditadura militar em 1985, iniciou-se o processo de restabelecimento da democracia no país. A Constituição de 1988, conhecida como Constituição Cidadã, vem para garantir direitos sociais e políticos ao povo brasileiro. Dentre os direitos sociais, temos a educação, que vem tratada nos artigos de 205 a 214. No artigo 208, inciso I, a Constituição estabelece, em seu texto original (1988), a garantia de “ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria”. Naquele momento, o ensino médio não era previsto como obrigatório no país e os pais só eram obrigados a matricular seus filhos no ensino fundamental. Em 1996, com a Emenda Constitucional nº 14, de 12 de setembro de 1996, houve a seguinte alteração no citado artigo, com a menção ao ensino médio, ainda não obrigatório:

- I - ensino fundamental obrigatório e gratuito, assegurada, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria;
- II - progressiva universalização do ensino médio gratuito (Brasil, 1988).

Para regulamentar a educação nacional, em 1996, o Congresso Nacional decretou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº9.394/96. Para o ensino médio, a lei previa um mínimo de 800 horas de efetivo trabalho escolar e um currículo composto por base nacional comum e parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais do país e tendo como alguns dos seus princípios a “valorização da experiência extraescolar” e “vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais” (Brasil, 1996). Cabe notar que dentre as incumbências da União estão a elaboração do Plano Nacional da Educação e o estabelecimento de competências e diretrizes para o ensino médio, que nortearão os currículos com os conteúdos mínimos para a formação básica comum.

A LDB, em seu artigo 26, atualmente estabelece que o currículo do ensino médio deve ser composto por uma base nacional comum, sendo complementado por uma parte diversificada que considere as particularidades regionais e locais da

sociedade, cultura, economia e características dos educandos. No mesmo artigo, o parágrafo 7º estabelece a integralização curricular, que fica a critério dos sistemas de ensino, para a realização de projetos e pesquisas que envolvam os temas transversais.

De acordo com Ferreti e Silva (2017), durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), as políticas educacionais direcionadas ao ensino médio adotaram uma perspectiva voltada para o mundo do trabalho. Neste contexto, foram estabelecidas as Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio (DCNEM), por meio da Resolução CEB nº 3/1998, que tinha como objetivo “vincular a educação com o mundo do trabalho e a prática social, consolidando a preparação para o exercício da cidadania e propiciando preparação básica para o trabalho” (Brasil, 1998, p.1). O enfoque principal dessas diretrizes era priorizar a formação em conformidade com as demandas do mercado de trabalho.

Entretanto, nos anos 2000, as transformações no cenário político brasileiro geraram impactos significativos no país. O governo Lula (2003-2010) desempenhou um papel crucial ao desenvolver políticas que se distanciavam das adotadas por seu antecessor. Essa abordagem resultou em um realinhamento das políticas sociais e educacionais e, em 2009, o artigo 208 da Constituição foi alterado pela Emenda Constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009, vigorando atualmente com a seguinte redação:

Art. 208 - O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de  
I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria (Brasil, 1988).

Com a alteração, o Ensino Médio passa a integrar a educação básica, tornando-se, assim, responsabilidade do Estado ofertar educação de qualidade nessa etapa a todos os cidadãos. A mesma emenda instituiu o Plano Nacional de Educação, que terá uma duração decenal. Seu propósito é articular o Sistema Nacional de Educação por meio de uma colaboração efetiva, estabelecendo diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e o desenvolvimento do ensino.

Em 2012, ocorreu a formulação das novas DCNEM, conforme estabelecido pela Resolução CNE/CEB nº 2/2012, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Essas diretrizes preveem que o Ensino Médio contemple

Integração de conhecimentos gerais e, quando for o caso, técnico-profissionais realizada na perspectiva da interdisciplinaridade e da contextualização;

O currículo deve contemplar as quatro áreas do conhecimento, com tratamento metodológico que evidencie a contextualização e a interdisciplinaridade ou outras formas de interação e articulação entre diferentes campos de saberes específicos;

Os componentes curriculares que integram as áreas de conhecimento podem ser tratados ou como disciplinas, sempre de forma integrada, ou como unidades de estudos, módulos, atividades, práticas e projetos contextualizados e interdisciplinares ou diversamente articuladores de saberes, desenvolvimento transversal de temas ou outras formas de organização;

A interdisciplinaridade e a contextualização devem assegurar a transversalidade do conhecimento de diferentes componentes curriculares, propiciando a interlocução entre os saberes e os diferentes campos do conhecimento (Brasil, 2012).

Conforme estabelecido nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM), é necessário abordar o currículo de forma interdisciplinar e contextualizada. Além disso, as disciplinas devem ser integradas, incorporando atividades práticas e projetos contextualizados.

Durante o primeiro mandato de Dilma Rousseff, as políticas educacionais foram mantidas e, em 2012, foi instaurada a Comissão Especial para Reformulação do Ensino Médio, cujo propósito era conduzir audiências públicas para coletar sugestões destinadas ao Projeto de Lei (PL) nº 6840/2013. Esse projeto tinha como objetivo principal promover ajustes na jornada e na organização curricular, entre outras medidas relevantes.

O PL propunha a estruturação curricular por meio das áreas do conhecimento, abrangendo Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza e Ciências Humanas. Ademais, os currículos deveriam atender às seguintes diretrizes:

Os currículos do ensino médio contemplarão as quatro áreas do conhecimento e adotarão metodologias de ensino e de avaliação que evidenciem a contextualização, a interdisciplinaridade e a transversalidade, bem como outras formas de interação e articulação entre diferentes campos de saberes específicos (Brasil, 2013b).

Em 2013, foi iniciado o Movimento pela Base, uma rede apartidária e não governamental. Por meio da promoção de diálogos com diversos atores, o movimento mobilizou-se para a construção de uma base curricular comum, visando estabelecer o eixo comum da educação nacional.

Para a elaboração da BNCC, foi adotado um processo colaborativo, iniciado em 2015 e liderado pelo Ministério da Educação, com o objetivo de engajar toda a sociedade. Em 2016, o Conselho Nacional dos Secretários Estaduais de Educação (CONSED) promoveu o “Dia D” em todas as escolas das redes estaduais do país, com o intuito de discutir o documento. Nesse contexto, surgiu a segunda versão da Base, que trouxe como novidade a introdução de competências por área de conhecimento.

Já em 2017, o Conselho Nacional de Educação (CNE) realizou audiências públicas para discutir o documento referente às etapas da Educação Infantil e do Ensino Fundamental. No ano seguinte, em 2018, as audiências foram direcionadas ao documento do Ensino Médio. Durante esses eventos, foram coletadas contribuições de pessoas e instituições de todo o Brasil, contendo sugestões para aprimorar a última versão do texto da Base Nacional Curricular (BNCC).

Segundo dados do Observatório do Movimento Pela Base (2023),

nas três versões da BNCC que foram redigidas e aprimoradas ao longo do processo de elaboração do documento, foram 12 milhões de contribuições na plataforma online colocada à disposição de toda a sociedade para consulta pública da primeira versão. Dos 300 mil inscritos na plataforma, 200 mil eram professores. Na segunda versão, foram mais de 9 mil contribuições de educadores, que participaram de 27 seminários estaduais.

No âmbito das discussões sobre educação, destaca-se também a realização da II Conferência Nacional de Educação (CONAE) em 2014. Um dos tópicos abordados durante o evento foi o Plano Nacional de Educação (PNE) e o Sistema Nacional de Educação (SNE). O Documento Referência da conferência ressaltou que

a II Conae será um espaço democrático de construção de acordos entre atores sociais, que, expressando valores e posições diferenciados sobre os aspectos culturais, políticos, econômicos, apontará renovadas perspectivas para a organização da educação e

a consolidação do novo PNE, fruto do movimento desencadeado pela I Conae, ao indicar ações e estratégias concretas para as políticas de Estado de educação básica e superior, assentadas na defesa da construção do Sistema Nacional de Educação e na regulamentação do regime de colaboração entre os entes federados (Brasil, 2014a, p.10).

A Conae foi realizada por meio de etapas que incluíram conferências municipais/intermunicipais, estaduais e distrital. Durante esses eventos, além das discussões, foram eleitos delegados para representar os diversos segmentos da educação, tais como professores, gestores, pais e estudantes, na conferência nacional. As discussões ocorridas durante as conferências desempenharam um papel fundamental ao subsidiar elementos a serem incorporados no Plano Nacional de Educação – Lei nº13.005/2014. Esse plano tem como objetivo estabelecer uma articulação em regime de colaboração entre o governo federal, os estados e os municípios. Ademais, a lei estabelece diretrizes, metas e estratégias que nortearão a política educacional do país ao longo do período de 2014 a 2024.

Dentro das metas propostas para a melhoria da educação brasileira e para o Ensino Médio, em um regime de colaboração entre União e os entes federativos, temos a meta 3, que busca “universalizar o atendimento escolar para população de 15 a 17 anos e elevar a taxa líquida de matrículas no ensino médio” (Brasil, 2014b), e a meta 7, que visa “fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o IDEB” (Brasil, 2014b), destacadas na tabela 1.

Tabela 1 - Metas IDEB para o Ensino Médio (2015-2021)

<b>Ano</b>	<b>2015</b>	<b>2017</b>	<b>2019</b>	<b>2021</b>
<b>IDEB (meta) para o Ensino Médio</b>	4,3	4,7	5,0	5,2

Fonte: Brasil (2014b).

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) é uma ferramenta utilizada para avaliar a qualidade do ensino no Brasil. Cada meta apresentada na tabela 1 representa o nível de aprendizado esperado para os alunos nos anos determinados. Tais metas são direcionadas para melhorar progressivamente a

qualidade da educação básica no Brasil. Para atendê-las são propostas algumas estratégias. Destacamos aqui, no que se refere à meta 3 (Brasil, 2014b), aquelas que mais se relacionam com o caso de gestão desta dissertação:

3.1) institucionalizar programa nacional de renovação do ensino médio, a fim de incentivar práticas pedagógicas com abordagens interdisciplinares estruturadas pela relação entre teoria e prática, por meio de currículos escolares que organizem, de maneira flexível e diversificada, conteúdos obrigatórios e eletivos articulados em dimensões como ciência, trabalho, linguagens, tecnologia, cultura e esporte, garantindo-se a aquisição de equipamentos e laboratórios, a produção de material didático específico, a formação continuada de professores e a articulação com instituições acadêmicas, esportivas e culturais;

[...]

3.2) pactuar entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios, no âmbito da instância permanente de que trata o § 5º do art. 7º desta Lei, a implantação dos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento que configurarão a base nacional comum curricular do ensino médio (Brasil, 2014b).

Dentre as estratégias, prevê-se a implementação da Base Nacional Curricular e a reformulação do Ensino Médio, incorporando um currículo mais flexível e abordagens interdisciplinares. Tais estratégias têm como objetivo aprimorar essa fase da educação básica, garantido o acesso e a permanência dos jovens, buscando elevar a taxa líquida de matrícula para 85% até o ano de 2024.

No ano de 2016, a então presidenta Dilma Rousseff sofre um impeachment, levando à ascensão do então vice-presidente Michel Temer à presidência da república. Em um período inferior a um mês após a conclusão desse processo, Temer suprimiu o PL nº 6.840/2013 ao publicar a MP nº 746/2016. Essa medida provisória instituiu a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, promovendo alterações na LDB (1996) e na Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação.

Proposições na forma de Medida Provisória (MP) promovem alterações imediatas; contudo, para se transformarem em lei, é necessário o exame da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Esse procedimento deve transcorrer em um período máximo de 120 dias. No entanto, se após a publicação a avaliação não

ocorrer em até 45 dias, a proposição adquire natureza de urgência, ocasionando a interrupção de todas as atividades nas casas legislativas até a conclusão de sua tramitação, conforme estabelecido pela Constituição Brasileira de 1988 (Brasil, 1988). O caráter de urgência, por sua vez, foi percebido como autoritário e carente de legitimidade democrática no âmbito da reforma do Novo Ensino Médio.

Tais condições, cabe ressaltar, impõem limites e impossibilitam a realização de debates aprofundados e a consulta aos setores sociais interessados. Condé (2012) destaca que, no desenvolvimento de uma política pública tanto atores públicos (políticos, funcionários públicos, partidos etc.) quanto atores privados (empresários, sindicatos, trabalhadores etc.) participam com diferentes influências em todas as etapas: agenda, formulação, decisão, implementação e avaliação.

Nesse contexto, observa-se que a agenda dessa reforma foi fortemente influenciada por políticos e entidades ligadas a fundações empresariais. Durante a fase de formulação da política, foram realizadas audiências públicas com a participação de atores públicos e privados críticos à reforma para a apreciação da MP. No entanto, todas as argumentações críticas apresentadas foram desconsideradas, e as alterações no texto da MP, que resultaram na formulação da Lei nº 13.415/2017, foram propostas por entidades vinculadas ao setor empresarial (Ferreti; Silva, 2017). Esse cenário revela que os implementadores da política pública, assim como os docentes, foram excluídos do processo de elaboração da política.

Cumprir mencionar que as principais justificativas para realização da reforma em caráter de urgência foram apresentadas na Exposição de Motivos (EM) nº 84/2016/MEC, de 15 de setembro de 2016 (Brasil, 2016a). Esse documento, elaborado pelo Ministério da Educação e encaminhado ao Presidente Michel Temer, destaca diversos problemas frequentemente debatidos no âmbito da educação. No item 5, são abordadas as preocupações relacionadas ao elevado número de jovens que estão fora da escola, bem como o baixo desempenho educacional daqueles que integram o sistema de ensino. Já o item 6 da EM trata da distorção idade/série, enquanto o item 9 aborda a preocupante situação do desempenho insatisfatório dos estudantes em Língua Portuguesa e Matemática.

Os resultados apresentados pelo indicador distorção idade/série no ensino médio durante o período entre 2011 e 2021 evidenciam essa realidade. A princípio,

sua evolução parece indicar uma melhoria ao longo desse intervalo, uma vez que apresenta índices menores a cada ano. No entanto, ao confrontar essas informações com o número de matrículas, percebe-se que ele também segue essa mesma tendência, ou seja, diminui ao longo dos anos. A tabela 2 apresenta informações oficiais e retrata a situação em âmbito nacional, observando-se um pequeno aumento em 2020 e 2021.

Tabela 2 - Distorção idade/série e matrículas no Ensino Médio no Brasil (2011-2021).

Ano	Séries/distorção idade-série (em %)				Total de Matrículas no Ensino Médio	População 15 a 17 Anos
	1º	2º	3º	Ensino Médio		
2011	39,4%	34,2%	33,0%	36,3%	7.473.339	10.393.987
2012	38,3%	32,7%	30,3%	34,5%	7.417.210	10.471.808
2013	36,3%	31,0%	28,7%	32,7%	7.357.168	10.517.894
2014	34,8%	30,0%	26,8%	31,3%	7.344.973	10.488.110
2015	34,0%	28,0%	25,0%	30,0%	7.025.847	10.347.545
2016	35,8%	29,1%	24,9%	30,9%	7.117.784	10.145.737
2017	35,8%	30,0%	24,8%	31,1%	6.960.072	9.867.887
2018	36,4%	29,4%	25,2%	31,1%	6.777.892	9.621.525
2019	32,9%	28,7%	23,4%	28,9%	6.531.498	9.409.317
2020	32,9%	27,5%	24,3%	28,9%	6.624.804	9.314.038
2021	26,9%	29,3%	27,2%	27,9%	6.835.399	9.232.891

Fonte: Elaborada pela autora com base em QEdu (2023a) e IBGE (2023)

A análise da Tabela 2 revela uma tendência de queda no número de matrículas e na ocorrência de distorção idade-série ao longo de um período de dez anos (2011 a 2021), com algumas exceções. Notavelmente, entre 2015 e 2016 e entre 2017 e 2018, houve um aumento na distorção idade-série no 1º ano, assim

como entre 2015 e 2016, 2016 e 2017 e 2020 e 2021, com relação ao 2º ano, e entre 2017 e 2018, 2019 e 2020 e 2020 e 2021 no 3º ano. Por outro lado, no período entre 2016 e 2017 e entre 2019 e 2020, a taxa de distorção idade-série permaneceu constante no 1º ano.

Outro fator a se considerar é que o número de matrículas no Ensino Médio é menor que o número de jovens de 15 a 17 anos, o que evidencia que muitos deles podem ter abandonado a escola ou ainda não chegaram ao Ensino Médio, estando em defasagem idade-série no Ensino Fundamental.

A diminuição no número de matrículas no Ensino Médio, previamente apresentada na Tabela 2, pode ser atribuída às alterações na composição populacional do Brasil.

Considerando que adolescentes de 15 a 17 anos são a faixa etária que deveria estar cursando o final da Educação Básica, essa parcela de 'foras da escola' pode diminuir ano a ano sem que políticas voltadas ao acesso e à permanência se realizem no Ensino Médio, pois a dinâmica demográfica tem apontado a diminuição dessa parcela da população nos últimos anos em todas as regiões brasileiras (UNICEF et al, 2021, p. 9).

Conforme indicado pela UNICEF, o índice de alunos fora da etapa do Ensino Médio pode diminuir ao longo dos anos devido à redução do número de estudantes na faixa etária de 15 a 17 anos. Isso reflete uma nova dinâmica demográfica, e não necessariamente uma falta de necessidade de políticas públicas voltadas para o acesso e a permanência dessa parcela da população na Educação Básica.

Com relação às taxas de reprovação e abandono escolar, é possível observar, na série histórica em análise (2011-2021) em âmbito nacional, que tanto as taxas de abandono quanto as de reprovação vêm demonstrando sucessivas quedas.

A tabela 3, apresentada a seguir, mostra as taxas de reprovação e abandono do Ensino Médio no período de 2011 a 2021.

Tabela 3 - Taxas de reprovação e abandono do Ensino Médio (2011-2021).

ANO	REPROVAÇÃO	ABANDONO
	Brasil	Brasil
2011	13,2%	9,6%
2012	12,3%	9,2%
2013	11,9%	8,1%
2014	12,2%	7,6%
2015	11,6%	6,8%
2016	12,0%	6,6%
2017	10,9%	6,0%
2018	10,6%	6,1%
2019	9,1%	4,7%
2020	2,7%	2,3%
2021	4,2%	5,0%

Fonte: Elaborada pela autora com base em QEdU (2023d)

Durante o período de 2011 a 2021, as taxas de reprovação apresentaram uma tendência de queda, com exceção dos anos de 2013 para 2014, 2015 para 2016 e de 2020 para 2021. Já as taxas de abandono experimentaram um aumento de 2020 para 2021, embora nos anos precedentes tenham sido observadas quedas consecutivas.

No que diz respeito à proficiência em Língua Portuguesa e Matemática, os resultados evidenciam uma estagnação significativa. O Ideb é calculado levando em consideração os resultados padronizados do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática, os quais são multiplicados pela taxa de aprovação do Censo Escolar. Portanto, torna-se necessário uma análise dos indicadores de proficiência média em Língua Portuguesa e Matemática para o Ensino Médio, que podem ser verificados na tabela 4 a seguir.

Tabela 4 - Proficiência média para o ensino médio nas avaliações do SAEB no Brasil.

ANO	PROFICIÊNCIA MÉDIA			
	Língua Portuguesa		Matemática	
	Brasil		Brasil	
	Proficiência alcançada	Distância da Proficiência mínima desejada ( $\geq 300$ )	Proficiência alcançada	Distância da Proficiência mínima desejada ( $\geq 350$ )
2011	261,07	38,93	264,94	85,06
2013	256,33	43,67	260,55	89,45
2015	260,6	39,4	259,69	90,31
2017	260,12	39,88	259,92	90,08
2019	272,02	27,98	268,61	81,39
2021	269,54	30,46	262,37	87,63

Fonte: Elaborada pela autora com base em QEdU (2023b)

No período analisado, as taxas de distorção idade/série e abandono permanecem em níveis indesejáveis. A primeira mantém-se constantemente próxima a 30%. No que diz respeito ao aprendizado, as proficiências médias em Língua Portuguesa sempre se mantiveram em níveis básicos, enquanto as de Matemática permaneceram em níveis insuficientes. Apesar da variação da proficiência em Língua Portuguesa, que oscilou entre 261,07, em 2011, e 269,54, em 2021, com variações para mais e para menos, o país permanece no nível 2 de proficiência, conforme tabela 5 apresentada a seguir no texto. O mesmo é observado em relação à Matemática, onde, apesar da flutuação da proficiência entre 264,94 em 2011 e 262,37 em 2021, com um pico de 268,61 em 2019, a classificação também permanece no nível 2.

Essa avaliação é realizada em uma escala que inclui diversos níveis de proficiência, variando de 1 a 8 para Língua Portuguesa e de 1 a 10 para

Matemática.<sup>2</sup> As escalas de proficiência funcionam como uma régua que divide os itens da prova em níveis de proficiências (Brasil, 2020). A posição de um determinado item na escala indica um ponto de divisão: participantes com proficiência acima dessa posição têm maior probabilidade de responder corretamente, enquanto aqueles com proficiência abaixo têm menos probabilidade. A tabela 5 resume essa classificação.

Tabela 5 – Níveis de proficiência de Língua Portuguesa e Matemática.

<b>Nível</b>	<b>Língua Portuguesa</b>	<b>Matemática</b>
Insuficiente	0 e 1	0 a 2
Básico	2 e 3	3 a 5
Proficiente	4 a 6	6 e 7
Avançado	7 e 8	8 a 10

Fonte: Elaborado pela autora com base em QEdu (2023b)

Dentro do contexto da Língua Portuguesa, os níveis 0 e 1 indicam um nível considerado insuficiente. Os níveis 2 e 3, por sua vez, representam um nível básico de habilidade linguística, enquanto os níveis de 4 a 6 são classificados como proficiente. Já os níveis 7 e 8 são considerados avançados. No âmbito da Matemática, os níveis 0 a 2 também denotam um nível insuficiente de compreensão e habilidade. Os níveis 3 a 5 são designados como básicos, os níveis 6 e 7 são considerados proficientes, e os níveis 8 a 10 são categorizados como avançados. Assim, retomando a análise dos dados da tabela 4, podemos dizer que o país permanece no nível insuficiente para Matemática e básico para Língua Portuguesa.

<sup>2</sup> Escalas de proficiência Língua Portuguesa: Nível 1 – Desempenho maior ou igual a 225 e menor que 250; Nível 2 - Desempenho maior ou igual a 250 e menor que 275; Nível 3 - Desempenho maior ou igual a 275 e menor que 300; Nível 4 - Desempenho maior ou igual a 300 e menor que 325; Nível 5 - Desempenho maior ou igual a 325 e menor que 350; Nível 6 - Desempenho maior ou igual a 350 e menor que 375; Nível 7 - Desempenho maior ou igual a 375 e menor que 400; Nível 8 - Desempenho maior ou igual a 400 (Brasil, 2020).

Escalas de proficiência Matemática: Nível 1 – Desempenho maior ou igual a 225 e menor que 250; Nível 2 - Desempenho maior ou igual a 250 e menor que 275; Nível 3 - Desempenho maior ou igual a 275 e menor que 300; Nível 4 - Desempenho maior ou igual a 300 e menor que 325; Nível 5 - Desempenho maior ou igual a 325 e menor que 350; Nível 6 - Desempenho maior ou igual a 350 e menor que 375; Nível 7 - Desempenho maior ou igual a 375 e menor que 400; Nível 8 - Desempenho maior ou igual a 400 e menos que 425; Nível 9 - Desempenho maior ou igual a 425 e menor que 450; Nível 8 - Desempenho maior ou igual a 450 (Brasil, 2020).

Ao analisar os dados apresentados, percebe-se que o governo da época fundamentou a Reforma do Ensino Médio principalmente com base nesses três indicadores (distorção idade-série, abandono escolar e proficiência). No entanto, houve a desconsideração de uma série de outras variáveis que poderiam influenciar na qualidade da educação básica. Dentre elas podemos citar valorização dos profissionais, destacando-se a formação continuada, remuneração adequada, plano de carreira estruturado e condições de trabalho satisfatórias. Conforme Carvalho (2005, p. 97)

[...] outros fatores contrários à profissionalização do magistério destacam-se como a frustração na profissão, derivada dos baixos salários; a ausência de condições para o bom exercício profissional; a má-formação inicial; a ausência de processos de formação continuada; as más relações de trabalho; as múltiplas exigências extraclasse; a dupla jornada de trabalho; o descaso das políticas públicas; a heterogeneidade da categoria; o seu crescimento numérico; a expansão e a concentração das empresas privadas no setor; as excessivas regulamentações e a consequente perda de autonomia; a tendência ao corte de gastos sociais e a repercussão dos salários sobre os custos da força de trabalho docente; a feminização do magistério; à docência como emprego provisório e segundo salário, dentre outros...

Todos esses fatores contribuem de forma conjunta para a desvalorização da educação. A valorização profissional não se limita unicamente à questão salarial; abrange também as condições de trabalho, a formação adequada, o suporte contínuo e o reconhecimento da importância do papel do professor na formação das gerações futuras.

Nesse contexto, é válido destacar que a reforma do Ensino Médio foi proposta de modo a deixar de fora membros de segmentos sociais afetados pela reforma educacional, como professores, pais e estudantes, na participação da agenda e formulação da política educacional em questão (Mendonça; Fialho, 2020).

A Lei nº 13.415/2017 estabelece a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e, notavelmente, os principais protagonistas para a sua articulação eram as fundações empresariais, incluindo a Fundação Lemann, vinculada a um dos homens mais ricos do país, Jorge Paulo Lemann, o que evidencia que o Novo Ensino Médio foi uma política de modelo *top/down*.

Segundo Mainardes (2018, p.3), Bowe e Ball consideram que, no ciclo de políticas, “profissionais que atuam nas escolas não são totalmente excluídos dos processos de formulação ou implementação de políticas”. Contudo, no caso estudado, esses profissionais, juntamente com outros setores da sociedade (pais e estudantes), foram excluídos da formulação, restando-lhes apenas a atuação na implementação do NEM. Isso contribuiu para que o NEM chegasse às escolas sob olhares duvidosos e questionadores dos profissionais e outros segmentos escolares.

A intensa participação e influência dos setores empresariais tanto na formulação do Novo Ensino Médio (NEM) quanto na BNCC evidenciam que a reforma atende principalmente aos interesses da classe empresarial em detrimento da população, não refletindo as reais necessidades da educação pública nacional. Esses eventos destacam que o contexto de influência e produção do texto, conforme apresentado no ciclo de políticas (Mainardes, 2006), não foi seguido adequadamente durante a reforma. Isso se deve ao fato de que os principais membros dos segmentos sociais afetados pela reforma não foram incluídos no processo de influência e produção do texto.

Com o discurso de melhorar os índices de jovens em situação de abandono escolar, elevar o desempenho em Língua Portuguesa e Matemática e reduzir a distorção idade-série, o NEM vem com a proposta de oferecer aos jovens uma posição de maior protagonismo na sua formação. Para isso, a nova Lei alterou a LDB, estabelecendo mudanças na estrutura do Ensino Médio. Dentre as alterações destaca-se

- I. O currículo do ensino médio será composto pela Base Nacional Comum Curricular e por itinerários formativos;
- II. Formação técnica e profissional;
- III. Carga horária mínima anual deverá ser ampliada;
- IV. Considera-se profissionais com notório saber reconhecido pelos respectivos sistemas de ensino, para ministrar conteúdo.
- V. O repasse de recursos do Ministério da Educação para os Estados e para o Distrito Federal pelo prazo de dez anos por escola (Brasil, 2017).

As alterações introduzem diversas medidas destinadas a aprimorar o Ensino Médio incluindo a padronização curricular com disciplinas obrigatórias em todo o país, bem como a flexibilização, diversificação e ampliação da carga horária. Além disso, prevê o apoio financeiro durante um período inicial.

Antes da aprovação da Lei nº13.415/2017, a carga horária destinada à parte diversificada podia representar, no máximo, 25% do total. Com a implementação dessa legislação, entretanto, esse percentual aumentou para 40% da carga horária total. Além disso, é importante ressaltar que, conforme a mesma lei, a Base Nacional Comum Curricular não pode exceder 60% da carga horária total. A fim de expandir a carga horária, a proposta de alteração é apresentada na tabela 6 a seguir.

Tabela 6 - Carga horária mínima anual do Ensino Médio

<b>Carga horária curricular</b>	<b>Formação Geral Básica</b>	<b>Parte Diversificada</b>	<b>Itinerários Formativos</b>	<b>Total da Carga Horária</b>
Antes da aprovação da Lei 13.415/2017	600h	200h	_____	800h
Com a aprovação da Lei 13.415/2017	600h	_____	400h	1000h

Fonte: Elaborada pela autora.

A carga horária que era de 800h passa a ser de 1000 horas anuais, em que 600 horas são destinadas à Formação Geral Básica (FGB), que contempla os componentes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), e 400 horas destinadas aos Itinerários Formativos. Para cumprimento da nova carga horária, foi acrescido um horário diário – 6º horário para as turmas do 1º ano do Ensino Médio.

Quanto à Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2018a), a parte que trata do Ensino Médio organiza as aprendizagens essenciais em áreas do conhecimento, a saber: Linguagens e suas Tecnologias; Matemática e suas Tecnologias; Ciências da Natureza e suas Tecnologias; e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. As redes de ensino devem organizar seus currículos de forma que cada área do conhecimento possa integrar dois ou mais componentes do currículo. Assim, as especificidades das antigas disciplinas devem ser relacionadas e contextualizadas para apreensão e intervenção na realidade, o que requer um trabalho conjugado e cooperativo dos professores tanto no planejamento quanto na execução dos planos de ensino (Brasil, 2009).

A BNCC ainda define competências específicas para cada área do conhecimento, as quais devem orientar os itinerários formativos relativos a essas áreas. Além disso, em cada uma dessas competências são descritas habilidades a serem desenvolvidas ao longo da etapa. Ressalta-se que as habilidades específicas de Língua Portuguesa e de Matemática são componentes obrigatórios durante os três anos do Ensino Médio.

As competências e habilidades da BNCC constituem a formação geral básica do Novo Ensino Médio, mas, em paralelo às competências gerais, há a escolha pelos itinerários formativos, que podem ser definidos como “o conjunto de unidades curriculares ofertadas pelas instituições e redes de ensino que possibilitam ao estudante aprofundar seus conhecimentos e se preparar para o prosseguimento de estudos ou para o mundo do trabalho” (Brasil, 2018g, p. 2).

Os itinerários formativos aparecem como grande novidade e enfoque nas competências gerais da BNCC. Neles são contempladas oficinas de textos, cultura digital e o componente curricular Projeto de Vida, que tem como objetivo principal incentivar o protagonismo e a autonomia do estudante em suas escolhas, orientando-o na construção de um projeto de vida. Na busca pela formação integral, os itinerários formativos buscam estimular o desenvolvimento de habilidades como cooperação, compreensão, domínio de tecnologias, defesa de ideias e autoconhecimento que, na proposta do NEM, está associado à atuação na sociedade de modo mais decisivo consciente sobre as escolhas do presente que afetarão o futuro.

As redes de ensino têm autonomia na definição dos itinerários formativos oferecidos, que podem ser organizados de duas formas: i) por área de conhecimento e formação técnica e profissional, sendo que nesse caso pode mobilizar todas ou apenas algumas competências específicas da área que estiver organizado; e ii) de forma integrada, mobilizando competências e habilidades de diferentes áreas de conhecimento ou formação técnica e profissional. Vale ressaltar que o estudante tem a opção de cursar um ou mais itinerários formativos, seja de forma concomitante ou sequencial.

A liberdade dada às instituições escolares busca fortalecer o protagonismo dos estudantes e ampliar ações voltadas à construção do projeto de vida de cada um, pois eles podem participar da escolha. Propicia, ainda, subsídios para que o

estudante finalize o Ensino Médio preparado para a escolha da graduação no ensino superior e dos melhores caminhos no mercado de trabalho.

Outra mudança foi a inclusão de formação técnica e profissional no Ensino Médio regular: o estudante que no início da etapa optar por não estudar em uma escola técnica, poderá substituir parte ou toda a carga horária destinada aos itinerários formativos com cursos técnicos ou cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC), os quais podem ser ofertados tanto por instituições parceiras como pela própria escola de forma integrada ao ensino médio (Brasil, 2018g).

Em relação à formação técnica e profissional dentro da carga horária do Ensino Médio regular, os estudantes devem escolher, considerando seus anseios e aptidões, uma determinada área. Isso favorece o ingresso dos estudantes no mercado de trabalho, pois já saem do Ensino Médio com uma profissão, considerando que as escolas podem certificá-los em cursos técnicos ou profissionalizantes.

Há de se destacar, ainda, a mudança em relação à ampliação e distribuição da carga horária, que passou das 800 horas por ano para as atuais 1.400 horas. No entanto, a Lei nº13.415/2017 definiu que as escolas teriam até março de 2022 para ampliar a carga horária para no mínimo 1.000 horas por ano, totalizando 3.000 horas ao longo do Ensino Médio e, progressivamente, de acordo com o cronograma de implementação estabelecido pelas redes de ensino, ampliar a carga horária para 1.400 horas por ano.

Quanto à distribuição da carga horária, as redes poderão distribuir as horas entre a formação geral básica e os itinerários formativos da forma que melhor atenda à realidade da escola, desde que a carga horária anual mínima seja respeitada.

Para implementação da nova proposta curricular composta por formação geral básica e itinerários formativos, é necessário realizar as devidas adaptações e ajustes no sistema educacional. Com o intuito de atender a essas mudanças, o MEC autorizou os Estados a implementarem a proposta em escolas-piloto. Além disso, por meio do Programa de Apoio à Implementação da Base Nacional Comum Curricular (ProBNCC), será desenvolvida a Formação Continuada, que tem como objetivo a revisão, elaboração e implementação do currículo alinhado à BNCC. A Formação Continuada será desenvolvida através de bolsistas, os Coordenadores de etapa – Ensino Médio, que terão as seguintes responsabilidades:

Durante o processo de (re)elaboração do currículo - 2019:

- i. coordenar a equipe de currículo da etapa para a definição da estrutura e elaboração da 1ª versão do documento;
- ii. acompanhar o processo de consulta pública;
- iii. orientar a equipe para realização de oficinas com gestores, coordenadores pedagógicos e professores das redes estadual e distrital sobre o currículo em elaboração;
- iv. orientar a equipe para realização de oficinas com gestores, coordenadores pedagógicos e professores das redes municipais sobre o currículo em elaboração, quando for o caso;
- v. coordenar a análise da devolutiva do processo de consulta pública, sintetizando e garantindo os ajustes necessários ao aprimoramento do currículo;
- vi. garantir a coerência e progressão do documento dentro da etapa, observando os aspectos para a transição entre as etapas da educação básica (Ensino Fundamental - Anos finais e Ensino Médio); e
- vii. dialogar com os membros de equipes responsáveis pelo Ensino Fundamental - Anos Finais para assegurar coerência e progressão entre o Ensino Fundamental e o Ensino Médio no currículo em (re)elaboração.

Após a (re)elaboração do(s) currículo(s) - 2020:

- i. coordenar e realizar a formação de formadores (multiplicadores) das equipes técnicas da rede estadual, distrital e da rede municipal (quando for o caso), professores, coordenadores pedagógicos e gestores, tendo como referência o(s) currículo(s) (re)elaborado(s);
- ii. coordenar e realizar a formação de formadores (multiplicadores), equipes técnicas, professores, coordenadores pedagógicos e gestores, tendo como referência o currículo (re)elaborado;
- iii. compor a equipe perene de implementação do currículo nas redes estadual e distrital com elaboração e/ ou seleção de materiais didáticos;
- iv. apoiar, avaliar e monitorar a implementação do currículo pelas escolas das redes de ensino; e
- v. apoiar e orientar as redes quanto à consequente revisão dos Projetos Pedagógicos – PP de suas escolas (Brasil, 2018f, p. 22-23).

Ao longo dos anos de 2019 e 2020, as redes educacionais passaram por um processo de (re)elaboração dos currículos. Nessa etapa, foi fundamental estabelecer um diálogo eficiente com as equipes, visando à subsequente adequação dos Projetos Pedagógicos das escolas.

Em 2021, a Portaria MEC nº 521, de 13/07/2021, estabeleceu o Cronograma Nacional de Implementação do Novo Ensino Médio. Seus artigos 3º e 4º delineiam, respectivamente, o cronograma para a ampliação da carga horária e implementação dos novos currículos.

Art. 3º - A ampliação da carga horária para mil horas anuais deverá ser progressiva, ao longo dos anos de 2017 a 2022, sendo a garantia de oferta de competência dos sistemas de ensino, conforme o art. 24, § 1º, da Lei nº 9.394, de 1996.

Art. 4º - A implementação nos estabelecimentos de ensino que ofertam o ensino médio dos novos currículos, alinhados à BNCC e aos itinerários formativos, obedecerá ao seguinte cronograma:

I – No ano de 2020: elaboração dos referenciais curriculares dos estados e do Distrito Federal, contemplando a BNCC e os itinerários formativos;

II – No ano de 2021: aprovação e homologação dos referenciais curriculares pelos respectivos Conselhos de Educação e formações continuadas destinadas aos profissionais da educação;

III – No ano de 2022: implementação dos referenciais curriculares no 1º ano do ensino médio;

IV – No ano de 2023: implementação dos referenciais curriculares nos 1º e 2º anos do ensino médio;

V – No ano de 2024 - implementação dos referenciais curriculares em todos os anos do ensino médio; e

VI – Nos anos de 2022 a 2024 – monitoramento da implementação dos referenciais curriculares e da formação continuada aos profissionais da educação (Brasil, 2021).

Com base no cronograma estabelecido pela a Portaria MEC nº 521, prevê-se que, até o ano de 2024, todas as turmas do Ensino Médio estarão adaptadas a esse novo modelo.

Diante das dificuldades e desafios enfrentados pelas escolas mediante a implementação do NEM durante os anos de 2021 e 2022, em 2023 iniciou-se uma discussão sobre os impactos da Lei nº13.415/2017 na educação nacional, focando na sua formulação e implementação. Assim, o MEC instituiu uma consulta pública para avaliar e reestruturar a política nacional de Ensino Médio por meio da Portaria nº 399, de 8 de março de 2023. A referida portaria previa a realização de audiências públicas, oficinas de trabalho, seminários e pesquisas nacionais com estudantes, professores e gestores escolares para coletar experiências sobre a implementação do Novo Ensino Médio nas 27 Unidades da Federação. Embora várias formas de audiências públicas tenham sido previstas, a consulta pública foi realizada principalmente através de formulários na internet para professores, estudantes e gestores.

Dentre as principais críticas ao Novo Ensino Médio, mencionadas no EM nº 58/2023 do MEC, destacam-se os itens 15, 16 e 22:

- A formação de professores não foi contemplada satisfatoriamente, e não houve uma política nacional para a formação continuada que garantisse a implementação do novo ensino médio com qualidade.
- As condições concretas de infraestruturas das unidades escolares e suas desigualdades regionais e territoriais não foram consideradas nem contempladas com ações sistematizadas, assim como a capacidade de oferta dos municípios com apenas uma escola pública de ensino médio trouxe desdobramentos desfavoráveis.
- Recompôr a carga horária destinada à Formação Geral Básica – FGB para 2.400 (duas mil e quatrocentas) horas (Brasil, 2023a).

As discussões foram realizadas no Senado e na Câmara dos Deputados, e o Projeto de Lei nº 5230/2023 foi aprovado no Congresso Nacional. Após a aprovação, o referido Projeto de Lei foi sancionado pelo Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, resultando na publicação da Lei nº 14.945, de 31 de julho de 2024. Entre as principais mudanças para o Ensino Médio regular estão

- 1- A formação geral básica, com carga horária mínima total de 2.400 (duas mil e quatrocentas) horas, ocorrerá mediante articulação da Base Nacional Comum Curricular e da parte diversificada;
- 2- Os itinerários formativos, articulados com a parte diversificada de que trata o caput do art. 26 desta Lei, terão carga horária mínima de 600 (seiscentas) horas;
- 3- A Base Nacional Comum Curricular do ensino médio estabelecerá direitos e objetivos de aprendizagem, conforme diretrizes do Conselho Nacional de Educação, nas seguintes áreas do conhecimento: linguagens e suas tecnologias, integrada pela língua portuguesa e suas literaturas, língua inglesa, artes e educação física; matemática e suas tecnologias; ciências da natureza e suas tecnologias, integrada por biologia, física e química e ciências humanas e sociais aplicadas, integrada por filosofia, geografia, história e sociologia.
- 4- Os sistemas de ensino deverão garantir que todas as escolas de ensino médio ofereçam o aprofundamento integral de todas as áreas do conhecimento previstas, organizadas em, no mínimo, 2 (dois) itinerários formativos com ênfases distintas, excetuadas as que oferecerem a formação técnica e profissional (Brasil, 2024).

A Lei nº 14.945/2024 estabelece que os sistemas de ensino deverão iniciar a implementação do novo currículo do Ensino Médio a partir do ano letivo de 2025. A principal alteração proposta pela lei é o aumento da carga horária da Formação Geral Básica (de 1.800h para 2.400h), o que será possível com a redução da carga horária dos itinerários formativos (de 1.200h para 600h). Com o aumento das aulas da FGB, os professores terão a oportunidade de lecionar as disciplinas em que são especializados.

Além disso, as disciplinas de História, Biologia, Sociologia, Inglês, Artes, Educação Física, Filosofia, Física e Química voltarão a ser obrigatórias. Os itinerários formativos serão orientados pelo Conselho Nacional de Educação, que definirá os objetivos de aprendizagem, o que pode proporcionar uma orientação mais clara sobre o conteúdo a ser trabalhado em sala de aula. No entanto, apesar dessas mudanças estruturais relevantes, o processo poderia ter sido mais bem organizado, especialmente no que diz respeito à participação dos educadores.

As mudanças apresentadas pelo governo federal em 2022 ao Ensino Médio das escolas brasileiras precisam de regulamentações das secretarias de educação dos estados brasileiros. A próxima seção trata, portanto, da proposta apresentada pela Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais (SEE-MG) para implementação do NEM nas escolas mineiras.

## 2.2 O CONTEXTO DA IMPLEMENTAÇÃO DO NOVO ENSINO MÉDIO EM MINAS GERAIS

Nesta seção será realizada uma descrição sobre como a Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais regulamentou a implementação do Novo Ensino Médio nas turmas de 1º ano em 2022. Serão consideradas as Resoluções SEE/MG nº 4.657/2021 e 4.777/2022, bem como as Diretrizes para a implementação dos Itinerários Formativos de aprofundamento nas áreas do conhecimento para o 2º ano do ensino médio em 2023.

Em 2020, em conformidade com a da Lei nº13.415/2017, que modificou a LDB (BRASIL, 1996) e estabeleceu alterações na estrutura do Ensino Médio, o estado de Minas Gerais deu início à implementação gradual do Novo Ensino Médio em dez escolas denominadas Escolas-Piloto<sup>3</sup> A proposta para iniciar a implementação nessas escolas foi justificada pela extensão territorial de Minas Gerais e, conseqüentemente, da rede de ensino do estado, uma das maiores do

---

<sup>3</sup> A implantação em escolas-piloto tinha como objetivo, conforme o Documento Orientador Piloto Novo Ensino Médio 2020, gerar aprendizagem sobre a implementação e o processo de transição para a nova proposta, além de coletar e analisar dados e informações para a implementação progressiva nas demais escolas da rede. Entretanto, embora um dos objetivos fosse a coleta e análise de dados para a implementação nas demais escolas da rede, tais informações não foram divulgadas.

país, visando efetivar uma política pública tão abrangente como o Novo Ensino Médio.

A escolha das Escolas-Piloto pela Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (SEE-MG) foi pautada pelos critérios de elegibilidade estabelecidos na Portaria MEC nº 1.024/2018: “enquadram-se como escolas-piloto do Programa de Apoio ao Novo Ensino Médio, selecionadas no âmbito da ação II, disposta no inciso II do artigo 2º e descritas na alínea "b", do inciso I do artigo 9º da Portaria MEC Nº 649, de 10 de julho de 2018” (Brasil, 2018d).

De acordo com o inciso II do artigo 2º da Portaria MEC nº 1.024/2018, as escolas públicas elegíveis são aquelas “mantidas por Secretarias de Educação dos Estados e do Distrito Federal – SEE que aderiram ao Programa de Apoio ao Novo Ensino Médio” (Brasil, 2018d). Por sua vez, a Portaria MEC nº 649/2018 determina que essas instituições de ensino devem se enquadrar também no seguinte critério

- b) unidades escolares que se enquadrem em uma ou mais das categorias a seguir:
  1. participantes do Programa Ensino Médio Inovador - ProEMI, instituído pela Portaria MEC nº 971, de 9 de outubro de 2009;
  2. unidades escolares de ensino médio em tempo integral, de iniciativa estadual ou distrital, não participantes do Programa de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral; e
  3. unidades escolares que já possuam jornada diária de cinco horas (Brasil, 2018c).

Atendendo a esses critérios, a Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais buscou formar um grupo representativo da diversidade mineira, levando em consideração as diferenças culturais e econômicas, bem como escolas de várias regiões com baixo Indicador de Nível Socioeconômico (INSE).

A Lei nº 13.415/2017 propõe mudanças principalmente na carga horária e na organização curricular. A organização curricular vem com uma proposta de flexibilização das trajetórias escolares, onde os jovens escolherão um percurso baseado em seu projeto de vida. Além disso, a legislação propõe um máximo de 1.800 horas para conteúdo da BNCC, sem estabelecer um mínimo para tais conteúdos, deixando para os sistemas de ensino a escolha em ofertar uma carga horária menor para os conteúdos da BNCC.

Para que as alterações fossem regulamentadas na rede estadual, a Secretaria de Estado da Educação publicou a Resolução SEE/MG nº 4.657/2021 e a Resolução SEE/MG nº 4.777/2022, o Plano de Implementação do Novo Ensino Médio, além das Diretrizes para implementação dos Itinerários Formativos de aprofundamento nas áreas do conhecimento destinadas ao 2º ano do Ensino Médio no ano de 2023.

No ano de 2022, para cumprimento da Lei nº 13.415/2017, o estado de Minas Gerais deu início à implementação do Novo Ensino Médio em todas as turmas do 1º ano. A previsão é de que até 2024 todas as turmas de ensino médio estejam inseridas no NEM, de acordo com o disposto na Portaria MEC nº 521/21.

Para cumprimento de tal Portaria, em 2022, foi acrescido um novo horário diário, denominado 6º horário, destinado às turmas do 1º ano do Ensino Médio. Em situações excepcionais, tais como escolas Quilombolas, Socioeducativas, Unidades Prisionais e instituições que atendam a estudantes beneficiados pelo Programa Estadual de Transporte Escolar, mediante autorização da Secretaria de Estado da Educação, a carga horária do 6º horário poderia ser cumprida em um único dia da semana, no contraturno. Contudo, para efetuar esse cumprimento, era necessário que a escola dispusesse de salas ociosas, o que pode não ser uma realidade para todas as instituições que ofertam o Ensino Médio na rede pública estadual.

O Plano de Implementação do Novo Ensino Médio traz uma série de medidas que a SEE/MG se propõe a realizar para efetivar a nova política educacional. Entre elas estão a revisão dos projetos pedagógicos das escolas, a elaboração de cadernos pedagógicos e materiais didáticos, a gestão de pessoas, a avaliação da aprendizagem, o desenvolvimento de diagnóstico de infraestrutura e suporte e de tecnologia da informação, a busca por parcerias, a comunicação e mobilização, além da criação e atualização de normativas. A SEE/MG sugere a implementação de um plano de formação continuada dentro do escopo da gestão de pessoas, conforme o quadro 1 a seguir.

Quadro 1 - Cronograma de formação continuada para implementação do Novo Ensino Médio

(Continua)

<b>Formação</b>	<b>Tipo</b>	<b>Público</b>
O Currículo Referência de Minas Gerais	EAD – Escola de Formação	Educadores, Especialistas em Educação Básica e Gestores
Tecnologia e Inovação – Módulo Introdutório	EAD – Escola de Formação	Educadores que ministram o componente
Tecnologia e Inovação – Módulo Aprofundamento	EAD – Escola de Formação	Educadores que ministram o componente
Itinerários Formativos – Matemática e suas Tecnologias	Contrato	Educadores da área e Especialistas em Educação Básica
Formação Geral Básica - Matemática e suas Tecnologias	Contrato	Educadores da área e Especialistas em Educação Básica
Itinerários Formativos – Linguagem e suas tecnologias	Contrato	Educadores da área e Especialistas em Educação Básica
Formação Geral Básica - Linguagem e suas tecnologias	Contrato	Educadores da área e Especialistas em Educação Básica
Itinerários Formativos – Ciências Humanas e Sociais Aplicadas	Contrato	Educadores da área e Especialistas em Educação Básica
Formação Geral Básica – Ciências Humanas e Sociais Aplicadas	Contrato	Educadores da área e Especialistas em Educação Básica
Itinerários Formativos – Ciências da Natureza e suas Tecnologias	Contrato	Educadores da área e Especialistas em Educação Básica

(Continuação)

<b>Formação</b>	<b>Tipo</b>	<b>Público</b>
Formação Geral Básica – Ciências da Natureza e suas Tecnologias	Contrato	Educadores da área e Especialistas em Educação Básica
Nosso Ensino Médio – Introdução: Ser gestor escolar no Ensino Médio	Parceria longo	Gestores e Especialistas em Educação Básica
Nosso Ensino Médio – Introdução: Implementação e gestão do currículo	Parceria longo	Educadores, Especialistas em Educação Básica e Gestores
Nosso Ensino Médio – Inovação da e na gestão escolar	Parceria longo	Gestores e Especialistas em Educação Básica
Nosso Ensino Médio – Gestão da aprendizagem	Parceria longo	Educadores e Especialistas em Educação Básica
Nosso Ensino Médio – Introdução: Integração Curricular	Parceria longo	Educadores e Especialistas em Educação Básica
Nosso Ensino Médio – Matemática	Parceria longo	Educadores da área
Nosso Ensino Médio – Ciências da Natureza	Parceria longo	Educadores da área
Nosso Ensino Médio – Linguagens	Parceria longo	Educadores da área
Nosso Ensino Médio – Ciências Humanas e Sociais Aplicadas	Parceria longo	Educadores da área
Nosso Ensino Médio – Educação Profissional e Técnica de Nível Médio	Parceria longo	Educadores, Especialistas em Educação Básica

(Continuação)

<b>Formação</b>	<b>Tipo</b>	<b>Público</b>
Nosso Ensino Médio – Introdução: Núcleo de autoria e criação	Parceria longo	Educadores, Especialistas em Educação Básica
Nosso Ensino Médio – Projetos de Vida	Parceria longo	Educadores, Especialistas em Educação Básica
Nosso Ensino Médio – Aprofundamentos	Parceria longo	Educadores, Especialistas em Educação Básica
Nosso Ensino Médio – Eletivas	Parceria longo	Educadores, Especialistas em Educação Básica
Nosso Ensino Médio – Educadores e seus projetos de vida	Parceria longo	Educadores, Especialistas em Educação Básica
Nosso Ensino Médio – Convite à Comunidade de Aprendizagem	Parceria longo	Educadores, Especialistas em Educação Básica
Nosso Ensino Médio – O que há de novo no Ensino Médio	Parceria longo	Educadores, Especialistas em Educação Básica
Nosso Ensino Médio – A escola, os jovens e seus projetos de vida	Parceria longo	Educadores, Especialistas em Educação Básica
Nosso Ensino Médio – O educador do Ensino Médio	Parceria longo	Educadores, Especialistas em Educação Básica
Nosso Ensino Médio – O que tem de novo no Ensino Médio	Webinar/SEE	Educadores, Especialistas em Educação Básica
Novo Ensino Médio – mudanças para 2022	Webinar/SEE	Profissionais da Educação da rede estadual
O Novo Ensino Médio em Minas Gerais: Currículo Referência e Formações	Webinar/SEE	Profissionais da Educação da rede estadual
O Ensino Médio em Tempo	Webinar/SEE	Profissionais da Educação

(Conclusão)

<b>Formação</b>	<b>Tipo</b>	<b>Público</b>
Integral		da rede estadual
Nosso Ensino Médio – Educadores do Ensino Médio: competências e práticas	Webinar/SEE	Profissionais da Educação da rede estadual
Nosso Ensino Médio – A Escola do Ensino Médio, os(as) Jovens e seus Projetos de Vida	Webinar/SEE	Profissionais da Educação da rede estadual
Nosso Ensino Médio – Ser Gestor Escolar do Ensino Médio	Webinar/SEE	Profissionais da Educação da rede estadual
Mudanças que nos movem no Novo Ensino Médio	Webinar/SEE	Profissionais da Educação da rede estadual
Nosso Ensino Médio – A entrada nos itinerários docentes	Webinar/SEE	Profissionais da Educação da rede estadual
Nosso Ensino Médio – Integração Curricular: o quê? Por quê? Como?	Webinar/SEE	Profissionais da Educação da rede estadual
Nosso Ensino Médio – Educadores e seus projetos de vida	Webinar/SEE	Profissionais da Educação da rede estadual
Nosso Ensino Médio – Convite à Comunidade de Aprendizagem	Webinar/SEE	Profissionais da Educação da rede estadual

Fonte: Minas Gerais (2022e).

Outra alternativa de capacitação para servidores efetivos é o Programa Trilhas de Futuro Educadores, desenvolvido pela Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais. Ele oferece cursos gratuitos de Graduação, Pós-Graduação Lato

Sensu e Stricto Sensu, abrangendo os níveis de Especialização, Mestrado e Doutorado.

No que se refere à avaliação da aprendizagem, o Plano de Implementação do Novo Ensino Médio oferece orientações específicas para as escolas.

Adotar metodologias e formas de avaliação processual e formativa por meio de atividades teóricas e práticas, tais como: dinâmicas de interação em grupo, projetos de pesquisa e intervenção na escola e na comunidade, atividades autoavaliativas, provas orais e escritas, dinâmicas colaborativas, ações e proposições para resolução de problemas, apresentações orais e argumentativas, criações nas plataformas digitais, performances individuais e coletivas, análise e criações artísticas e culturais, dentre outras. (Minas Gerais, 2022e, p. 60).

Avaliar o processo educativo de maneira processual e formativa permite aos educandos diversas maneiras de demonstrar seu desenvolvimento educacional e fornece aos educadores informações sobre as dificuldades ainda presentes, permitindo-lhes intervir e resolver tais questões.

No que diz respeito à infraestrutura e ao suporte, o documento menciona que já foram feitos aportes financeiros para atendimento a demandas como infraestrutura, transporte, alimentação e tecnologias. Com isso, percebe-se uma descentralização de recursos para investimentos conforme o diagnóstico realizado, como mostrado na tabela 7.

Tabela 7- Infraestrutura disponíveis nas escolas de Ensino Médio de MG

(Continua)

<b>Infraestrutura</b>	<b>Rede Estadual (n=2.362 escolas)</b>
Biblioteca ou sala de leitura	97,2%
Banheiro	95,3%
Banheiro PCD	64,0%
Recursos de acessibilidade PCD	72,0%
Laboratório de ciências	37,4%
Conjunto de materiais científicos	25,1%
Pátio (coberto ou descoberto)	88,6%
Quadra de esportes (coberta ou	78,1%

(Conclusão)

<b>Infraestrutura</b>	<b>Rede Estadual (n=2.362 escolas)</b>
descoberta)	
Material prática desportiva e recreação	82,4%
Sala de música/coral	0,3%
Instrumentos musicais	47,0%
Sala/ateliê de artes	0,7%
Materiais para atividades artísticas	29,3%
Sala multiuso	2,8%
Jogos educativos	71,2%

Fonte: SEE, 2022e.

Dentro da perspectiva de infraestrutura, as escolas mineiras apresentam um cenário diversificado. Mais de 90% possuem bibliotecas e banheiros; mais de 80% contam com pátios cobertos ou descobertos e materiais para prática esportiva; mais de 70% dispõem de recursos de acessibilidade para pessoas com deficiência (PCD), quadra poliesportivas cobertas ou descobertas e jogos educativos e mais de 60% têm banheiros acessíveis para PCD. No entanto, menos de 50% das escolas possuem ambientes e materiais de apoio pedagógico, como laboratórios de ciências, conjuntos de materiais científicos, salas de música ou coral, instrumentos musicais, salas ou ateliês de artes, materiais para atividades artísticas e salas multiuso, o que torna inviável o oferecimento de alguns itinerários formativos.

O documento prevê também o estabelecimento de parcerias entre escolas e diversas instituições, incluindo universidades e organizações do terceiro setor, visando à oferta de diferentes itinerários formativos, sobretudo o de formação técnica e profissional. Adicionalmente, prevê-se a criação e atualização de normativas para o desenvolvimento do Novo Ensino Médio nas escolas da rede estadual de Minas Gerais.

Dentro dessas normativas, destaca-se a Resolução SEE-MG nº 4.657/2021 que dispõe, ainda, sobre as matrizes curriculares destinadas às turmas do 1º ano do Novo Ensino Médio e às turmas do 1º e 2º período do Ensino Médio da Modalidade da Educação de Jovens e Adultos com início em 2022. Para efeito dessa resolução, “entende-se por matriz curricular a organização dos componentes curriculares e da

carga horária, distribuídos em módulos-aula” (MINAS GERAIS, 2021b). A matriz curricular para o NEM é organizada em duas partes:

I- Formação Geral Básica, organizada em quatro áreas do conhecimento (Linguagens e suas Tecnologias, Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, Ciências da Natureza e suas Tecnologias, Matemática e suas Tecnologias) e os seus respectivos componentes curriculares. A formação geral básica na matriz curricular representa a parte obrigatória e comum a todos os anos e modalidades de ensino.

II- Itinerário Formativo, organizados em unidades curriculares e seus respectivos componentes curriculares:

a) Ensino Diurno – para o 1º ano, todos os estudantes vivenciarão todos os componentes curriculares ofertados em cada unidade curricular, pois trata-se de um momento de aproximação e preparação para as escolhas dos itinerários que ocorrerão a partir do 2º e 3º ano (Minas Gerais, 2021b).

A resolução estabelece, em seu artigo 2º, que o 1º ano do Ensino Médio, em 2022, seja organizado com 40 semanas letivas e uma carga horária de 1.000 horas, divididas entre Formação Geral Básica e Itinerários Formativos, que serão oferecidos na rede e seguirão a estrutura a ser implementada em todas as escolas estaduais. O quadro 2 apresenta as unidades curriculares dos itinerários a serem implementados nas turmas do 1º ano do Ensino Médio.

Quadro 2 - Unidades Curriculares dos Itinerários – 1º ano do Ensino Médio (2022)

(Continua)

<b>Unidade Curricular</b>	<b>Número de componentes obrigatórios</b>
Projeto de Vida	Possui um componente obrigatório, de mesmo nome e oferta anual, em todos os anos do Ensino Médio.
Eletivas	Possui dois componentes curriculares de oferta anual definidos pela escola e estudantes a partir de um catálogo oferecido pela Secretaria de Estado da Educação.
Preparação para o mundo do trabalho	Possui dois componentes curriculares obrigatórios, de mesmo nome e oferta anual e aproximam os estudantes de princípios orientadores para o mundo do trabalho.

(Conclusão)

<b>Unidade Curricular</b>	<b>Número de componentes obrigatórios</b>
Aprofundamento nas áreas do conhecimento	Possui quatro componentes curriculares que proporcionam a ampliação de saberes e temas das áreas do conhecimento, quais sejam: Práticas Comunicativas e Criativas, Humanidades e Ciências Sociais, Núcleo de Inovação Matemática e Ciências da Natureza e suas Tecnologias.

Fonte: Minas Gerais, 2021b.

Importante destacar que tais conteúdos já foram estabelecidos na resolução. Somente a escolha de dois componentes curriculares, considerados como disciplinas eletivas, fica a cargo da escola e dos estudantes.

Para atender à resolução supracitada, a SEE/MG organizou a estrutura curricular do 1º ano do NEM conforme quadro 3 a seguir.

Quadro 3 - Estrutura Curricular do Novo Ensino Médio – 1º ano do Ensino Médio  
(2022)

(Continua)

<b>NEM</b>	<b>Áreas de conhecimento</b>	<b>Componentes curriculares</b>	<b>Carga horária Anual</b>
Formação Geral Básica	Linguagens e suas tecnologias	Língua Portuguesa, Língua Inglesa, Educação Física e Arte	200h
	Matemática e suas tecnologias	Matemática	100h
	Ciências Humanas e Sociais Aplicadas	História, Geografia, Filosofia e Sociologia	166h40min
	Ciências da Natureza e suas tecnologias	Química, Física e Biologia	133h20min
<b>SUBTOTAL</b>			<b>600h</b>

(Conclusão)

<b>NEM</b>	<b>Áreas de conhecimento</b>	<b>Componentes curriculares</b>	<b>Carga horária Anual</b>	
Itinerários Formativos	Eletivas	Componentes Curriculares que oportunizam a diversificação das experiências escolares dos estudantes (Eletiva 1 e 2)	66h40min	
		Aprofundamento nas áreas de conhecimento	Núcleo de Inovação Matemática	33h20min
	Ciências da Natureza e suas tecnologias		66h40min	
	Práticas Comunicativas e Criativas		33h20min	
	Humanidades e Ciências Sociais		66h40min	
	Preparação para o Mundo do Trabalho	Introdução ao Mundo do Trabalho	66h40min	
		Tecnologia e Inovação	33h20min	
	Projeto de Vida	Articula a construção de conhecimentos a formação de atitudes e valores e o protagonismo do estudante.	33h20min	
	<b>SUBTOTAL</b>			<b>400h</b>
	<b>TOTAL</b>			<b>1000h</b>

Fonte: Minas Gerais (2021b).

Os itinerários formativos são organizados por meio da escolha do estudante e podem ou não estar integrados à formação comum. Esse processo de escolha se passa no período de vida do jovem onde esses deveriam ter um contato maior com todas as áreas, pois podem ainda não estar preparados para tal decisão. Outro

ponto que chama a atenção é o fato de uma mesma escola não ter a obrigatoriedade de oferecer todos os itinerários, pois depende das condições de oferta dos sistemas de ensino, conforme legislação, o que tende a reduzir ofertas a percursos que exigem os docentes qualificados, recursos materiais e tecnológicos.

A distribuição das aulas das disciplinas dos Itinerários Formativos na rede estadual de Minas Gerais foi realizada por meio da extensão de carga horária aos professores efetivos. Quando não foi possível fazer essa adequação, procedeu-se à convocação de docentes para lecioná-las. Isso ocorreu porque somente esses componentes curriculares poderiam ser ministrados no 6º horário ou contraturno.

Para atender às novas demandas que surgiriam e garantir a indissociabilidade existente entre a Formação Geral Básica e os Itinerários Formativos, a SEE-MG disponibilizou um coordenador geral ou coordenador por área do conhecimento, por meio de extensão de carga horária ou convocação de profissional. Para que a escola tenha direito a um coordenador para cada uma das quatro áreas do conhecimento, é necessário ter por turno o mínimo de 250 matrículas no 1º ano do Ensino Médio; já para coordenador geral não terá essa exigência. As atribuições do Coordenador do NEM, em articulação com o Especialista da Educação Básica, conforme Memorando-Circular nº 26/2021/SEE/DIEM, são

- Planejar, articular e organizar a implementação do Novo Ensino Médio na escola, buscando assegurar a indissociabilidade entre a Formação Geral Básica e o Itinerário Formativo proposto para o 1º Ano;
- Organizar a formação continuada dos professores dos componentes curriculares do Novo Ensino Médio;
- Planejar, organizar, acompanhar e avaliar, junto aos professores, as ações pedagógicas que trazem materialidade ao Novo Ensino Médio: organização curricular, atividades interdisciplinares, sequências e projetos didáticos que envolvem a comunidade, dentre outros;
- Validar, acompanhar, monitorar e encaminhar para a secretaria da escola o registro das atividades extraescolares dos estudantes, para integralização da carga-horária obrigatória e para fins de arquivo e regularização da sua vida escolar, de acordo com a Resolução SEE nº 4657 de 12 de novembro de 2021;
- Acompanhar o Plano de Trabalho dos estudantes do Ensino Médio em estágio não obrigatório, zelando pelo tratamento pedagógico que estas atividades devem oferecer;

- Elaborar e validar orientações e materiais didáticos de operacionalização do Novo Ensino Médio para professores e estudantes;
- Monitorar o trabalho dos professores no desenvolvimento das atividades complementares vinculadas aos componentes curriculares: Projeto de Vida, Práticas Comunicativas e Criativas e Humanidades e Ciências Sociais (Minas Gerais, 2021a).

O Coordenador do NEM desempenha uma função crucial no desenvolvimento das atividades pedagógicas: atua como o articulador responsável por garantir uma integração eficaz entre a Formação Geral Básica e o Itinerário Formativo no primeiro ano. Além disso, cabe a ele desenvolver a capacitação dos professores para os novos componentes curriculares e monitorar constantemente as práticas pedagógicas, incluindo a organização curricular, atividades interdisciplinares e projetos didáticos.

O Coordenador também é encarregado de acompanhar a elaboração de material didático específico para o NEM. Além do monitoramento do educador, sua responsabilidade inclui o acompanhamento das atividades extraescolares e do Plano de Trabalho de estágios não obrigatórios. Ele deve proporcionar tratamento pedagógico a essas atividades, visando ao desenvolvimento educacional e assegurando o cumprimento da carga horária por parte dos estudantes.

Para capacitação dos servidores da rede, gestores, especialista da educação, técnicos das SRE que trabalhavam para implementação do NEM, a Secretaria organizou, em 2021, dez webinários, apresentando o contexto geral do NEM, sem tratar de assuntos específicos ou preparação específica para professores, conforme divulgação no e-mail da escola. Para o Coordenador do NEM, que seria o articulador dentro da escola das novas propostas, a capacitação pela SRE-Leopoldina teve início somente em setembro de 2022, conforme convocação enviada à escola.

Em setembro de 2022, foi publicada a Resolução SEE/MG nº 4.777/2022, que trata das matrizes curriculares destinadas às turmas do 1º e 2º ano do Ensino Médio, bem como às turmas do 1º, 2º e 3º período do Ensino Médio da Modalidade da Educação de Jovens e Adultos, com vigência a partir de 2023 na rede estadual. Nessa resolução, reafirma-se o conceito de matriz curricular, como a organização dos componentes curriculares e da carga horária, distribuídos em módulos-aula.

Na citada resolução, a carga horária do Ensino Médio diurno permanece com 1.000 horas anuais, sendo a matriz curricular dividida em duas partes distintas:

Formação Geral Básica (FGB) e Itinerários Formativos. A resolução reitera que a FGB inclui as áreas de Linguagens e suas Tecnologias, Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, Ciências da Natureza e suas Tecnologias, Matemática e suas Tecnologias. Por sua vez, os Itinerários Formativos compõem a parte diversificada e serão estruturados em Unidades Curriculares.

No Ensino Médio Regular diurno, os componentes curriculares dos Itinerários Formativos serão organizados de acordo com a estrutura a seguir.

1. Projeto de Vida: composto por um Componente Curricular, de oferta anual, em todos os anos do Ensino Médio: Projeto de Vida;
2. Eletivas: composto por dois Componentes Curriculares, de oferta anual, definidos pela escola e estudantes a partir do Catálogo de Eletivas oferecidos pela Secretaria de Estado de Educação: Eletiva 1 e Eletiva 2;
3. Preparação para o Mundo do Trabalho: de oferta anual:
  - 3.1. Para o 1º ano, oferta de dois Componentes Curriculares: Introdução ao Mundo do Trabalho e Tecnologia e Inovação.
  - 3.2. Para o 2º ano, oferta de um Componente Curricular: Tecnologia e Inovação.
4. Aprofundamento nas Áreas do Conhecimento: de oferta anual:
  - 4.1. Para o 1º ano, é ofertado um Aprofundamento Integrado, compreendendo os 4 Componentes Curriculares: Práticas Comunicativas e Criativas, Humanidades e Ciências Sociais, Núcleo de Inovação Matemática e Ciências da Natureza e suas Tecnologias.
  - 4.2. Para o 2º ano, estão disponibilizadas nove possibilidades de Aprofundamentos, com arranjos curriculares diferentes, apresentados nos Anexos I e II para o ensino médio diurno e EMTI, respectivamente. A matriz a ser ofertada em cada turma de 2º ano será definida de acordo com as orientações previstas nas Diretrizes para o Aprofundamento nas Áreas do Conhecimento 2023, assegurando ao estudante a escolha do seu Itinerário Formativo (Minas Gerais, 2022i).

Para o 1º ano, que teve início em 2023, a Resolução SEE/MG nº 4.777/22 estabelece a continuidade dos mesmos componentes curriculares oferecidos em 2022. No entanto, em relação ao 2º ano, os aprofundamentos especificados no anexo I da resolução incluem Ciências Naturais, Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, Linguagens e suas tecnologias, Matemática e suas tecnologias, Linguagens e suas tecnologias e Matemática e suas tecnologias, Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e Ciências da Natureza e suas tecnologias, Linguagens e suas tecnologias e Ciências da Natureza e suas tecnologias, Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e Matemática e suas tecnologias e Aprofundamento nas quatro áreas do

conhecimento. Os alunos do 1º ano fazem a escolha das duas disciplinas eletivas, ao passo que os estudantes do 2º ano escolhem tanto as duas eletivas quanto a área de aprofundamento. Dessa forma, a estrutura curricular do Ensino Médio da rede estadual para o ano de 2023 é organizada conforme o Quadro 4.

Quadro 4 - Estrutura Curricular do Novo Ensino Médio com Carga Horária Anual (CHA) – 2023

(Continua)

<b>NEM</b>	<b>Áreas de conhecimento</b>	<b>Componentes curriculares</b>	<b>CHA 1º ano</b>	<b>CHA 2º ano</b>
<b>Formação Geral Básica</b>	Linguagens e suas tecnologias	Língua Portuguesa, Língua Inglesa, Educação Física e Arte	200h	200h
	Matemática e suas tecnologias	Matemática	100h	100h
	Ciências Humanas e Sociais Aplicadas	História, Geografia, Filosofia e Sociologia	166h40min	166h40min
	Ciências da Natureza e suas tecnologias	Química, Física e Biologia	133h20min	133h20min
<b>SUBTOTAL</b>			600h	
<b>Itinerários Formativos</b>	Eletivas	Componentes Curriculares que oportunizam a diversificação das experiências escolares dos		

(Continuação)

NEM	Áreas de conhecimento	Componentes curriculares	CHA 1º ano	CHA 2º ano
<b>Itinerários Formativos</b>		estudantes (Eletiva 1 e 2)	66h40min	66h40min
	Preparação para o Mundo do Trabalho	Introdução ao Mundo do Trabalho	66h40min	
		Tecnologia e Inovação	33h20min	33h20min
	Projeto de Vida	Articulação da construção de conhecimentos a formação de atitudes e valores e o protagonismo do estudante.	33h20min	33h20min
	Aprofundamento nas áreas de conhecimento	Núcleo de Inovação Matemática	33h20min	
		Ciências da Natureza e suas tecnologias	66h40min	
		Práticas Comunicativas e Criativas	33h20min	
		Humanidades e Ciências Sociais	66h40min	

(Conclusão)

<b>NEM</b>	<b>Áreas de conhecimento</b>	<b>Componentes curriculares</b>	<b>CHA 1º ano</b>	<b>CHA 2º ano</b>
	Aprofundamento nas áreas do conhecimento (9 possibilidades)	Conteúdos Curriculares conforme área de conhecimento.		400h
<b>SUBTOTAL</b>			400h	
<b>TOTAL</b>			1000h	

Fonte: Minas Gerais (2022i).

O aprofundamento nas áreas do conhecimento para as turmas do 1º ano está definido pela resolução, enquanto para o 2º ano os alunos têm a liberdade de escolher entre as nove possibilidades disponíveis, apresentadas no quadro 5.

Quadro 5 - Organização curricular dos Aprofundamentos com Carga Horária Anual (CHA) – 2023

(Continua)

<b>Aprofundamento</b>	<b>Unidade Curricular (a escolher)</b>	<b>Componentes Curriculares</b>		<b>CHA</b>
		<b>Macrotemas</b>	<b>Componentes Curriculares</b>	
<b>Aprofundamento em uma Área do Conhecimento</b>	Aprofundamento em Linguagens e suas Tecnologias (LGG)	Olhar e ser visto: artes, culturas e identidades com movimento	Patrimônio Cultural	66h40min
			Escrita Criativa	66h40min
			Leitura e Escrita em Língua Estrangeira	66h40min
			Artes do Movimento	66h40min

(Continuação)

	Unidade Curricular (a escolher)	Componentes Curriculares		CHA
		Macrotemas	Componentes Curriculares	
<b>Aprofundamento em uma Área do Conhecimento</b>	Aprofundamento em Matemática e suas Tecnologias (MAT)	Matemática está em tudo	Educação Matemática Crítica	66h40min
			Matemática na Construção da Cidadania	66h40min
			Criações, Sustentabilidade e Tecnologias	66h40min
			Matemática e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável	66h40min
	Aprofundamento em Ciências da Natureza e suas Tecnologias (CNT)	A Ciência do dia a dia	Laboratório Criativo	66h40min
			Ciências Aplicadas	66h40min
			Energia no Cotidiano	66h40min
			Ciência das Radiações	66h40min
	Aprofundamento em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (CHS)	Juventudes	Identidade e Juventudes	66h40min
			Jovens e o Mundo Digital	66h40min
			Direitos e Deveres dos Cidadãos	66h40min

(Continuação)

Aprofundamento	Unidade Curricular (a escolher)	Componentes Curriculares		CHA
		Macrotemas	Componentes Curriculares	
<b>Aprofundamento em uma Área do Conhecimento</b>	Aprofundamento em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (CHS)	Juventudes	Desenvolvimento Pessoal e Coletivo	66h40min
<b>Aprofundamento em duas Áreas do Conhecimento</b>	Aprofundamento em Linguagens e suas Tecnologias e Matemática e suas Tecnologias	Cidadania Global	Cultura e Cidadania (LGG)	66h40min
			Cidadania e Inclusão (LGG)	66h40min
			Linguagem Matemática na Construção da Cidadania (MAT)	66h40min
			Matemática como Instrumento de Pesquisa (MAT)	66h40min
	Aprofundamento em Matemática e suas Tecnologias e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas	Economia e Trabalho	Humanidades para Economia e Trabalho (CHS)	66h40min
			Desenvolvimento Econômico (CHS)	66h40min
Matemática para a Economia e Trabalho (MAT)			66h40min	

(Continuação)

Aprofundamento	Unidade Curricular (a escolher)	Componentes Curriculares		CHA
		Macrotemas	Componentes Curriculares	
<b>Aprofundamento em duas Áreas do Conhecimento</b>	Aprofundamento em Matemática e suas Tecnologias e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas	Economia e Trabalho	Matemática e Visão de Finanças (MAT)	66h40min
	Aprofundamento em Linguagens e suas Tecnologias e Ciências da Natureza e suas Tecnologias	Cidadania Global: um a visão plural da sociedade	Linguagens e Tecnologias a Serviço da Cidadania Global (LGG)	66h40min
			Educomunicação e Ambientalismo (LGG)	66h40min
			Emergência Climática Global (CNT)	66h40min
			Mulheres na Ciência (CNT)	66h40min
	Aprofundamento em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e Ciências da Natureza e suas	Cidades Sustentáveis	Construção Coletiva nos Diversos Espaços (CHS)	66h40min
			Problema e Ação (CHS)	66h40min

(Conclusão)

Aprofundamento	Unidade Curricular (a escolher)	Componentes Curriculares		CHA
		Macrotemas	Componentes Curriculares	
Aprofundamento em duas Áreas do Conhecimento	Tecnologias	Cidades Sustentáveis	Problema e Ação (CHS)	66h40min
			Cidade e Meio Ambiente (CNT)	66h40min
			Urbanização Sustentável (CNT)	66h40min
Aprofundamento em quatro Áreas do Conhecimento	Aprofundamento nas quatro áreas do conhecimento (LGG/MAT/	Educação para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável	Práticas Comunicativas e Criativas	66h40min
			Humanidades e Ciências Sociais	66h40min
			Núcleo de Inovação Matemática	66h40min
			Saberes e Investigação da Natureza	66h40min

Fonte: Minas Gerais (2022i).

Para o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem, as Diretrizes para implementação dos Itinerários Formativos de Aprofundamento nas Áreas do Conhecimento para o 2º ano do Ensino Médio em 2023 (Minas Gerais, 2022b) estabelecem que os componentes curriculares envolvidos no aprofundamento podem ser ministrados por qualquer professor da respectiva área, desde que não ultrapasse dois componentes em cada turma.

Além disso, outra orientação é que o número de aprofundamentos deve coincidir com o número de turmas da escola. Em outras palavras, se a instituição

possuir, por exemplo, cinco turmas de 2º ano, poderá oferecer até cinco opções de aprofundamentos. Para escolas que contam apenas com uma turma de 2º ano, é obrigatório ofertar o Aprofundamento nas quatro Áreas do Conhecimento (Minas Gerais, 2022b).

As diretrizes também estabelecem que “a escolha do Aprofundamento nas Áreas do Conhecimento pelos estudantes deve ocorrer em consonância com a legislação específica, diagnóstico da realidade da escola, quadro docente, disponibilidade de recursos físicos e oferta de profissionais na localidade” (Minas Gerais, 2022b).

No contexto apresentado, foi possível perceber que houve a implementação do NEM em 10 escolas em 2020, ano em que o Brasil estava vivenciando um período de aulas remotas, devido à pandemia de COVID-19. Com início na China em 2019, ela fez todas as escolas de Minas Gerais suspenderem suas aulas no dia 18 de março de 2020 e só retornar de forma presencial em novembro de 2021. Durante esse período, as aulas foram desenvolvidas de forma remota, utilizando de tecnologias e material impresso a muitos alunos que não tinham acesso à internet em suas localidades.

Em fevereiro de 2022, o novo modelo do Ensino Médio estava em processo de implementação em todas as escolas do 1º ano da rede estadual de Minas Gerais, após quase dois anos sem contato presencial com educandos e responsáveis.

A próxima seção tem como objetivo descrever a implementação do Novo Ensino Médio na E. E. Luiz Salgado Lima, localizada no município de Leopoldina, Minas Gerais.

### 2.3 A IMPLEMENTAÇÃO DO NOVO ENSINO MÉDIO NA ESCOLA ESTADUAL LUIZ SALGADO LIMA

Na terceira seção deste capítulo apresentamos a estrutura física da EE Luiz Salgado Lima e os sujeitos envolvidos: a direção, o especialista da educação e coordenador do Novo Ensino Médio, o corpo docente, os alunos e a família. Além disso, será analisado como a escola implementou o Novo Ensino Médio a partir de 2022.

A EE Luiz Salgado Lima se localiza no município de Leopoldina, Zona da Mata Mineira, a uma distância de 321 km de Belo Horizonte, capital de Minas Gerais, e atende a alunos oriundos dos bairros e distritos da cidade.

A referida escola pertence à rede estadual de educação e foi fundada em 28 de junho de 1958 pela Campanha Nacional de Erradicação de Analfabetismo do Ministério da Educação, em Convênio com o Estado de Minas Gerais, como Escola Reunida “Luiz Salgado Lima”. Na data de sua fundação, a Escola oferecia apenas pré-escolar e as séries iniciais do ensino fundamental (1ª a 4ª séries). Em 1987, ampliou sua oferta educacional ao incluir o Curso Normal – Magistério de 1º grau. Em 1998, houve a municipalização das turmas, resultando na paralisação das atividades da escola no ano seguinte, que passou a atender exclusivamente às turmas vinculadas ao município.

No início de 2000, a escola retomou as atividades, reabrindo suas portas para oferecer o Curso Normal – Magistério de 1º Grau e o Ensino Médio. No ano subsequente, em 2001, foi implantado o 2º ano do Ciclo Intermediário (5ª série). Em 2002, a instituição ampliou sua oferta para abranger todo o Ensino Fundamental, contemplando as séries de 1ª a 4ª e 5ª a 8ª, além do Ensino Médio. Em 2011, um marco importante foi a criação da Educação de Jovens e Adultos, que passou a funcionar em segundo endereço – no Presídio de Leopoldina –, visando atender à população acautelada que lá se encontra.

De acordo com os dados do QEdu (2023c), a escola é destaque a nível regional e recebeu a classificação NSE 5, que indica um Nível Socioeconômico Médio-alto. Diante da classificação NSE da instituição, é possível afirmar que

a maioria dos estudantes a mãe/responsável tem o ensino médio completo ou ensino superior completo, o pai/responsável tem do ensino fundamental completo até o ensino superior completo. A maioria possui uma geladeira, um ou dois quartos, um banheiro, wi-fi, máquina de lavar roupas, freezer, um carro, garagem, forno de micro-ondas. Parte dos estudantes deste nível passa a ter também dois banheiros (QEdu, 2023c).

Em 2023, ano de elaboração desta dissertação, a instituição educacional atende às modalidades de Ensino Regular e Educação de Jovens e Adultos. No âmbito do Ensino Regular, são disponibilizados os ciclos do Ensino Fundamental (1º ao 9º ano) e Ensino Médio. Por outro lado, na Educação de Jovens e Adultos,

contempla tanto o Ensino Fundamental, abrangendo os Anos Iniciais e Finais, e o Ensino Médio. Conta com 742 alunos matriculados e frequentes, cuja distribuição pode ser observada nas tabelas 8 e 9 a seguir.

Tabela 8 - Número de matrículas por turma e turno – Ensino Regular

<b>Ano de escolaridade</b>	<b>Número de turmas</b>	<b>Número de alunos - Turno Matutino</b>	<b>Número de alunos - Turno Vespertino</b>
1º ano do Ensino Fundamental	01	-	27
2º ano do Ensino Fundamental	01	-	23
3º ano do Ensino Fundamental	01	-	27
4º ano do Ensino Fundamental	01	-	25
5º ano do Ensino Fundamental	01	-	27
6º ano do Ensino Fundamental	02	-	51
7º ano do Ensino Fundamental	02	-	66
8º ano do Ensino Fundamental	02	-	68
9º ano do Ensino Fundamental	02	71	-
1º ano Ensino Médio	03	109	-
2º ano Ensino Médio	03	107	-
3º ano Ensino Médio	03	106	-

Fonte: SIMADE-MG (2023c).

Devido às limitações de espaço físico em nossas salas de aula, a SEE/MG recomenda que o número de matrículas por turma seja de 25 alunos para os Anos Iniciais, 35 alunos para os Anos Finais e 35 alunos para o Ensino Médio. Como

nossa escola é reconhecida como destaque regional, a demanda por matrículas é significativa, resultando em algumas turmas com um número ligeiramente superior ao estipulado. Contudo, respeitamos o limite máximo permitido por legislação no Ensino Médio, que é de 40 alunos, sem ultrapassá-lo, conforme a tabela 8 acima. Cabe destacar que temos 322 alunos matriculados no Ensino Médio Regular, representando 45,54% do total de alunos matriculados e frequentes no ensino regular, todos impactados pelo Novo Ensino Médio.

A tabela 9 a seguir apresenta o número de matrículas por turma na Educação de Jovens e Adultos.

Tabela 9 - Número de matrículas por turma e turno – Educação de Jovens e Adultos  
(Continua)

<b>Ano de escolaridade</b>	<b>Número de turmas</b>	<b>Número de alunos - Turno Matutino</b>	<b>Número de alunos - Turno Vespertino</b>
2º período – Anos Iniciais Ensino Fundamental	01		01
3º período – Anos Iniciais Ensino Fundamental	01		02
4º período – Anos Iniciais Ensino Fundamental	01		02
1º período – Anos Finais Ensino Fundamental	01		04
2º período – Anos Finais Ensino Fundamental	01		07
3º período – Anos Finais Ensino Fundamental	01	05	

(Conclusão)

<b>Ano de escolaridade</b>	<b>Número de turmas</b>	<b>Número de alunos - Turno Matutino</b>	<b>Número de alunos - Turno Vespertino</b>
4º período – Anos Finais Ensino Fundamental	01	04	
1º período – Ensino Médio	01	03	
2º período – Ensino Médio	01	05	
3º período – Ensino Médio	01	02	

Fonte: SIMADE-MG (2023c).

Nas turmas de EJA que funcionam no segundo endereço (EJA), o número de alunos/acautelados por classe é reduzido. Isso ocorre devido às normas de segurança do presídio e às limitações do espaço físico das salas de aula, onde o máximo permitido são 10 alunos.

Conforme Plano de Atendimento aprovado pela Secretaria de Estado da Educação, a escola possui, em 2023, 32 turmas, distribuídas em dois endereços. O primeiro endereço tem 22 turmas na modalidade de ensino regular, funcionando em prédio próprio, e no segundo endereço, 10 turmas na modalidade de Educação de Jovens e Adultos.

O prédio escolar principal possui uma infraestrutura de 12 salas de aula de 42 m<sup>2</sup>, sendo duas localizadas no térreo, um depósito de 21m<sup>2</sup>, usado como biblioteca, uma sala de professores, uma sala de aula adaptada para sala de multimeios, laboratório de pesquisa científica e informática, secretaria, sala para supervisão, sala para direção, sanitários, rampa de acesso somente para o térreo, sanitário para alunos com necessidades especiais, cozinha, pátio coberto, usado como refeitório, pátio descoberto e uma quadra coberta.

A biblioteca possui um espaço reduzido, sendo algumas vezes utilizada para guardar os livros didáticos, a serem distribuídos no início do ano letivo, e a reserva técnica para alunos recebidos por transferências. Por isso, ela não é utilizada para o

desenvolvimento de atividades didáticas e nem para pesquisas. O trabalho desenvolvido é dentro das salas de aula com o empréstimo de livros da biblioteca aos educandos.

A sala de multimeios é equipada com ar-condicionado, smart tv e internet, onde os professores desenvolvem aulas utilizando esses recursos, como apresentação de trabalhos e exibição de filmes. O laboratório de pesquisa científica, com equipamentos de ciências (microscópios e vidrarias), e informática, com 20 computadores com acesso à internet, funcionam no mesmo espaço. No segundo endereço, presídio de Leopoldina, a infraestrutura é composta por cinco salas de aulas, um sanitário para os alunos (detentos), um sanitário para os professores e uma secretaria. Por serem alunos sob medidas cautelares, eles não têm permissão para ingressar no prédio principal da escola nem utilizar os recursos disponíveis nesse ambiente. Os professores, ao desenvolverem as atividades pedagógicas nesse contexto, enfrentam significativas restrições, sendo autorizado apenas o uso de materiais essenciais, tais como quadro, pincel, cadernos, folhas xerocadas e canetas. Em resumo, somente materiais básicos são permitidos para facilitar o processo de ensino-aprendizagem nesse local.

A escola possui 88 funcionários, entre professores, assistentes técnicos da educação e auxiliares da educação básica. O corpo docente é composto por 23 professores efetivos, todos com graduação, 15 com pós-graduação, quatro com mestrado e um com doutorado, além dos 42 professores convocados, conforme a legislação nº4.784/2022. Dentre os professores, um exerce a função de eventual, dois Professores do Uso da Biblioteca e três na direção escolar.

Conforme Resolução da Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais (SEE-MG), nº 4.789/2022, que estabelece normas para a organização do quadro de pessoal das escolas estaduais na Rede Estadual de Ensino da Secretaria de Estado da Educação, por possuir mais de 700 alunos, a escola conta com área administrativa constituída por um diretor, dois vice-diretores, um secretário escolar, seis Assistentes Técnicos da Educação Básica e 12 Auxiliares de Educação Básica. Conta, ainda, com três Especialistas da Educação Básica.

Por funcionar a Educação de Jovens e Adultos em outro endereço (na Unidade Prisional) contamos, para atuar somente nessa unidade, com um Especialista da Educação Básica, um Assistente Técnico da Educação Básica e um

Auxiliar de Serviços da Educação Básica. Vale ressaltar que o gestor escolar responde pelos dois endereços.

A tabela 10 a seguir mostra a quantidade de servidores com suas respectivas situações funcionais.

Tabela 10 - Número de servidores/situação funcional

<b>Cargo</b>	<b>Situação Funcional</b>	<b>Número de servidores</b>
Diretor	Efetivo	01
	Convocado	00
Vice-diretor	Efetivo	02
	Convocado	00
Secretária	Efetivo	01
	Convocado	00
Professor – Regente de turma/Regente de aulas	Efetivo	21
	Convocado	28
Professor Eventual	Efetivo	01
	Convocado	00
Professor do Uso da Biblioteca	Efetivo	02
	Convocado	00
Professor de Apoio à Comunicação, Linguagem e Tecnologias Assistivas (ACLTA)	Efetivo	00
	Convocado	11
Especialista da Educação Básica	Efetivo	03
	Convocado	01
Assistente Técnico da Educação Básica – ATB	Efetivo	03
	Contratado	04
Auxiliar de Serviços da Educação Básica – ASB	Efetivo	00
	Contratado	14

Fonte: Controle quadro de pessoal-MG (2023a).

Além da equipe escolar, contamos com um Colegiado Escolar composto por sete membros titulares e seis suplentes, conforme Resolução SEE/MG nº 4.764, de 23 de agosto de 2022. Esse órgão é representativo dos segmentos da escola, sendo

presidido pelo diretor da instituição, e inclui dois representantes dos estudantes, dois profissionais do quadro do magistério, um servidor do quadro administrativo e um responsável, este último representado por um pai de aluna. A escolha dos membros ocorre por meio de votação entre os pares das respectivas categorias.

A mencionada resolução estabelece que a periodicidade mínima de encontros do Colegiado é mensal. No ano de 2022, conforme registrado nos livros de atas do órgão, foram realizadas 14 reuniões, as quais tiveram como tema de discussão, questões econômicas e a aprovação de calendário escolar. As pautas são previamente definidas, contemplando situações que os membros do Colegiado desejam abordar. Todas as reuniões são registradas em atas, garantindo transparência nas deliberações. Vale ressaltar que a presença de um mínimo de 2/3 dos membros é assegurada.

Paralelamente, destaca-se que a taxa de reprovação da escola ao longo dos últimos cinco anos tem apresentado uma tendência decrescente, conforme mostra a tabela 11:

Tabela 11 - Comparação dos dados percentuais de reprovação Escola-Estado  
(2017-2022)

(Continua)

ANO	ETAPAS	Reprovação	
		Escola	Estado
2017	Anos Iniciais do Ensino Fundamental	3,2	0,2
	Anos Finais do Ensino Fundamental	25,2	12,4
	Ensino Médio	28,1	13,3
2018	Anos Iniciais do Ensino Fundamental	0	0,3
	Anos Finais do Ensino Fundamental	21,2	11,9
	Ensino Médio	15,6	13,2
2019	Anos Iniciais do Ensino Fundamental	0	0,3
	Anos Finais do Ensino Fundamental	12,8	10,7
	Ensino Médio	13,2	11,9
2020	Anos Iniciais do Ensino Fundamental	0	0
	Anos Finais do Ensino Fundamental	0	0,1

(Conclusão)

ANO	ETAPAS	Reprovação	
		Escola	Estado
2020	Ensino Médio	0	2,0
2021	Anos Iniciais do Ensino Fundamental	0	0,1
	Anos Finais do Ensino Fundamental	2,4	2,4
	Ensino Médio	5,8	4,7
2022	Anos Iniciais do Ensino Fundamental	0	1,2
	Anos Finais do Ensino Fundamental	13	6,1
	Ensino Médio	11	7,4

Fonte: QEdU (2023d).

Nos anos iniciais do ensino fundamental, as taxas percentuais de reprovação no estado permaneceram praticamente constantes de 2017 a 2021. No entanto, em 2020, durante o ano da pandemia COVID-19, com aulas sendo realizadas de forma remota em todos os níveis de ensino, a progressão foi adotada para os educandos, resultando em uma queda da taxa para zero. Entretanto, em 2022, essa taxa experimentou um aumento, alcançando nesse ano o índice mais elevado do período analisado. No contexto escolar, os dados percentuais revelaram uma diminuição de 2017 para 2018, atingindo 100% de aprovação em 2018 e mantendo esse patamar até 2022.

No que diz respeito aos anos finais do Ensino Fundamental, as taxas percentuais de reprovação no estado apresentaram pequenas quedas de 2017 a 2021. Em 2020, devido à progressão continuada imposta pela pandemia, a taxa de reprovação foi nula. No ano de 2022, as taxas de reprovação voltaram a aumentar considerando o período, embora não tenham atingido o pico do período analisado. No âmbito escolar, os percentuais diminuíram de 2017 a 2021, experimentando uma queda significativa em 2021. Em 2020, assim como nos outros níveis, a taxa caiu para zero devido à progressão continuada. Em 2022, as taxas de reprovação retomaram o crescimento, sendo um aumento considerável, embora não tenha ultrapassado os anos de 2017 e 2018.

No Ensino Médio, os percentuais de reprovação no estado sofreram sucessivas quedas de 2017 a 2020. Contudo, em 2021 e 2022, observa-se um

aumento consecutivo nesse percentual, chegando a 7,4% de reprovação em 2022. No contexto escolar, por sua vez, nota-se que durante o período de 2017 a 2019, as taxas experimentaram quedas consecutivas, havendo uma queda de 12,5 pontos em 2018. Em 2020, devido ao contexto pandêmico, nota-se que a taxa de reprovação do estado foi nula. Contudo, em 2021 e 2022, observa-se um aumento progressivo, nas taxas percentuais, sendo que em 2022 observa-se que o percentual de reprovação da escola é de 11%, maior que o percentual observado no estado no mesmo ano. Cumpre destacar que durante toda a série histórica analisada, em grande medida, as taxas de reprovação da escola, considerando-se o percentual, são maiores que as taxas estaduais.

Considerando-se os dados do Ensino Médio, na tabela 12 são apresentados como um todo e na tabela 13 a seguir os dados percentuais de aprovação, reprovação e abandono no Ensino Médio na escola pesquisada, referentes ao período de 2017 a 2022, sendo as informações separadas por séries.

Tabela 12 - Dados percentuais de aprovação, reprovação e abandono Escola – Ensino Médio (2017-2022)

<b>Ano</b>	<b>Aprovação (em %)</b>	<b>Reprovação (em %)</b>	<b>Abandono (em %)</b>
2017	68,4	28,1	3,5
2018	82,7	15,6	1,7
2019	83,3	13,2	3,5
2020	85,3	0	14,7
2021	91,6	5,8	2,6
2022	87,3	11	1,7

Fonte: QEdU (2023d).

A tabela 12 demonstra a variação dos resultados da escola ao longo dos anos de 2017 a 2022. Em 2020, durante um contexto pandêmico, a taxa de reprovação foi zero devido à implementação da progressão continuada em todas as séries, porém a taxa de abandono aumentou consideravelmente. Analisando o histórico completo (2017-2022), é evidente que os resultados da escola são consideravelmente

melhores em 2022 em comparação com 2017, indicando uma evolução positiva nos índices de aprovação.

A tabela 13 apresentada a seguir mostra os dados percentuais de aprovação, reprovação e abandono por série do Ensino Médio na EE Luiz Salgado Lima no período de 2017 a 2022.

Tabela 13 - Dados percentuais de aprovação, reprovação e abandono Escola por série – Ensino Médio (2017-2022)

<b>Ano</b>	<b>Etapas</b>	<b>Aprovação (em %)</b>	<b>Reprovação (em %)</b>	<b>Abandono (em %)</b>
2017	1º ano	63,2	34	2,8
	2º ano	70,9	23,3	5,8
	3º ano	74,6	23,9	1,5
2018	1º ano	69,3	28,1	2,6
	2º ano	88,7	9,4	1,9
	3º ano	96,8	3,2	0
2019	1º ano	70,6	24,3	5,1
	2º ano	90,3	6,9	2,8
	3º ano	98,7	0	1,3
2020	1º ano	76,8	0	23,2
	2º ano	90,3	0	9,7
	3º ano	98,2	0	1,8
2021	1º ano	90,7	5,6	3,7
	2º ano	86,5	9,6	3,9
	3º ano	100	0	0
2022	1º ano	84,8	15,2	0
	2º ano	83,8	13,3	2,9
	3º ano	94,9	2,5	2,6

Fonte: QEdU (2023d).

No período analisado (2017 a 2022), as taxas de reprovação serão desconsideradas no ano de 2020 devido à determinação de progressão continuada dos alunos em decorrência da pandemia.

Assim, tomando-se por foco cada série/ano em específico, nota-se que no 1º ano observou-se uma queda nas taxas de reprovação de 2017 a 2021. Em 2022, houve um aumento percentual em relação ao ano anterior, mas não alcançou o máximo do período. As taxas de abandono oscilaram entre aumentos e quedas pequenas, sendo que no ano da pandemia de COVID-19 (2020) ocorreu um considerável aumento, motivado, talvez, pelo próprio cenário pandêmico, um período de muitas incertezas e até pela inadaptação com o formato de ensino remoto adotado em todo o país.

No 2º ano, as taxas de reprovação diminuíram de 2017 a 2019, voltando a crescer nos anos de 2021 e 2022, porém sem atingir o máximo no período analisado. As taxas de abandono também variaram ao longo do período, alcançando o maior índice em 2020, ano pandêmico. Por fim, no 3º ano, as taxas de reprovação apresentaram quedas consideráveis de 2017 para 2018, atingindo a taxa de zero em alguns anos (2019 a 2021). Entretanto, em 2022, a taxa teve um pequeno aumento, mas longe de atingir o máximo do período. No que diz respeito ao abandono, as taxas mostraram pequenas variações ao longo do período, oscilando entre quedas e aumentos.

Quanto às proficiências médias nas avaliações do SAEB no Brasil, no estado de Minas Gerais, na cidade de Leopoldina e na EE Luiz Salgado Lima, os resultados são apresentados na tabela 14.

Tabela 14 - Proficiência média nas avaliações do SAEB

ANO	PROFICIÊNCIA MÉDIA							
	Língua Portuguesa				Matemática			
	Brasil	MG	Leopoldina	EELSL	Brasil	MG	Leopoldina	EELSL
2017	260,12	268,49	277,88	251,66	259,92	271,59	283,46	256,49
2019	272,02	277,84	286,72	292,03	268,61	278,74	291,88	287,86
2021	269,54	273,83	280,41	276,83	262,37	268,66	282,90	268,78

Fonte: Elaborada pela autora com base em QEdU (2023b).

Durante o período analisado (2017-2021), a proficiência em Língua Portuguesa na EE Luiz Salgado Lima (EELSL) apresentou variação entre 251,66 e 276,83 pontos. Houve um aumento expressivo de 40,37 pontos em 2019, seguido

por uma queda de 15,2 pontos em 2021. Com isso, a classificação da escola evoluiu do nível 2 para o 3. Comparando os dados de 2021, a proficiência da escola foi superior à nacional e estadual, mas ligeiramente inferior à do município. Apesar dessa evolução, a escola se manteve no patamar básico de proficiência, conforme tabela 5, apresentada anteriormente.

Em Matemática, houve variação na proficiência entre 256,49 em 2017 para 268,78 em 2021. Embora tenha havido um aumento, a classificação da escola permaneceu no nível 2, conforme podemos identificar na tabela 5 acima referida, indicando uma proficiência considerada insuficiente. Quanto aos resultados para a disciplina, é válido destacar que houve um aumento de 31,37 pontos de 2017 para 2019 e um decréscimo de 19,08 pontos comparando-se os anos de 2019 e 2021. Em 2021, a escola teve uma proficiência ligeiramente superior à nacional, praticamente igual à estadual, mas 14,12 pontos abaixo da municipal.

Considerando os níveis de proficiência apresentados na tabela 5 e nas notas de rodapé, em Língua Portuguesa, a escola e o município estão no nível 3, enquanto o país e o estado estão no nível 2. Apesar das diferenças, todos se encontram no nível básico de proficiência. Em Matemática, a escola, o país e o estado encontram-se no nível 2, considerado insuficiente, enquanto o município está no nível 3 de proficiência, considerado básico.

Entre 2017 e 2019, a escola experimentou um crescimento significativo tanto em Português quanto em Matemática. No entanto, entre 2019 e 2021, houve uma queda, tendência observada não apenas na instituição, mas também no país, no estado de Minas Gerais e na cidade de Leopoldina. Embora os dados numéricos variem, a proficiência de língua portuguesa e matemática tanto na escola quanto em nível nacional, estadual e municipal é preocupante, evidenciando a necessidade de esforços para o desempenho nessas áreas. Vale ressaltar que, em virtude da pandemia de COVID-19, tanto o estado de Minas Gerais quanto a escola adotaram o ensino remoto de março de 2020 a novembro de 2021 como medida de enfrentamento às circunstâncias impostas pela situação de saúde pública, o que pode ter impactado, de alguma forma, a proficiência dos alunos nas avaliações do SAEB.

Em 2022, em cumprimento às diretrizes da Secretaria de Estado da Educação, a escola deu início ao processo de implementação do Novo Ensino

Médio, após um período em que a interação entre profissionais, estudantes e familiares ocorreu de maneira remota, devido à pandemia de COVID-19. O processo de implementação teve início com o 1º ano do Ensino Médio, conforme previsto pela resolução, tendo sido realizada a escolha de duas disciplinas eletivas dentro do catálogo disponível, em um processo que deveria envolver escola e estudantes. No entanto, essas disciplinas foram escolhidas pela escola sem a participação dos educandos, uma vez que o contato presencial só ocorreu em novembro de 2021.

Outro ponto a se destacar é que, por se tratar de um retorno pós-pandêmico, não foram realizadas reuniões com os pais/responsáveis dos alunos envolvidos na alteração para que eles ficassem cientes de como seria desenvolvido o Novo Ensino Médio. Esses responsáveis apenas receberam um bilhete informando o novo horário escolar dos estudantes.

Ao iniciar a implementação do Novo Ensino Médio com as três turmas do 1º ano, cujo número de matrículas é inferior a 250, a escola teve o direito de um profissional para ser o Coordenador Geral no turno da manhã, com carga horária de sete horas aulas semanais, para, junto com o Especialista da Educação, articular o desenvolvimento da nova proposta junto a toda a equipe escolar. Como dentre os professores efetivos nenhum manifestou interesse em exercer o cargo, o Coordenador Geral foi convocado.

No final de 2022, de acordo com a Resolução nº 4.777/22, o processo de seleção das áreas de conhecimento a serem oferecidas pela escola no ano subsequente envolveria estudantes e instituição de ensino. Conforme determinado, os alunos do 1º ano deveriam escolher as duas eletivas, enquanto os do 2º ano deveriam optar pelas Áreas do Aprofundamento e duas eletivas.

Entretanto, constatou-se que na EE Luiz Salgado Lima a escolha das Áreas do Conhecimento foi restrita aos matriculados no 1º ano do Ensino Médio, os quais cursariam o 2º ano no ano subsequente. Por outro lado, a seleção das duas eletivas, tanto para o 1º ano quanto para o 2º ano, foi novamente realizada exclusivamente pela escola, sem a participação efetiva dos educandos, conforme registros arquivados na escola. O processo passou por uma deliberação pela instituição de ensino, em colaboração com os professores, visando equilibrar as disciplinas do Núcleo Comum e levando em consideração a disponibilidade docente para o desenvolvimento dos currículos.

Com base nas matrículas registradas no SIMADE, a escola apresenta, em 2023, um total de 107 estudantes distribuídos em três turmas de 2º ano do Ensino Médio. Diante desse cenário, as Diretrizes para implementação dos Itinerários Formativos de Aprofundamento nas Áreas de Conhecimento estabeleceram a possibilidade de oferta de até três áreas de conhecimento. A definição das áreas a serem ofertadas foi pautada pela votação realizada com os estudantes matriculados no 1º ano do Ensino Médio em 2022. Ela ocorreu após uma apresentação das áreas pelo Coordenador do Novo Ensino Médio, através de palestra acompanhada por slides em PowerPoint. Foram selecionadas aquelas que receberam maior preferência, uma vez que as opções com um número reduzido de escolhas não foram disponibilizadas para os estudantes.

Destaca-se que os alunos que efetuaram suas matrículas apenas no ano de 2023 não tiveram a oportunidade de realizar escolhas específicas, sendo alocados nas turmas que possuíam vagas disponíveis, ou seja, aquelas que ainda não haviam atingido o limite de 35 alunos.

Conforme orienta a Resolução nº4.657/2021, um horário diário foi adicionado para cumprir a nova carga horária. No entanto, essa mudança tem impactado alguns alunos beneficiados pelo Programa Estadual de Transporte Escolar, que enfrentam dificuldades para participar das atividades do último horário devido ao fato de que o transporte para a zona rural ocorre antes do término das aulas. Para contornar essa situação, os educandos recebem as atividades do dia para realizarem em suas residências.

A mencionada resolução também sugere que a carga horária do 6º horário possa ser cumprida no contraturno, em um dia da semana. No entanto, isso demandaria salas ociosas na escola, condição que não é atendida pela instituição. A tabela 15 a seguir apresenta o número de alunos afetados pela necessidade de deixar a escola antes do término das aulas para uso do transporte escolar.

Tabela 15 - Número de alunos das turmas do Novo Ensino Médio – Zona Rural

<b>Série</b>	<b>Número total de alunos</b>	<b>Número de alunos zona rural</b>
1º ano	105	00
2º ano	107	02
3º ano	99	05

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da Secretaria Escolar (2023).

Conforme é possível verificar na tabela 15, sete alunos do Novo Ensino Médio, por residirem na zona rural e dependerem de transporte, não conseguem participar das atividades do 6º horário na escola junto com os demais colegas e professores. Em virtude das circunstâncias sociais, esses estudantes realizam as atividades em casa, de forma isolada. Embora as recebam, aproximadamente 2% e 5% dos alunos do segundo e terceiro ano da escola, respectivamente, não participam dos momentos de discussão e troca de informações, fundamentais para tornar o processo de ensino-aprendizagem mais dinâmico, interativo e reflexivo. Ao implementar o NEM, as secretarias de educação não levaram em consideração as particularidades presentes nos diferentes estabelecimentos de ensino.

Outro problema do Ensino Médio é o índice de reprovação e evasão ao longo dos anos, o que pode ser comprovado na tabela 16.

Tabela 16 - Resultado final dos estudantes do 1º ano do Ensino Médio (2016-2022)  
(Continua)

<b>Ano</b>	<b>Número de alunos</b>	<b>Aprovados (%)</b>	<b>Reprovados (%)</b>	<b>Desistentes (%)</b>
2016	118	74,4%	23,9%	1,7%
2017	141	63,2%	34%	2,8%
2018	116	69,3%	28,1%	2,6%
2019	140	70,6%	24,3%	5,1%
2020	141	76,8%	0	23,2%
2021	108	90,7%	5,6%	3,7%

(Conclusão)

<b>Ano</b>	<b>Número de alunos</b>	<b>Aprovados (%)</b>	<b>Reprovados (%)</b>	<b>Desistentes (%)</b>
2022	100	84,8%	15,2%	0

Fonte: QEdu (2023d).

Com base nos resultados apresentados na tabela 16, referente à turma do 1º ano do Ensino Médio, que foi a de implementação do NEM, percebe-se claramente que a escola tem enfrentado oscilações no índice de reprovação. De 2016 para 2017, houve um aumento significativo nesse número. Entretanto, de 2017 a 2019, observam-se quedas sucessivas no índice. Em 2020, ano marcado pela pandemia de COVID-19, observou-se que o índice de reprovação foi zero, especialmente devido à adoção da Progressão Continuada para o referido ano. Em contrapartida, em 2021 e 2022, houve um aumento no índice de reprovação, porém, mesmo assim, não superou os valores registrados em nenhum dos anos anteriores à pandemia.

Quando estabelecemos um comparativo entre 2016 e 2019, percebemos que a taxa de aprovação apresentou uma queda de 3,8 pontos. Contudo, não é uma tendência, visto que se observa o aumento nessa mesma taxa de 2017 para 2018, o que se mantém até 2021, com nova queda em 2022. A média de aprovações no primeiro ano do ensino médio nesse período (2016 a 2019) foi de aproximadamente 69,4%. Contudo, ao analisarmos os anos de 2020 e 2022, observamos um aumento significativo na taxa média de aprovações, chegando a aproximadamente 88%. Isso sugere um progresso contínuo da escola ao longo dos anos no que diz respeito à tal taxa, mas não podemos deixar de considerar que exatamente neste período de 2020 a 2022 a educação atravessou a pandemia de Covid-19, adotando como medida a progressão dos alunos, o que tem influência direta sobre as taxas de aprovação.

No que diz respeito ao abandono escolar, verificaram-se pequenas oscilações ao longo do período analisado, com valores oscilando entre 5,1%, em 2019, e 1,7%, em 2016. Jogamos luz para o ano de 2020, ano pandêmico que registrou um considerável aumento nesse indicador, alcançando 23,2% de abandono. Com a implementação do Novo Ensino Médio, que propõe aulas mais dinâmicas e contextualizadas a fim de promover maior envolvimento dos educandos, o quadro manteve-se em queda, observando-se, em 2022, a ausência de alunos desistentes.

Contudo, não é apropriado atribuir esse resultado ao NEM, pois seria necessário um estudo mais aprofundado, visto ser o abandono/evasão escolar um fenômeno complexo e multifacetado.

Após a descrição do cenário da escola estudada e considerando o que a proposta estadual traz como documento orientador, os desafios encontrados na implementação da política são muitos. Na próxima subseção trataremos como a escola tem organizado a gestão curricular na proposta no NEM.

### **2.3.1 A gestão pedagógica na implementação da proposta curricular do Novo Ensino Médio na escola**

Nesta subseção apresentaremos as capacitações para a equipe pedagógica e sua estrutura curricular. Serão descritos os problemas enfrentados pela equipe pedagógica da EE Luiz Salgado Lima no Ensino Médio no atendimento às alterações curriculares propostas pela Lei nº13.415/2017.

A Lei Estadual nº 20.592/2012 e o Decreto Lei nº 46.125/2013 estabelecem que a carga horária semanal do professor deve incluir oito horas destinadas a atividades extraclasse, as quais englobam “atividades de capacitação, planejamento, avaliação e reuniões” (Mirais Gerais, 2012). Dessas oito horas, “quatro horas semanais na própria escola ou em local definido pela direção da escola, sendo até duas horas semanais são dedicadas a reuniões” (Minas Gerais, 2012).

Para cumprir a legislação, as reuniões da escola são realizadas regularmente às terças-feiras e delas participam a direção, os especialistas da educação, o coordenador do NEM e os professores. Os assuntos pedagógicos são de responsabilidade do Especialista da Educação, enquanto as questões relacionadas ao NEM são responsabilidade do Especialista da Educação e o Coordenador do NEM. Já os assuntos administrativos são tratados pela direção da escola.

Apesar da implementação de uma nova política pública educacional que prometia diversas alterações para o Ensino Médio, a carga horária remunerada destinada às reuniões coletivas permaneceu inalterada, conforme quadro 6 a seguir.

Quadro 6 - Reuniões Coletivas – Lei Estadual nº 20.592/2012 e Decreto Lei nº 46.125/2013

	<b>Horas destinadas a reuniões coletivas remuneradas</b>	<b>Foco dos assuntos deliberados</b>	<b>Responsável</b>
Antes da implementação do NEM	2h	Administrativo	Direção
		Pedagógico	Especialista da Educação
Posterior a implementação do NEM	2h	Administrativo	Direção
		Pedagógico	Especialista da Educação
		NEM	Especialista da Educação e Coordenador do NEM

Fonte: Elaborado pela autora com base na Lei Estadual e Decreto Lei (2023).

Durante a implementação das alterações propostas no currículo na Escola Estadual Luiz Salgado Lima, sob orientação do Programa Novo Ensino Médio (NEM), foram identificadas diversas dificuldades. Dentre elas, destacam-se a falta de um planejamento coletivo, falta de interdisciplinaridade e contextualização entre os conteúdos abordados, bem como a carência de capacitação específica para os professores dos itinerários formativos.

As reuniões de caráter coletivo devem abordar temas pedagógicos, administrativos ou institucionais, sempre alinhados ao Projeto Político Pedagógico. Contudo, conforme registrado em atas, elas abordam tanto assuntos pedagógicos quanto administrativos, faltando um espaço dedicado para a troca de experiências e o planejamento entre os professores. Como nas reuniões coletivas não há um momento específico destinado ao planejamento, ficando essa responsabilidade a cargo de cada professor durante suas horas individuais de cumprimento, essa abordagem resulta em aulas fragmentadas, uma vez que não ocorre a oportunidade de trocas de informações para alinhar os planos de ensino.

Apontamos também a falta de registros de atividades interdisciplinares envolvendo os conteúdos dos Itinerários Formativos e a Formação Geral Básica. Além disso, conforme registro nos planos de cursos dos docentes, houve pouca utilização de metodologias e recursos didáticos inovadores no desenvolvimento das aulas, conforme está previsto nas orientações para a implementação do NEM (Brasil, 2018b).

No início da implementação do NEM na escola houve apenas duas reuniões específicas para os professores que atuam no 1º ano. Foram realizadas 26 reuniões coletivas no ano de 2022, nas quais estavam presentes professores, especialistas da educação, coordenador do NEM, vice-diretor e diretor, cujas pautas são apresentadas no quadro 7 a seguir:

Quadro 7 - Dados das reuniões coletivas no ano de 2022

(Continua)

<b>Data da reunião</b>	<b>Pauta</b>	<b>Presentes</b>
01/02/2022	Boas vindas e estudo do Boletim Informativo para servidores em Estágio Probatório.	Professores ensino fundamental e médio, vice-diretor, especialistas da educação e diretor
02/02/2022	Estudo da Resolução SEE 4692/2021.	Professores ensino fundamental e médio, vice-diretor, especialistas da educação e diretor
03/02/2022	Seminário “A escola como ambiente promotor de saúde e favorável a prevenção da obesidade infantil”.	Professores ensino fundamental e médio, vice-diretor, especialistas da educação e diretor
04/02/2022	Protocolo Sanitário e Semana do Acolhimento.	Professores ensino fundamental e médio, vice-diretor, especialistas da educação e diretor
05/02/2022	Calendário Escolar 2022 e	Professores ensino

(Continuação)

<b>Data da reunião</b>	<b>Pauta</b>	<b>Presentes</b>
05/02/2022	Documento Orientador Intervenção Pedagógica.	fundamental e médio, vice-diretor, especialistas da educação e diretor
08/02/2022	Horário de Entrada/Saída e Currículo Novo Ensino Médio – Itinerários Formativos.	Professores ensino fundamental e médio, vice-diretor, especialistas da educação e diretor
15/02/2022	PDI – Alunos da Escola e Divisão por áreas para Planejamento Coletivo.	Professores ensino fundamental e médio, vice-diretor, especialistas da educação, coordenador do NEM e diretor
22/02/2022	Procedimento para eleição de diretor em uma escola do município, explicação de como preencher o MAPA de resultados das Avaliações Diagnóstica 2022 e Habilidades BNCC.	Professores ensino fundamental e médio, vice-diretor, especialistas da educação, coordenador do NEM e diretor
15/03/2022	Lei Complementar 173 e Análise do Livro Didático.	Professores ensino fundamental e médio, vice-diretor, especialistas da educação, coordenador do NEM e diretor
22/03/2022	O uso de máscara na escola e sugestões de temáticas para o sábado letivo.	Professores ensino fundamental e médio, vice-diretor, especialistas da educação, coordenador do NEM e diretor

(Continuação)

<b>Data da reunião</b>	<b>Pauta</b>	<b>Presentes</b>
05/04/2022	Cancelamento de Férias Prêmio, Perícia Médica e Declaração de Bens e Valores.	Professores ensino fundamental e médio, vice-diretor, especialistas da educação, coordenador do NEM e diretor
03/05/2022	Como acessar os resultados PROALFA/PROEB e apresentação desses resultados.	Professores ensino fundamental e médio, vice-diretor, especialistas da educação, coordenador do NEM e diretor
10/05/2022	Reposição de carga horária para servidores que aderiram à greve.	Professores ensino fundamental, ensino médio e servidores administrativos que aderiram à greve, vice-diretor e diretor
24/05/2022	Apresentação dos resultados PROEB, apresentação de materiais para professor de apoio e troca de experiências após análise da crônica "O verbo foi".	Professores ensino fundamental e médio, vice-diretor, especialistas da educação, coordenador do NEM e diretor
21/06/2022	Repasse de e-mail e Feedback psicóloga Laura de um trabalho realizado nas turmas de 1º anos do Ensino Médio.	Professores ensino fundamental e médio, vice-diretor, especialistas da educação, coordenador do NEM e diretor
08/07/2022	Projeto Político Pedagógico.	Professores ensino fundamental e médio, vice-diretor, especialistas da educação, coordenador do

(Continuação)

Data da reunião	Pauta	Presentes
	.	NEM e diretor
26/07/2022	Certificação de Diretor de Escola, Licença Saúde e Contratação/Convocação no período eleitoral.	Professores ensino fundamental e médio, vice-diretor, especialistas da educação, coordenador do NEM e diretor
02/08/2022	Informações Núcleo de Acolhimento Educacional (NAE) e Palestra online: Habilidades e Competências – Anna Penido.	Professores ensino fundamental e médio, vice-diretor, especialistas da educação, coordenador do NEM e diretor
09/08/2022	Montar equipe de trabalho – Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) Interativo, Licença Saúde, Plano Nacional de Livro Didático, propostas de ação para os sábados letivos e planejamento da Semana da Juventude.	Professores ensino fundamental e médio, vice-diretor, especialistas da educação, coordenador do NEM e diretor
13/09/2022	Informações do Novo Ensino Médio	Professores do ensino médio, vice-diretor, especialista da educação, coordenador do NEM e diretor
20/09/2022	Apresentação da equipe NAE, aplicação Avaliação Trimestral e como acessar ao site do SIMAVE.	Professores ensino fundamental e médio, vice-diretor, especialistas da educação, coordenador do NEM e diretor
25/10/2022	Roda de conversa com técnicas do Centro de Referência em	Professores ensino fundamental e médio, vice-

(Conclusão)

<b>Data da reunião</b>	<b>Pauta</b>	<b>Presentes</b>
	Educação Inclusiva (CREI).	diretor, especialistas da educação, coordenador do NEM e diretor
08/11/2022	Processo de Escolha de Diretor de Escola.	Professores ensino fundamental e médio, vice-diretor, especialistas da educação, coordenador do NEM e diretor
22/11/2022	Prorrogação prazo preenchimento do questionário do SIMAVE, perícia médica e distribuição de aulas para o ano de 2023.	Professores ensino fundamental e médio, vice-diretor, especialistas da educação, coordenador do NEM e diretor
13/12/2022	Conselho de Classe.	Professores ensino fundamental e médio, vice-diretor, especialistas da educação, coordenador do NEM e diretor

Fonte: Livro de Ata de Reuniões (2022c).

Nas reuniões coletivas apresentadas no quadro 7, é possível observar, pelo registro da pauta de cada uma delas que, em apenas duas (destacadas no quadro), há menção ao Novo Ensino Médio. Na primeira, no dia 8 de fevereiro de 2022, a Especialista da Educação apresentou as ementas, os objetivos de aprendizagem e de conhecimento dos itinerários formativos desenvolvidos na escola. Na segunda reunião, no dia 13 de setembro de 2022, o Coordenador do Novo Ensino Médio repassou as principais orientações da resolução e das diretrizes e informou como seria a continuidade da implementação no ano de 2023, período em que a escola estaria com as turmas de 1º e 2º anos do Ensino Médio. A formação específica para

os professores que desenvolveriam os itinerários não aconteceu no início do ano letivo, somente no segundo semestre do referido ano.

A tabela 17 apresenta, em percentual, os temas discutidos nas reuniões coletivas da EE Luiz Salgado Lima em 2022.

Tabela 17 - Reuniões de Caráter Coletivo realizadas em 2022

<b>Finalidade</b>	<b>Pauta da reunião</b>	<b>Porcentagem de realizações</b>
Administrativa	Assuntos administrativos	28% (n=7 reuniões)
Pedagógica	Formação Geral	20% (n=5 reuniões)
	NEM	8% (n=2 reuniões)
	Planejamento Coletivo	4% (n=1 reunião)
	Geral (Escolha de Livro Didático, Resultados de Avaliação Externas, Conselhos de Classe)	20% (n=5 reuniões)
Administrativa e Pedagógica	Assuntos administrativos e pedagógicos	20% (n=5 reuniões)
Total		100% (n=25 reuniões)

Fonte: Livro de Ata de Reuniões (2022c).

De acordo com os dados apresentados, durante o primeiro ano de implementação do NEM, observa-se que, das reuniões coletivas programadas, conforme exigência legal<sup>4</sup>, com duração de duas horas semanais, apenas 8% delas abordaram temas relacionados ao NEM. Além disso, considerando a proposta de integração curricular, constatou-se que em apenas 4% dessas reuniões os

<sup>4</sup> Lei Estadual nº 20.592/2012 e o Decreto Lei nº 46.125/2013.

professores se dedicaram ao planejamento coletivo, evidenciando a necessidade de aprimoramento na promoção da integração e discussão coletiva.

A SEE-MG organizou para a formação continuada dos profissionais da educação dez webinários, em que era apresentado o contexto geral do NEM. Entretanto, a formação organizada pela Superintendência Regional de Ensino, voltada para Coordenadores do Novo Ensino Médio e Especialista da Educação, só teve início em setembro de 2022, o que dificultou o desenvolvimento inicial das novas propostas de trabalho. Com a criação de uma nova política pública educacional, torna-se necessária a formação dos educadores. No entanto, a Secretaria de Estado da Educação de Minas Geras não realizou essa formação para os educadores que atuariam especificamente nos itinerários formativos, com exceção do itinerário Tecnologia e Inovação, dificultando o desenvolvimento dos conteúdos propostos na ementa apresentada pela SEE/MG para cada componente curricular.

O quadro 8 a seguir apresenta as oportunidades de formação continuada oferecidas aos profissionais da EE Luiz Salgado Lima pela SEE/MG no ano de 2021 e 2022.

Quadro 8 - Formação Continuada oferecidas nos anos de 2021 e 2022

(Continua)

<b>Formação</b>	<b>Tipo</b>	<b>Público</b>	<b>Ano de oferta</b>
O currículo Referência de Minas Gerais	EAD – Escola de Formação	Educadores, Especialistas em Educação Básica e Gestores	2021
Tecnologia e Inovação – Módulo Introdutório	EAD – Escola de Formação	Educadores que ministram o componente	2022
Tecnologia e Inovação – Módulo Aprofundamento	EAD – Escola de Formação	Educadores que ministram o componente	2022
O Novo Ensino Médio em Minas Gerais	Webinar/SEE	Profissionais da Educação da rede	2021

(Continuação)

<b>Formação</b>	<b>Tipo</b>	<b>Público</b>	<b>Ano de oferta</b>
Currículo Referência e Formações		estadual	
O que tem de novo no Ensino Médio	Webinar/SEE	Profissionais da Educação da rede estadual	2021
A Escola do Ensino Médio, os (as) jovens e seus projetos de vida.	Webinar/SEE	Profissionais da Educação da rede estadual	2021
Itinerários e eletivas no Ensino Médio: espaço para o professor-autor e diálogos com o currículo de Minas.	Webinar/SEE	Profissionais da Educação da rede estadual	2021
Educadores do Ensino Médio: competências e práticas	Webinar/SEE	Profissionais da Educação da rede estadual	2021
Educadores e seus projetos de vida	Webinar/SEE	Profissionais da Educação da rede estadual	2021
Convite à comunidade de aprendizagem	Webinar/SEE	Profissionais da Educação da rede estadual	2021
Integração curricular e áreas de conhecimento	Webinar/SEE	Profissionais da Educação da rede estadual	2021
Ser Gestor no Ensino Médio	Webinar/SEE	Profissionais da Educação da rede	2021

(Conclusão)

<b>Formação</b>	<b>Tipo</b>	<b>Público</b>	<b>Ano de oferta</b>
		estadual	
Novo Ensino Médio: mudanças para 2022	Webinar/SEE	Profissionais da Educação da rede estadual	2021

Fonte: Minas Gerais (2022).

A escolha das eletivas para o 1º ano do Ensino Médio aconteceu em 2021, quando obrigatoriamente as aulas retornariam presencialmente no mês de novembro. Contudo, os alunos ainda não estavam seguros de voltar à escola. Com isso, essa escolha foi feita pela escola e ficou definida conforme o quadro 9.

Quadro 9 - Estrutura Curricular do Novo Ensino Médio – 1º ano do Ensino Médio da EE Luiz Salgado Lima – 2022

(Continua)

<b>NEM</b>	<b>Áreas de conhecimento</b>	<b>Componentes Curriculares</b>
Formação Geral Básica	Linguagens e suas tecnologias	Língua Portuguesa, Língua Inglesa, Educação Física e Arte
	Matemática e suas tecnologias	Matemática
	Ciências Humanas e Sociais Aplicadas	História, Geografia, Filosofia e Sociologia
	Ciências da Natureza e suas tecnologias	Química, Física e Biologia
Itinerários Formativos	Eletivas	Eletiva 1- Preparação para o ENEM – Matemática
		Eletiva 2- Preparação para o ENEM – Linguagens
	Aprofundamento nas áreas de conhecimento	Núcleo de Inovação Matemática

(Conclusão)

NEM	Áreas de conhecimento	Componentes Curriculares
Itinerários Formativos	Aprofundamento nas áreas de conhecimento	Ciências da Natureza e suas tecnologias
		Práticas Comunicativas e Criativas
		Humanidades e Ciências Sociais
	Preparação para o Mundo do Trabalho	Introdução ao Mundo do Trabalho
		Tecnologia e Inovação
	Projeto de Vida	Projeto de Vida

Fonte: Elaborado pela autora com base na Matriz Curricular da EE Luiz Salgado Lima (2022).

Ao analisar a matriz curricular, constata-se que ela está em conformidade com a Resolução SEE/MG nº 4.657/21, no que se refere aos componentes curriculares, diferenciando-se apenas nas disciplinas eletivas em comparação a outras instituições estaduais, uma vez que o processo de escolha das eletivas foram internas a cada estabelecimento. Nesse contexto, na instituição escolar em questão, foram oferecidas disciplinas eletivas específicas: Preparação para o ENEM - Linguagens e Matemática.

No final do ano letivo de 2022 começou a preparação para a escolha das áreas de conhecimento para as turmas do 2º ano de 2023 em um processo que envolvesse estudantes. Por se tratar de uma escola de Ensino Médio com três turmas de 2º ano, poderiam ser ofertadas, no máximo, três áreas de Aprofundamento do Conhecimento. Os alunos que cursavam o 1º ano do Ensino Médio, após serem apresentados às nove áreas de conhecimento através de palestras com o professor coordenador do Novo Ensino Médio, puderam realizar a escolha.

Em 2023, a escola oferta duas áreas de Aprofundamento do Conhecimento: Aprofundamento em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e Ciências da Natureza

e suas Tecnologias (CHS/CNT) e Aprofundamento nas quatro áreas de conhecimento – Linguagem e suas tecnologias, Matemática e suas tecnologias, Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e Ciências da Natureza e suas Tecnologias (LGG/MAT/CHS/CNT). A distribuição curricular para as turmas do 2º ano do Ensino Médio ficou conforme descrito nos quadros 10 e 11 a seguir. No quadro 10 consta a estrutura curricular, contemplando Ciências Humanas e Sociais e Ciências da Natureza e suas Tecnologias:

Quadro 10 - Estrutura Curricular do Novo Ensino Médio – 2º ano do Ensino Médio da E. E. Luiz Salgado Lima – CHS/CNT – ano 2023

(Continua)

<b>NEM</b>	<b>Áreas de conhecimento</b>	<b>Componentes Curriculares</b>
Formação Geral Básica	Linguagens e suas tecnologias	Língua Portuguesa, Língua Inglesa, Educação Física e Arte
	Matemática e suas tecnologias	Matemática
	Ciências Humanas e Sociais Aplicadas	História, Geografia, Filosofia e Sociologia
	Ciências da Natureza e suas tecnologias	Química, Física e Biologia
Itinerários Formativos	Eletivas	Eletiva 1- Educação Financeira
		Eletiva 2- Redação para o ENEM
	Aprofundamento em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e Ciências da Natureza e suas tecnologias (CHS/CNT) Macrotema: Cidades Sustentáveis	Construção Coletiva nos Diversos Espaços (CHS)
		Problema e Ação (CHS)
		Cidade e Meio Ambiente (CNT)
		Urbanização Sustentável (CNT)

(Conclusão)

<b>NEM</b>	<b>Áreas de conhecimento</b>	<b>Componentes Curriculares</b>
Itinerários Formativos	Preparação para o Mundo do Trabalho	Tecnologia e Inovação
	Projeto de Vida	Projeto de Vida

Fonte: Elaborado pela autora com base na Matriz Curricular da EE Luiz Salgado Lima (2023).

A FGB é uma característica compartilhada por todas as escolas da rede. Enquanto isso, os itinerários formativos incluem disciplinas como Eletivas, Preparação para o Mundo do Trabalho e Projeto de Vida, comuns às três turmas do 2º ano do Ensino Médio da EE Luiz Salgado Lima. Por outro lado, a área de conhecimento oferecida às duas turmas da escola pesquisada abrange os componentes curriculares de CHS/CNT, com foco no Macrotema "Cidades Sustentáveis". O quadro 11 a seguir ilustra a estrutura curricular de outra turma do 2º ano do Ensino Médio da mesma escola.

Quadro 11 - Estrutura Curricular do Novo Ensino Médio – 2º ano do Ensino Médio da E. E. Luiz Salgado Lima – LGG/MAT/CHS/CNT – ano 2023

(Continua)

<b>NEM</b>	<b>Áreas de conhecimento</b>	<b>Componentes Curriculares</b>
Formação Geral Básica	Linguagens e suas tecnologias	Língua Portuguesa, Língua Inglesa, Educação Física e Arte
	Matemática e suas tecnologias	Matemática
	Ciências Humanas e Sociais Aplicadas	História, Geografia, Filosofia e Sociologia
	Ciências da Natureza e suas tecnologias	Química, Física e Biologia
Itinerários Formativos	Eletivas	Eletiva 1- Educação Financeira

(Conclusão)

<b>NEM</b>	<b>Áreas de conhecimento</b>	<b>Componentes Curriculares</b>
Itinerários Formativos	Eletivas	Eletiva 2- Redação para o ENEM
	Aprofundamento nas quatro áreas de conhecimento (LGG/MAT/CHS/CNT) Macrotema: Educação para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável	Práticas Comunicativas e Criativas
		Humanidades e Ciências Sociais
		Núcleo de Inovação Matemática
		Saberes e Investigação da Natureza
	Preparação para o Mundo do Trabalho	Tecnologia e Inovação
	Projeto de Vida	Projeto de Vida

Fonte: Elaborado pela autora com base na Matriz Curricular da EE Luiz Salgado Lima (2023)

O quadro 11 exibe a estrutura curricular de uma das turmas do 2º ano do Ensino Médio da EE Luiz Salgado Lima. Essa turma se distingue das outras pela organização das disciplinas por área de conhecimento. Nesse caso específico, tem uma abordagem integrada das disciplinas de LGG (Linguagens e suas Tecnologias), MAT (Matemática e suas Tecnologias, CHS (Ciências Humanas e Sociais Aplicadas) e CNT (Ciências da Natureza e suas Tecnologias), com enfoque foco no Macrotema “Educação para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável”.

Além da ampliação da carga horária e flexibilização curricular (Formação Geral Básica e Itinerário Formativo), a reformulação prevê também o protagonismo juvenil, formação integral do estudante e práticas pedagógicas mais dinâmicas e interativas.

Os Itinerários Formativos devem estar articulados com a Formação Geral Básica, fomentando, em conjunto, estratégias pedagógicas que promovam a análise crítica e a problematização, conectando experiências educativas com a realidade do estudante, estimulando a

capacidade de aprender a aprender, por meio da leitura, da produção escrita e da articulação entre teoria e prática.

Ademais, os Itinerários Formativos devem possibilitar o aprofundamento e a ampliação das aprendizagens relacionadas às competências gerais da BNCC, além de incorporar, nas estratégias educacionais, valores relacionados à ética, liberdade, democracia, justiça social, pluralidade, solidariedade e sustentabilidade (Brasil, 2022, p.15).

Analisando o plano de curso e os diários escolares dos 21 componentes curriculares desenvolvidos nas turmas de 1º ano do Ensino Médio no ano de 2022, as disciplinas continuam se desenvolvendo de forma isolada e sem interligação dos conteúdos. A seguir, os quadros 12, 13 e 14 apresentam as informações coletadas nos planos de cursos.

Quadro 12 - Dados dos Planos de Cursos do 1º ano do Ensino Médio – 2022

(Continua)

		Plano de curso	Metodologia	Recursos didáticos
Introdução ao mundo do trabalho	1º Bimestre	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Competências básicas para o mundo do trabalho;</li> <li>● Vocações e competências;</li> <li>● Como desenvolver competências;</li> <li>● Relacionamento interpessoal;</li> <li>● Comunicação interpessoal;</li> <li>● Identidade: Aprendendo a ser;</li> <li>● Integração;</li> <li>● Autoconhecimento: passado e presente;</li> <li>● Autoconhecimento:</li> </ul>	Aula expositiva e trabalhos em grupo	Anotações no caderno, quadro/pincel, internet (quando possível).

(Continuação)

		<b>Plano de curso</b>	<b>Metodologia</b>	<b>Recursos didáticos</b>
Introdução ao mundo do trabalho		futuro; <ul style="list-style-type: none"> <li>• Minhas potencialidades</li> </ul>	Aula expositiva e trabalhos em grupo	Anotações no caderno, quadro/pincel, internet (quando possível).
	2º Bimestre	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Economia: entendendo como ela se movimenta;</li> <li>• Setores da economia e da sociedade;</li> <li>• Construção de empresas;</li> <li>• Como definir prioridades e manter o foco;</li> <li>• Missão, visão e valores organizacionais;</li> <li>• Interdependência positiva: melhores resultados no mundo do trabalho;</li> <li>• Trabalho em equipe.</li> </ul>	Aula expositiva e trabalhos em grupo	Anotações no caderno, quadro/pincel, internet (quando possível).
	3º Bimestre	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Relações interpessoais e qualidade de vida no trabalho;</li> <li>• Saúde preventiva e qualidade de vida;</li> </ul>	Aula expositiva, trabalhos em grupo e jogo da velha.	Anotações no caderno, quadro/pincel, internet (quando possível).

(Continuação)

		<b>Plano de curso</b>	<b>Metodologia</b>	<b>Recursos didáticos</b>
Introdução ao mundo do trabalho	3º Bimestre	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Estilos de liderança;</li> <li>● Trabalho em equipe: culminância com o jogo da velha;</li> <li>● Comunicação e expressão;</li> <li>● Noções de organograma.</li> </ul>		
	4º Bimestre	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Vida em sociedade, convivências no mundo do trabalho, cultura de paz;</li> <li>● Cultura organizacional;</li> <li>● Cidadania e ética;</li> <li>● Escolhendo caminhos: sonhos de futuro, meus interesses, minhas vocações para o trabalho.</li> </ul>	Aula expositiva e trabalhos em grupo	Anotações no caderno, quadro/pincel, internet (quando possível).
Tecnologia e Inovação	1º Bimestre	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Introdução ao mundo cibernético;</li> <li>● A internet;</li> <li>● Conhecendo computadores;</li> <li>● Pensamento computacional: introdução, interpretando</li> </ul>	Aula expositiva, pesquisa, experimento	Anotações no caderno, livro didático, quadro/pincel e laboratório de informática (quando possível).

(Continuação)

		<b>Plano de curso</b>	<b>Metodologia</b>	<b>Recursos didáticos</b>
Tecnologia e Inovação		instruções, cultura maker – desafios de lógicas desplugados, cultura maker – construindo robôs.		
	2º Bimestre	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Redes Sociais;</li> <li>● Marco civil da internet, LGPD;</li> <li>● O Cyberbullying;</li> </ul>	Aula expositiva e trabalhos em grupo	Anotações no caderno, apostila, quadro/pincel, internet (quando possível) e laboratório de informática (quando possível).
	3º Bimestre	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Jogos: Jogo ensina? Jogadas pelo mundo.</li> <li>● A diversidade de jogos;</li> <li>● Programe a sua vida.</li> </ul>	Aula expositiva e trabalhos em grupo	Anotações no caderno, apostila, quadro/pincel, internet (quando possível) e laboratório de informática (quando possível).
	4º Bimestre	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Circuito no mundo do trabalho;</li> <li>● Circuito elétrico</li> </ul>	Aula expositiva e trabalhos em	Anotações no caderno, apostila,

(Continuação)

		<b>Plano de curso</b>	<b>Metodologia</b>	<b>Recursos didáticos</b>
	4º Bimestre	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Programação.</li> </ul>	grupo	quadro/pincel, internet (quando possível) e laboratório de informática (quando possível).
Ciências da Natureza e suas tecnologias	1º Bimestre	<ul style="list-style-type: none"> <li>● A importância da Ciências em nossas vidas;</li> <li>● Vacinas;</li> <li>● Modelo científico;</li> <li>● Leis científicas;</li> <li>● Espalhamento de Rutherford.</li> </ul>	Aula expositiva, pesquisa e experimento	Anotações no caderno, livro e quadro/pincel.
	2º Bimestre	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Água – Disponibilidade e consumo, ciclo da água, chuvas no Brasil, água consumo e potabilidade, captação da água.</li> </ul>	Aula expositiva e trabalhos em grupos.	Anotações no caderno, livro, quadro/pincel e filme.
	3º Bimestre	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Sustentabilidade – o homem, o meio ambiente e a sociedade: Lixo – tipos de lixo; 10 ações para ajudar o planeta; Importância do</li> </ul>	Aula expositiva	Anotações no caderno, livro, quadro/pincel e filme.

(Conclusão)

		<b>Plano de curso</b>	<b>Metodologia</b>	<b>Recursos didáticos</b>
	3º Bimestre	descarte correto de pilhas e baterias; Resíduos industriais	Aula expositiva	Anotações no caderno, livro, quadro/pincel e filme.
	4º Bimestre	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Plástico – Do que é feito?, tipos de plástico, propriedades físicas (vantagens e desvantagens), contaminação microplásticos;</li> <li>● Alimentação saudável – Diário alimentar, nutrientes para uma alimentação saudável, informação nutricional, dificuldades de uma alimentação saudável.</li> </ul>	Aula expositiva e textos.	Anotações no caderno, livro, quadro/pincel e filme.

Fonte: Elaborado pela autora com base no Plano de Cursos da EE Luiz Salgado Lima (2022d).

Ao analisarmos os Planos de Curso de três componentes curriculares que integram os Itinerários Formativos (Introdução ao Mundo do Trabalho, Ciências da Natureza e suas Tecnologias e Tecnologia e Inovação) do 1º ano do Ensino Médio no ano de 2022, nota-se que os materiais utilizados são básicos, não havendo menção à contextualização de situações e integração com outros conteúdos. Observa-se que cada professor conduziu seu planejamento de forma independente, sem troca de informações para alinhar os planejamentos dos Itinerários e da Formação Geral Básica. Isso pode ter ocorrido devido à falta de participação dos

responsáveis pela implementação da política pública e pela ausência de formação específica dos educadores para implementação do NEM. No quadro 13, são apresentados dados dos planos de curso do 1º ano do Ensino Médio em 2023.

Quadro 13 - Dados dos Planos de Cursos do 1º ano do Ensino Médio – 2023

(Continua)

		<b>Plano de curso</b>	<b>Metodologia</b>	<b>Recursos didáticos</b>
Introdução ao mundo do trabalho	1º Bimestre	<ul style="list-style-type: none"> <li>● O que é trabalho</li> <li>● O que é emprego</li> <li>● Quem sou eu?</li> <li>● Renda Passiva/Renda Ativa/Ganho de Capital</li> <li>● Tipos de trabalhos</li> <li>● O trabalho como dimensão humana</li> <li>● Economia e ecologia e sua relação com o mundo do trabalho</li> <li>● Modelo Econômico: Economia circular, macroeconômico, cooperativismo, associativismo</li> </ul>	Aula expositiva, questionários, roda de conversa, trabalho em grupo e vídeos.	Anotações no caderno, quadro/pincel, internet.
	2º Bimestre	<ul style="list-style-type: none"> <li>● CLT e o sindicalismo da Era Vargas</li> <li>● CLT – O que a legislação prevê</li> <li>● Equidade de gênero no mundo trabalhista</li> <li>● Reforma trabalhista 2017 e seus impactos</li> <li>● Sustentabilidade no</li> </ul>	Aula expositiva e trabalhos em grupo	Anotações no caderno, quadro/pincel, internet.

(Continuação)

		<b>Plano de curso</b>	<b>Metodologia</b>	<b>Recursos didáticos</b>
	2º Bimestre	<p>mundo do trabalho</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Comunicação no ambiente laboral – ferramenta de construção de ambientes saudáveis</li> </ul>	Aula expositiva e trabalhos em grupo	Anotações no caderno, quadro/pincel, internet.
	3º Bimestre	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O trabalho, o bem viver e o bem comum</li> <li>• Habilidades sociais e emocionais aplicadas ao contexto do trabalho</li> <li>• Teoria dos quatros temperamentos – escuta ativa – empatia</li> <li>• Habilidade de comunicação, cooperação e habilidade para formar vínculos</li> <li>• Relações intrapessoais e interpessoais no ambiente de trabalho</li> <li>• Processos coletivos e colaborativos nos ambientes de trabalho</li> <li>• Cinco problemas de comunicação no trabalho e soluções</li> </ul>	Aula expositiva, vídeos.	Anotações no caderno, quadro/pincel, internet.

(Continuação)

		<b>Plano de curso</b>	<b>Metodologia</b>	<b>Recursos didáticos</b>
		para eles <ul style="list-style-type: none"> <li>• Empreendedorismo social</li> </ul> X Responsabilidade social	Aula expositiva, vídeos.	Anotações no caderno, quadro/pincel, internet.
	4º Bimestre	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Criatividade e inovação em ambientes laborais</li> <li>• Intervenção sociocultural e ambiental no mundo do trabalho</li> <li>• Metodologia para estruturação prototipagem de ideias no ambiente de trabalho</li> <li>• Aplicação de outros modelos econômicos (Cooperativismo, Associativismo, Economia Circular)</li> </ul>	Aula expositiva e trabalhos em grupo	Anotações no caderno, quadro/pincel, internet.
Tecnologia e Inovação	1º Bimestre	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Tecnologias digitais da informação e comunicação e seus impactos na sociedade</li> <li>• Mundo cibernético e características do ciberespaço</li> <li>• A internet – as</li> </ul>	Aula expositiva e pesquisa.	Anotações no caderno, apostila quadro/pincel e laboratório de informática.

(Continuação)

		<b>Plano de curso</b>	<b>Metodologia</b>	<b>Recursos didáticos</b>
		vantagens e perigos do uso, distinguindo seus conteúdos para agir de forma ética, segura e responsável.		
	2º Bimestre	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Redes Sociais - Como usamos e para que serve</li> <li>● Ética digital</li> <li>● Internet – terra com leis: direitos e deveres</li> <li>● Marco civil da internet – proteja seus dados</li> <li>● O Cyberbullying.</li> </ul>	Aula expositiva e trabalhos em grupo	Anotações no caderno, apostila, quadro/pincel, internet e laboratório de informática.
	3º Bimestre	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Tecnologia – evolução, mudanças na sociedade e relações interpessoais</li> <li>● Inteligência Artificial – o que é e onde é aplicada?</li> <li>● Jogos – contribuição da resolução de problemas, contribuição para o ensino e jogadas pelo mundo</li> <li>● Programação plugada e desplugada</li> </ul>	Aula expositiva e trabalhos em grupo	Anotações no caderno, apostila, quadro/pincel, internet e laboratório de informática.

(Continuação)

		<b>Plano de curso</b>	<b>Metodologia</b>	<b>Recursos didáticos</b>
	4º Bimestre	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Circuito no mundo do trabalho;</li> <li>● Circuito elétrico;</li> <li>● Programação.</li> </ul>	Aula expositiva e trabalhos em grupo	Anotações no caderno, apostila, quadro/pincel, internet e laboratório de informática.
Ciências da Natureza e suas tecnologias	1º Bimestre	<ul style="list-style-type: none"> <li>● A importância da Ciências em nossas vidas;</li> <li>● Vacinas;</li> <li>● Modelo científico;</li> <li>● Leis científicas.</li> </ul>	Aula expositiva, pesquisa e experimento	Anotações no caderno, livro e quadro/pincel.
	2º Bimestre	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Água – Disponibilidade e consumo, ciclo da água, chuvas no Brasil, água consumo e potabilidade, captação da água;</li> <li>● Sustentabilidade.</li> </ul>	Aula expositiva e trabalhos em grupos.	Anotações no caderno, livro, quadro/pincel e filme.
	3º Bimestre	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Ética e bioética;</li> <li>● Clonagem, aborto, células tronco, bioética FIV, eutanásia</li> </ul>	Aula expositiva	Anotações no caderno, livro, quadro/pincel e filme.
	4º Bimestre	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Recurso tecnológico de impacto local – o papel da ciência e da tecnologia em situação-problema</li> </ul>	Aula expositiva, textos e internet.	Anotações no caderno, livro, quadro/pincel e laboratório de

(Conclusão)

		<b>Plano de curso</b>	<b>Metodologia</b>	<b>Recursos didáticos</b>
		local.		informática.

Fonte: Elaborado pela autora com base no Plano de Cursos da EE Luiz Salgado Lima (2023b).

Analisando os planos de curso de três componentes curriculares no ano de 2023, referentes aos Itinerários Formativos do 1º ano do Ensino Médio (Introdução ao Mundo do Trabalho, Ciências da Natureza e suas Tecnologias e Tecnologia e Inovação), é possível observar que, assim como no ano anterior, os materiais utilizados permanecem elementares, carecendo de contextualização em situações específicas e integração com outros conteúdos. Nota-se, mais uma vez, que cada professor conduziu seu plano individualmente, sem a devida troca de informação para alinhar os planejamentos dos Itinerários e da Formação Geral Básica. No quadro 14, são apresentados os dados referentes aos planos de cursos do 2º ano do Ensino Médio de 2023.

Quadro 14 - Dados dos Planos de Cursos do 2º ano do Ensino Médio – 2023

(Continua)

		<b>Plano de curso</b>	<b>Metodologia</b>	<b>Recursos didáticos</b>
Projeto de Vida	1º Bimestre	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Projeto de Vida e um encontro com o outro – motivos para elaborar um projeto de vida;</li> <li>● Estratégias de planejamento, organização e empreendedorismo para estabelecer e</li> </ul>	Aula expositiva, roda de conversa e trabalho em grupo.	Anotações no caderno, quadro/pincel, internet.

(Continuação)

Projeto de Vida	1º Bimestre	<p>adaptar metas, identificar caminhos, mobilizar apoios e recursos;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Identidade – diferença entre o ser, o ter e o fazer humanos;</li> <li>● Minha identidade, meus amigos e o mundo;</li> <li>● Respeito e sinceridade: sendo eu e cuidando do outro;</li> <li>● Autopercepção – onde estou agora?;</li> <li>● Mapas dos sonhos.</li> </ul>		
	2º Bimestre	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Significado do meu passado e marcas que quero deixar no mundo;</li> <li>● Você acredita em seus sonhos;</li> <li>● Família e escola;</li> <li>● O que é ser jovem hoje?</li> <li>● Interações sociais na era da tecnologia</li> <li>● Jovens e juventude – o que diz a sociedade.</li> </ul>	Aula expositiva, pesquisa, vídeos e trabalhos em grupo	Anotações no caderno, quadro/pincel, internet.

(Continuação)

		<b>Plano de curso</b>	<b>Metodologia</b>	<b>Recursos didáticos</b>
	3º Bimestre	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A importância da lei de cotas no Brasil;</li> <li>• Projeto Social</li> </ul>	Aula expositiva, vídeos.	Anotações no caderno, quadro/pincel, internet.
	4º Bimestre	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Projeto de Vida – bem definido é realizado, do pessoal ao coletivo, sempre é tempo de realizar sonhos e eu no próximo ano</li> </ul>	Aula expositiva e trabalhos em grupo	Anotações no caderno, quadro/pincel, internet.
Tecnologia e Inovação	1º Bimestre	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Redes sociais – redes sociais e internet, características redes sociais e leis reguladoras na internet</li> </ul>	Aula expositiva, história em quadrinhos e pesquisa.	Anotações no caderno, apostila quadro/pincel e laboratório de informática.
	2º Bimestre	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Direitos perante a Constituição;</li> <li>• Trabalhando com informações da internet;</li> <li>• De olho na rede e na informação;</li> <li>• Discurso de ódio na internet.</li> </ul>	Aula expositiva e trabalhos em grupo	Anotações no caderno, apostila, quadro/pincel, internet e laboratório de informática.

(Continuação)

		<b>Plano de curso</b>	<b>Metodologia</b>	<b>Recursos didáticos</b>
	3º Bimestre	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Disseminação na internet;</li> <li>• Universo digital;</li> <li>• Jogos na internet.</li> </ul>	Aula expositiva e trabalhos em grupo	Anotações no caderno, apostila, quadro/pincel, internet e laboratório de informática.
	4º Bimestre	<ul style="list-style-type: none"> <li>• TICS E TDICS especificidades e impactos locais;</li> <li>• Comunicação e suas linguagens;</li> </ul>	Aula expositiva e trabalhos em grupo	Anotações no caderno, apostila, quadro/pincel, internet e laboratório de informática.
Saberes e Investigação da Natureza	1º Bimestre	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Agenda 2030 e os 17 objetivos do desenvolvimento sustentável;</li> <li>• Ciclo da água e a sua distribuição;</li> <li>• Acesso equitativo a água potável;</li> <li>• Pegada hídrica;</li> <li>• Matriz energética global, regional e local.</li> </ul>	Aula expositiva.	Anotações no caderno, livro e quadro/pincel.
	2º Bimestre	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Saneamento básico – importância, abastecimento de</li> </ul>	Aula expositiva e documentário.	Anotações no caderno, livro, quadro/pincel e filme.

(Continuação)

		<b>Plano de curso</b>	<b>Metodologia</b>	<b>Recursos didáticos</b>
	2º Bimestre	<p>água, coleta e tratamento de esgoto, drenagem urbana, manejo de resíduos sólidos.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Conexão entre saneamento e saúde pública e qualidade de vida;</li> <li>• Água – principais parâmetros para avaliar a qualidade, fontes de água para abastecimento público, processo de captação, tratamento e distribuição de água potável, desafios enfrentados no acesso a água potável em áreas rurais e urbanas, tecnologias utilizadas no tratamento de água;</li> <li>• Microplástico.</li> </ul>		
	3º Bimestre	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Energias limpa e sustentável.</li> </ul>	Aula expositiva	Anotações no caderno, livro, quadro/pincel e filme.

(Conclusão)

		<b>Plano de curso</b>	<b>Metodologia</b>	<b>Recursos didáticos</b>
	4º Bimestre	• Elaboração de um projeto empreendedor de impacto local.	Aula expositiva e textos.	Anotações no caderno, livro, quadro/pincel e filme.

Fonte: Elaborado pela autora com base no Plano de Cursos da EE Luiz Salgado Lima (2023b).

Analisando os planos de cursos de três componentes curriculares em 2023, que compõem os Itinerários Formativos (Tecnologia e Inovação, Projeto de Vida e Saberes e Investigação da Natureza) do 2º ano do Ensino Médio, é possível observar uma semelhança em relação ao que ocorreu no 1º ano. Nota-se que os materiais utilizados são comuns, carentes de contextualização e integração para alinhamento entre os planejamentos dos Itinerários e da Formação Geral Básica.

Para análise e elaboração dos quadros 12, 13 e 14 foram realizadas pesquisas nos planejamentos dos professores. No que se refere à elaboração e análise do quadro 12, foi realizado o exame de 67 planejamentos dos professores do 1º ano do Ensino Médio, entregues à supervisão da escola no ano de 2022. Já para a realização dos quadros 13 e 14, foram analisados 61 planejamentos dos 1º e 2º anos do Ensino Médio, entregues à supervisão no ano de 2023. Não há registros das atividades interdisciplinares envolvendo os Itinerários Formativos e os conteúdos da Formação Geral Básica. Também não foram encontrados registros de reuniões para o planejamento coletivo, tão necessárias para que essa ligação entre as disciplinas acontecesse. Além disso, também ficou evidente uma baixa utilização de estratégias pedagógicas utilizando metodologias e recursos didáticos inovadores, conforme registro no Diário Escolar Digital (DED) e nos planos de ensino dos docentes, arquivados na escola.

No conteúdo curricular de Tecnologia e Inovação no ano de 2022, por exemplo, foram utilizados como metodologia e recursos didáticos apenas apostila, quadro e pincel. Não há menção à utilização de tecnologias como computador, celulares, nem de metodologias mais ativas, apenas laboratório de informática e

internet, quando possível. No ano de 2023, os recursos são os mesmos e acrescenta-se laboratório de informática e internet, sem a ressalva de quando possível. A tabela 18 a seguir apresenta as metodologias de ensino utilizadas nos Conteúdos Curriculares - Itinerários Formativos no 1º ano do Ensino Médio.

Tabela 18 - Metodologias de ensino utilizadas nos Conteúdos Curriculares – Itinerários Formativos – 1º ano do Ensino Médio

(Continua)

<b>Conteúdo Curricular</b>	<b>Nº de aulas anuais</b>	<b>Metodologia utilizada</b>	<b>Porcentagem em 2022</b>	<b>Porcentagem em 2023</b>
Introdução ao Mundo do Trabalho	80	Contextualização	0	0
		Dinâmica/ Jogos/ Roda de Conversa/ Debates/Palestra	1,25%	1,25%
		Filmes	0	8,75%
		Interdisciplinaridade	0	0
		Entrevistas	0	0
		Experimentos	0	0
		Uso de tecnologias	0	0
		Aulas expositivas	98,75%	83,75%
		Trabalhos em grupos	0	5%
		Projetos de disciplinas isoladas	0	1,25%
		Pesquisa	0	0
Ciências da Natureza	80	Contextualização	5%	0
		Dinâmica/ Jogos/ Roda de Conversa/ Debates/Palestra	0	3,75%
		Filmes	2,5%	3,75%
		Interdisciplinaridade	1,25%	0

(Continuação)

<b>Conteúdo Curricular</b>	<b>Nº de aulas anuais</b>	<b>Metodologia utilizada</b>	<b>Porcentagem em 2022</b>	<b>Porcentagem em 2023</b>
		Entrevistas	1,25%	0
		Experimentos	2,5%	1,25%
		Uso de tecnologias	0	0
		Aulas Expositivas	87,5%	87,5%
		Trabalhos em grupos	0	1,25%
		Projetos de disciplinas isoladas	0	0
		Pesquisa	0	2,5%
Núcleo de Inovação Matemática	40	Contextualização	0	0
		Dinâmica/ Jogos/ Roda de Conversa/ Debates/Palestra	0	0
		Filmes	0	0
		Interdisciplinaridade	0	0
		Entrevistas	0	0
		Experimentos	0	0
		Uso de tecnologias	0	0
		Aulas Expositivas	100%	100%
		Trabalhos em grupos	0	0
		Projetos de disciplinas isoladas	0	0
		Pesquisa	0	0
Humanidades e Ciências Sociais	80	Contextualização	5%	5%
		Dinâmica/ Jogos/ Roda de Conversa/ Debates/Palestra	2,5%	0

(Continuação)

<b>Conteúdo Curricular</b>	<b>Nº de aulas anuais</b>	<b>Metodologia utilizada</b>	<b>Porcentagem em 2022</b>	<b>Porcentagem em 2023</b>
		Filmes	1,25%	2,5%
		Interdisciplinaridade	5%	0
		Entrevistas	0	1,25%
		Experimentos	0	0
		Uso de tecnologias	5%	6,25%
		Aulas Expositivas	81,25%	81,25%
		Trabalhos em grupos	0	0
		Projetos de disciplinas isoladas	0	1,25%
		Pesquisa	0	2,5%
Práticas Comunicativas e Criativas	40	Contextualização	0	0
		Dinâmica/ Jogos/ Roda de Conversa/ Debates/Palestra	0	17,5%
		Filmes	0	0
		Interdisciplinaridade	0	0
		Entrevistas	0	0
		Experimentos	0	0
		Uso de tecnologias	0	0
		Aulas Expositivas	100%	82,5%
		Trabalhos em grupos	0	0
		Projetos de disciplinas isoladas	0	0
		Pesquisa	0	0
Tecnologia e Inovação	40	Contextualização	0	0

(Conclusão)

<b>Conteúdo Curricular</b>	<b>Nº de aulas anuais</b>	<b>Metodologia utilizada</b>	<b>Porcentagem em 2022</b>	<b>Porcentagem em 2023</b>
		Dinâmica/ Jogos/ Roda de Conversa/ Debates/Palestra	0	7,5%
		Filmes	0	5%
		Interdisciplinaridade	0	0
		Entrevistas	0	0
		Experimentos	0	0
		Uso de tecnologias	0	0
		Aulas Expositivas	100%	87,5%
		Trabalhos em grupos	0	0
		Projetos de disciplinas isoladas	0	0
		Pesquisa	0	0

Fonte: Diário Escolar Digital – DED (2022a).

De acordo com os dados apresentados na tabela 18, durante os dois primeiros anos de implementação NEM, no 1º ano do Ensino Médio, destaca-se que, ao longo do desenvolvimento dos Itinerários Formativos, a metodologia preponderante entre os educadores foi a aula expositiva, totalizando mais de 80% das aulas de cada itinerário formativo. Constatamos uma baixa aplicação ou ausência completa de práticas como a interdisciplinaridade, a contextualização e o uso de projetos integradores.

Cabe notar que o acompanhamento dos planejamentos anuais, planos de aulas e o desenvolvimento pedagógico são de responsabilidade atribuída ao Especialista da Educação Básica e ao Coordenador do Novo Ensino Médio. Entretanto, ao Diário Escolar Digital (DED), apenas o Especialista da Educação Básica e o Diretor da Escola têm acesso.

Nos DEDs, não é apresentado o registro de atividades interdisciplinares e contextualizadas e com o uso de recursos didáticos básicos. No entanto, embora esse registro seja necessário, sua ausência pode refletir não a falta de uso dessas práticas, mas sim o excesso de burocratização do trabalho docente.

A infraestrutura da escola permaneceu inalterada durante a implementação da nova proposta. A única aquisição feita para apoiar e facilitar as atividades foi a compra de um kit robótica, destinado às aulas de Tecnologia e Inovação. O quadro 15 lista os recursos pedagógicos e de infraestrutura que poderiam facilitar a implementação da nova política e tornar a escola mais atraente aos educandos.

Quadro 15 – Infraestrutura e recursos pedagógicos para a utilização nas aulas

(Continua)

<b>Infraestrutura/Recursos Pedagógicos</b>	<b>Se possui na EE Luiz Salgado Lima</b>
Biblioteca	Adaptada em um depósito de 21m <sup>2</sup>
Banheiros dentro do prédio escolar	Sim
Banheiro adaptado	Sim
Recurso de acessibilidade	Somente ao térreo
Laboratório de Ciências/Laboratório de Informática	Sim, mas funcionam no mesmo espaço
Pátio coberto e descoberto	Sim
Quadra coberta	Sim
Material para a prática esportiva	Sim
Sala de música	Não
Ateliê de Artes	Não
Instrumentos musicais	Sim
Materiais para atividades artísticas	Não
Jogos educativos para o Ensino Médio	Não
Laboratório de Matemática	Não
Sala de multimeios	Sim
Kit robótica	Sim
Refeitório	Sim, mas não comporta todos os

(Conclusão)

Infraestrutura/Recursos Pedagógicos	Se possui na EE Luiz Salgado Lima
	alunos do turno de uma vez, fazendo com que educandos utilizem o pátio coberto como refeitório.

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Percebemos que todos os espaços e equipamentos existentes na escola já estavam disponíveis antes da implementação do NEM, com exceção do kit de robótica. Isso nos leva a questionar a ausência de investimentos significativos para a introdução do NEM nesse ambiente escolar. Conforme Cássio e Goulart (2022, p. 290),

Sem investimentos em ampliação física e nas equipes escolares (contratação de novos/as profissionais de educação e valorização dos/as existentes), não é possível que a flexibilização do currículo do ensino médio em itinerários formativos venha a beneficiar aqueles/as cuja condição de escolarização sempre foi mais precarizada.

A EE Luiz Salgado Lima, no processo de implementação do NEM, enfrenta desafios como a falta de contextualização das aulas com a realidade dos alunos e a ausência de inovação pedagógica conforme proposto pela política pública. Esses problemas podem ser decorrentes da ausência de uma formação continuada, da escassez de recursos e materiais didáticos que incentivem a inovação, além da extensa carga horária dos professores em sala de aula e do tempo insuficiente destinado ao planejamento coletivo. No próximo capítulo, trataremos uma reflexão das diferenças entre o que prevê a política e o que está acontecendo na prática na implementação do NEM na proposta da inovação curricular.

### **3 A IMPLEMENTAÇÃO DA REFORMA DO NOVO ENSINO MÉDIO NO BRASIL: ANALISANDO O CASO A PARTIR DO REFERENCIAL TEÓRICO**

Este capítulo tem como propósito refletir os desafios provenientes da implementação do NEM na EE Luiz Salgado Lima, utilizando como base o referencial teórico.

O capítulo anterior trouxe o contexto histórico do Ensino Médio no Brasil, a implementação da política no estado de Minas Gerais e o contexto de implementação do NEM na escola. A partir da descrição disposta no capítulo 2, aqui serão discutidos os referenciais teóricos que dialogam com a proposta da inovação curricular proposta pela reforma e que auxiliaram a sustentação deste estudo.

Com isso, pretende-se construir dados e fundamentos para a criação de estratégias para o Plano de Ação Educacional que visa contribuir com as práticas diárias da escola no desenvolvimento do NEM.

Para responder à questão norteadora “Como a equipe pedagógica pode aprimorar a implementação da proposta curricular do Novo Ensino Médio na EE Luiz Salgado Lima?”, é necessário contextualizá-la. Nesse sentido, a pesquisa se fundamenta em autores como Edgar Morin (2000), John Dewey (1897), José Carlos Libâneo (1990), Ivani Catarina Arantes Fazenda (2011), Silvio Donizetti de Oliveira Gallo (1994), Miguel Gonzalez Arroyo (2011), e Maria Elisabette Brisola Brito Prado (2005) que refletem sobre temas relacionados à gestão pedagógica, com foco na gestão curricular.

Sendo assim, este capítulo divide-se em duas seções: a primeira aborda o “Currículo e o Novo Ensino Médio na Proposta da Inovação”, composta por três subseções: o planejamento coletivo, a interdisciplinaridade e a pedagogia de projetos. Na segunda, é apresentada a metodologia utilizada na coleta de informações para a pesquisa de campo, tais como entrevistas e questionários aplicados aos atores envolvidos no processo de implementação do NEM.

### 3.1 O CURRÍCULO E NOVO ENSINO MÉDIO NA PROPOSTA DA INOVAÇÃO

Nesta seção apresentaremos a proposta de currículo desenhado para o Novo Ensino Médio das escolas mineiras e como ele procura articular o Ensino Médio ao planejamento coletivo (subseção 3.1.1), à interdisciplinaridade (subseção 3.1.2) e à pedagogia de projetos (subseção 3.1.3). Portanto, a primeira subseção tem o objetivo de analisar a gestão pedagógica das atividades curriculares e do planejamento coletivo, enquanto a segunda visa analisar a interdisciplinaridade no contexto escolar e a terceira a pedagogia de projetos interdisciplinares.

#### 3.1.1 O planejamento coletivo

Nesta primeira subseção, vamos analisar a gestão pedagógica das atividades curriculares e do planejamento coletivo, apoiados nos estudos de Edgar Morin (2000), John Dewey (1897), Paulo Freire (1987) e José Carlos Libâneo (1990). Com a promulgação da BNCC, o Ensino Médio é estruturado em quatro áreas de conhecimento. Essa organização por área, conforme indicado no Parecer 11/2009,

não excluem necessariamente as disciplinas, com suas especificidades e saberes próprios historicamente construídos, mas, sim, implica o fortalecimento das relações entre elas e a sua contextualização para apreensão e intervenção na realidade, requerendo trabalho conjugado e cooperativo dos seus professores no planejamento e na execução dos planos de ensino (Brasil, 2009).

A escola detém um potencial significativo de transformação, inserindo-se em um contexto social que demanda a consideração cuidadosa da realidade dos educandos. A educação, enquanto processo dinâmico e em constante evolução, requer uma abordagem além do mero preparo para o futuro; pode ser encarada como uma experiência legítima e capaz de intervir efetivamente na atualidade. Nesse sentido, assume relevância fundamentar o ensino em situações concretas e contemporâneas, proporcionando uma compreensão mais profunda do ambiente em que vivemos. Sendo assim, ao refletir sobre o trabalho docente, Libâneo (1990, p. 16-17) ressalta que

o trabalho docente é parte integrante do processo educativo mais global pelo qual os membros da sociedade são preparados para a participação na vida social. A educação – ou seja, a prática educativa – é um fenômeno social e universal, sendo uma atividade humana necessária à existência e funcionamento de todas as sociedades. Cada sociedade precisa cuidar da formação dos indivíduos, auxiliar no desenvolvimento de suas capacidades físicas e espirituais, prepará-los para a participação ativa e transformadora nas várias instâncias da vida social. Não há sociedade sem prática educativa nem prática educativa sem sociedade. A prática educativa não é apenas uma exigência da vida em sociedade, mas também o processo de prover os indivíduos dos conhecimentos e experiências culturais que os tornam aptos a atuar no meio social e a transformá-lo em função de necessidades econômicas, sociais e políticas da coletividade.

O professor é o condutor de um processo que se apresenta dinâmico, com potencialidades de se tornar atraente e eficiente para o educando. Assim, partindo do pressuposto do aluno como um ser ativo em todo o processo educativo, o autor enfatiza que o conteúdo deve ser levado de forma que o educando estabeleça relação com sua vida diária.

Ao partir dos interesses do aluno, o educador cria condições para a produção de conhecimentos mais amplos e preenchidos de significação, de modo a poder intervir na realidade da comunidade. Nessa perspectiva, o interesse do aluno se torna o fio condutor inicial para se chegar a um conhecimento mais desenvolvido e abundante. Trindade (2019, p. 130-131) corrobora com essa perspectiva ao afirmar que

uma escola que abdica de conectar a experiência do aluno com aquilo que ela (e a sociedade) elege como relevante para ele, que inviabiliza o diálogo entre as matérias por estarem radicalmente segregadas, que se furta a explicitar os objetivos efetivos das atividades é uma instituição social com cultura antidemocrática. Seu resultado social é a pronta aceitação pelo indivíduo da condição de simples peça de um mecanismo que ele ignora nos sentidos mais amplos. Não é de se estranhar que a sociedade se converta em um aglomerado desconexo quando a dimensão individual – marcada pela ação protagonista – está ausente. E o protagonismo só se manifesta por meio do interesse, que funciona como acionador de um processo.

Ao buscar estar conectada ao aluno e atenta aos seus interesses, assume destaque na escola um planejamento pedagógico que integre o conhecimento disciplinar do professor com a realidade da comunidade onde está inserida. Nessa

mesma direção, Fazenda (2011, p. 164) destaca que “menos drástico que uma modificação radical, talvez fosse um replanejamento curricular em função das necessidades e expectativas dos educandos e da sociedade”.

Conforme Brasil (2022), as mudanças curriculares propostas pela reforma do Ensino Médio orientam que os novos currículos necessitam promover o pensamento crítico, colaborativo e responsável a fim de propiciar educandos autonomia, empatia e pensamento cidadão, além da sintonia com as habilidades necessárias para o século XXI. Conforme Morin (2003, 16-17):

Por detrás do desafio do global e do complexo, esconde-se um outro desafio: o da expansão descontrolada do saber. O crescimento ininterrupto dos conhecimentos constrói uma gigantesca torre de Babel, que murmura linguagens discordantes. A torre nos domina porque não podemos dominar nossos conhecimentos. T. S. Eliot dizia: ‘Onde está o conhecimento que perdemos na informação?’ O conhecimento só é conhecimento enquanto organização, relacionado com as informações e inserido no contexto destas. As informações constituem parcelas dispersas de saber. Em toda parte, nas ciências como nas mídias, estamos afogados em informações. O especialista da disciplina mais restrita não chega sequer a tomar conhecimento das informações concernentes a sua área. Cada vez mais, a gigantesca proliferação de conhecimentos escapa ao controle humano. Além disso, como já dissemos, os conhecimentos fragmentados só servem para uso técnicos. Não conseguem conjugar-se para alimentar um pensamento capaz de considerar a situação humana no âmago da vida, na terra, no mundo, e de enfrentar os grandes desafios de nossa época. Não conseguimos integrar nossos conhecimentos para a condução de nossas vidas. Daí o sentido da segunda parte da frase de Eliot: “Onde está a sabedoria que perdemos no conhecimento?”

Diante desse cenário de transformações sociais, cabe à escola realizar reformulações em seu processo de ensino-aprendizagem, para que os educandos possam ser agentes transformadores da realidade na qual estão inseridos. Isso aponta para a “necessidade de uma nova ordem de concepções que conduza a novos modos de práticas” (Dewey, 2023, p. 8). Dessa forma, valoriza-se a educação transformadora, nos dizeres de Freire (1987), nas dimensões afetivas, cognitivas, éticas, estéticas, políticas, culturais, sociais e ecológicas, em contraposição com a educação bancária, onde os professores são detentores do saber e os depositam nos educandos de forma fragmentada. Assim, conforme Prigol e Behrens (2020, p. 6)

No século XX, ainda se acreditava que o fim da formação de uma pessoa estava condicionado ao recebimento do diploma de educação superior em nível de graduação. Nesse modelo, o aluno tornava-se um profissional ou um professor, detentor de todos os conhecimentos necessários para atuar na sua área, os quais sustentavam e eram suficientes para exercer sua profissão. Contudo, essa formação relacionava-se à aquisição de conhecimento pronto e acabado, portanto cabia ao professor depositar esses conteúdos mecanicamente na cabeça dos alunos, por meio de metodologias que envolviam cópia, repetição e procedimentos de auxílio para decorar os conteúdos propostos.

Contudo, a ideia do professor detentor do saber e do aluno que recebe um conhecimento pronto e acabado, em uma postura passiva diante do saber, começou a ser questionada no decorrer do século XX, chegando-se à construção de um modelo de aluno ativo, detentor e produtor de saberes e conhecimento. Assiste-se, portanto, a uma mudança de paradigma, percebida também pela proposição dos quatro pilares da educação no século XXI: “aprender a conhecer”, “aprender a fazer”, “aprender a conviver” e “aprender a ser” (Delors, 1999, p.101). Cumpre destacar que tais pilares são essenciais para capacitar o ser humano a modificar a realidade em que está inserido, intervindo de maneira crítica, para assim transformar o processo educacional em algo verdadeiramente transformador e libertador, conforme proposto por Paulo Freire.

O “aprender a conhecer” estimula o questionamento das certezas impostas, promovendo o constante aperfeiçoamento pessoal e social; o “aprender a fazer” incentiva a aplicação prática do conhecimento transformador; e o “aprender a conviver” destaca a centralidade do diálogo para a promoção de uma convivência harmoniosa entre as pessoas, considerando nossa vida em sociedade. Por fim, o “aprender a ser”, representa o desenvolvimento pleno do ser humano, ou seja, o “espírito e o corpo, inteligência, sensibilidade, sentido estético, responsabilidade pessoal, espiritualidade” (Delors, 1999, p. 101-102).

Para promover o desenvolvimento dos quatro pilares da educação e alcançar uma educação libertadora, é essencial que o processo educativo esteja centrado em uma relação dialética entre aprender e ensinar. Não ocorre efetiva educação em um contexto puramente docente, uma vez que ela se estabelece na interação entre educadores e educandos. Segundo Freire (2021, p. 25-26),

Ensinar inexistente sem aprender e vice-versa e foi aprendendo socialmente que, historicamente, mulheres e homens descobriram que era possível ensinar. [...] Aprender precedeu ensinar ou, em outras palavras, ensinar se diluía na experiência realmente fundante de aprender.

A prática docente, como lembra Freire (2021, p. 28-29), não é “apenas ensinar os conteúdos mas, também a pensar certo” e “uma das condições necessárias a pensar certo é não estarmos demasiado certos de nossas certezas”, o que torna todo conhecimento importante em um mundo em constante transformação.

A atuação da educação pode transcender o modelo conservador, demandando dos profissionais uma formação continuada que permita a reconstrução do conhecimento de forma constante. Nesse contexto, é possível que a educação passe por reformas significativas, abandonando a abordagem de conteúdos fragmentados, os quais não contribuem para a formação de um educando capaz de pensar criticamente e transformar sua realidade, enfrentando as injustiças sociais.

No mundo contemporâneo, há um movimento para que os conhecimentos sejam interligados e significativos, partindo do conhecimento prévio de cada aluno. Um caminho possível para enfrentar essa realidade é o entendimento profundo da comunidade na qual a escola está inserida. Além disso, a equipe escolar pode operar como uma equipe integrada, planejando de forma conjunta suas ações e práticas pedagógicas.

Os conhecimentos não são fragmentados; pelo contrário, estão interligados como uma grande rede. É importante destacar essa interconexão no ambiente escolar, de modo a permitir que os alunos compreendam a importância do conhecimento na transformação de sua própria realidade.

No processo educativo, é fundamental que o aluno estabeleça conexões entre o conhecimento escolar e sua vida cotidiana, cabendo ao professor o papel de mediador do conhecimento, facilitando a integração dessas esferas e promovendo uma aprendizagem mais significativa. Desta forma, segundo Freire (2021, p. 31-32)

Por que não aproveitar a experiência que têm os alunos de viver em áreas da cidade descuidadas pelo poder público para discutir, por exemplo, a poluição dos riachos e dos córregos e os baixos níveis de

bem-estar das populações, os lixões e os riscos que oferecem à saúde das gentes. Por que não há lixões no coração dos bairros ricos e mesmo puramente remediados dos centros urbanos?

Quando o professor consegue incorporar à sala de aula elementos presentes na experiência de vida dos alunos e, com isso, estabelecer relações estará atribuindo importância ao conhecimento do mundo social em que o educando está inserido, conectando-o de maneira natural ao conhecimento escolar, a fim de conferir significado ao processo de ensino. Uma educação que almeja transformar a sociedade em que vivemos deve ser pautada em aspectos políticos, históricos, sociais, culturais e éticos, indo além da mera transmissão de conhecimentos disciplinares. Dewey (2023, p. 47-48) corrobora essa ideia ao dizer que

Não deveria ser necessário dizer que a experiência não ocorre em um vácuo. Há elementos fora do indivíduo que dão origem às experiências que são constantemente alimentadas por esses elementos. Ninguém questionaria o fato de que uma criança que mora em uma favela tem uma experiência diferente de uma criança que mora em um lar de uma família de classe média culta; que a criança da zona rural tem um tipo de experiência diferente em relação ao tipo de experiência da criança da zona urbana, ou que um menino do litoral tem experiências diferentes das de um menino do sertão. Normalmente, todos esses fatos são tidos como demasiadamente óbvios para serem levados em consideração. Porém, quando sua importância em termos educacionais é reconhecida, eles indicam o segundo modo como o educador pode direcionar a experiência dos mais jovens sem lançar mão da imposição. Uma responsabilidade fundamental do educador não é apenas estar atento ao princípio geral de que as condições ambientais modelam a experiência presente, mas também reconhecer concretamente que as circunstâncias ambientais conduzem a experiências que levam ao crescimento. Acima de tudo, o educador deve saber como utilizar as circunstâncias físicas e sociais existentes, delas extraindo tudo o que possa contribuir para a construção de experiências válidas.

A contextualização requer diálogo e interação entre os sujeitos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem. Uma educação transformadora é aquela que concede voz a todos os envolvidos, pois a aprendizagem se desenvolve através da interação.

Como diz Paulo Freire (2021, p. 24), “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção”. Para alcançar esse objetivo, é essencial que o professor receba e busque capacitação

contínua, uma vez que a sociedade está em constante evolução e os conhecimentos não são estáticos.

Nos últimos anos, o debate sobre práticas pedagógicas se intensificou especialmente em resposta à Lei nº13.415/2017, que propõe a flexibilização curricular. Nesse contexto, é assegurada a presença da Base Nacional Curricular, permitindo ao educando a escolha de seu percurso formativo. Essa flexibilização visa atender a uma sociedade crescentemente exigente e competitiva, buscando formar cidadãos capazes de nela intervir de maneira eficaz. Conforme Brasil (2022, p. 13)

Sendo assim, os novos currículos, alinhados às competências do século XXI e alicerçados na BNCC, trazem a necessidade da promoção do pensamento crítico, colaborativo e responsável, com vistas a subsidiar instrumentos promotores da autonomia, da empatia e da cidadania. Vale ressaltar que atualmente os estudantes vivenciam um espaço-tempo real e virtual simultaneamente, o que exige da educação e dos docentes um olhar atento e sensível aos processos de ensino e aprendizagem centrados na interação de conhecimentos, saberes, cultura digital, além de outras possibilidades.

Para efetivar essa proposta, o planejamento coletivo entre os profissionais da educação assume papel de extrema importância. Essa colaboração é essencial para interligar o conhecimento, proporcionando espaços dedicados à discussão da prática educativa. Por meio desses diálogos, é possível criar estratégias eficazes que favoreçam o progresso dos alunos, assegurando que a flexibilidade curricular esteja alinhada aos objetivos educacionais e às demandas da sociedade.

A elaboração do planejamento coletivo na escola representa um guia essencial para direcionar o educador no processo de ensino-aprendizagem. Nesse contexto, é fundamental que o planejamento seja flexível, permitindo sua adaptação conforme as demandas pedagógicas, assim como a constante atualização dos conteúdos sempre que se fizer necessário. Sobre isso, Libâneo (1990, p.221), afirma que

O planejamento escolar é uma tarefa docente que inclui tanto a previsão das atividades didáticas em termos de organização e coordenação em face dos objetivos propostos, quanto a sua revisão e adequação no decorrer do processo de ensino. O planejamento é

um meio para programar as ações docentes, mas é também um momento de pesquisa e reflexão intimamente ligado à avaliação.

O processo de ensino-aprendizagem é dinâmico e sistemático, demandando uma reflexão diária por parte dos educadores. Ao elaborar seu planejamento, o professor pode integrar as diversas áreas do conhecimento, visando atender às necessidades específicas dos educandos o que possibilita, conforme Libâneo (1990), a organização e coordenação do trabalho diário, evitando a improvisação e desenvolvendo um trabalho de qualidade.

Para Libâneo (1990), o planejamento é um guia de orientação que deve seguir uma ordem sequencial, contemplar a objetividade, apresentar coerência e, ao mesmo tempo, ser flexível. Como instrumento orientador para a prática docente, o planejamento necessita incorporar os meios adequados à realização do trabalho, considerando sua natureza dinâmica. Portanto, não deve ser concebido com um documento rígido e absoluto, uma vez que pode ser necessário ajustá-lo para atender às demandas específicas de aprendizagem. Conforme Trindade (2019, p. 133),

O planejamento demonstra duas dimensões: uma firme, em que se garante a continuidade do trabalho escolar; e outra flexível, que viabiliza a interação e o aproveitamento das experiências individuais dos alunos.

Ao se desenvolver as atividades didáticas, destaca-se a dualidade do planejamento educacional. Por um lado, estabelece uma estrutura sólida que possibilita a continuidade do trabalho escolar, mantendo a integridade dos conteúdos disciplinares e científicos. Por outro, ao ser flexível para permitir que o educador adapte e inclua as experiências individuais dos alunos, pode promover uma abordagem mais personalizada da realidade educacional dos estudantes. Essa flexibilidade contribui para a criação de um ambiente de ensino dinâmico e eficaz. Diante disso, na próxima subseção, abordaremos a interdisciplinaridade.

### **3.1.2 A interdisciplinaridade**

Nesta segunda subseção, analisaremos a interdisciplinaridade no contexto escolar, apoiada nos estudos de Ivani Catarina Arantes Fazenda (2015) e de Silvio Donizetti de Oliveira Gallo (1994). Tal abordagem é respaldada pela BNCC, que propõe a definição de formas de integração interdisciplinar dos conteúdos curriculares, assim como o fortalecimento da competência pedagógica das equipes escolares para a adoção de estratégias mais dinâmicas, interativas e colaborativas na gestão do processo de ensino e aprendizagem (Brasil, 2018a).

A inovação pedagógica é necessária para articular as diversas disciplinas. Gallo (2009) compara o processo de disciplinarização a uma árvore: das raízes e troncos surgem diversos galhos, representando as várias disciplinas, que, através da especialização, originam novas áreas cada vez mais distantes da integração. Assim, segundo o autor,

no movimento essencialmente moderno de disciplinarização, de paulatina e crescente especialização dos saberes, assistimos à perda da totalidade (como ignorância) para possibilitar o conhecimento; nesse processo, vão-se criando as diferentes ciências e proliferam os novos saberes. Nas escolas, o processo é reproduzido na dimensão do ensino-aprendizagem, e os currículos mais e mais se especializam, subdividindo-se cada vez mais. No entanto, quanto mais nos enfronhamos pelos galhos das árvores, mais difícil fica vislumbrar a árvore em sua completude; às vezes, chega-se mesmo a se perder a dimensão da unidade, de que a árvore é uma só e que aquele ramo daquele galho é parte do todo (Gallo, 2009, p.16).

Essa compartimentalização também pode ser comparada a um arquivo, onde cada gaveta representa uma disciplina que é aberta no momento de uma aula específica, conforme também afirma Gallo (2009, p. 19).

Quando assiste a uma aula de História, cada aluno abre a 'gavetinha' de seu 'arquivo mental' em que guarda os conhecimentos históricos; ao final da aula, fecha essa 'gavetinha' e abre aquela referente à matéria a ser estudada na próxima aula, e assim por diante... E como cada uma das 'gavetinhas' é estanque, sem nenhuma relação com as demais, os alunos não conseguem perceber que todos os conhecimentos vivenciados na escola são perspectivas diferentes de uma mesma e única realidade, parecendo cada um deles autônomo e autossuficiente, quando na verdade só pode ser compreendido em sua totalidade como parte de um conjunto, peça ímpar de um imenso puzzle que pacientemente montamos ao longo dos séculos e dos milênios.

A separação das disciplinas em “gavetas” é um processo histórico reproduzido em nossas salas de aula, sustentado pelo aparelho burocrático e pelos cursos superiores que reforçam essa fragmentação disciplinar. O modelo moderno de escolarização prevê essa divisão como forma de poder, pois conhecer a fundo um assunto confere poder a determinada pessoa sobre outras. Pereira (2023, p. 2) afirma que

o paradigma científico que nasceu na modernidade deu origem à especialização do conhecimento e, conseqüentemente, ao formato disciplinar da educação que conhecemos. Esse modelo propõe uma forma de saber fragmentado em que as disciplinas não se conectam umas às outras criando barreiras para que os discentes experimentem uma concepção de conhecimento em sua totalidade no processo de ensino-aprendizagem.

Essa forma fragmentada de ensino, onde os discentes não conseguem interligar os conteúdos, torna-o distante da realidade dos educandos. De acordo com Dewey (2023, p. 61), “o ensino isolado não prepara os alunos para as experiências no mundo real”. Temos um papel fundamental nessa transformação. Apesar das dificuldades, como a burocracia e cursos de licenciaturas que perpetuam a fragmentação, somos os agentes que podem promover a mudança em nossas escolas. Sobre isso, Gallo (2009, p. 20-21) relata que

Sei que estamos, nós professores, em larga medida com os pés e mãos atados pela burocracia escolar. O que podemos fazer, é pouco, mas a pequena ação transformadora no espaço em que somos autônomos pode ter uma repercussão e um resultado maior do que o que imaginamos; sem dúvida, no mínimo conseguiremos mais do que insistindo na pálida apatia conformista que nos reduz a meros ‘reprodutores da mesmice’.

O trabalho do professor é cada vez mais engolido pela burocracia escolar, dificultando suas atividades. Embora nossas possibilidades de ação sejam muitas vezes limitadas, pequenas mudanças podem gerar uma verdadeira transformação no processo educacional.

Os professores podem ter uma participação extremamente importante no processo de romper com essa tradição alienante e superar essa contradição histórica entre o saber e a realidade.

Como podemos fazer isso? Quebrando, na medida de nossas possibilidades – sem dúvida alguma, sensivelmente limitadas pela burocracia escolar -, a compartimentalização de que é vítima nosso sistema educacional. Podemos tentar fazer de nossos currículos novos mapas, não mais marcados por territórios fragmentados, mas tentando ultrapassar fronteiras, vislumbrar novos territórios de integração entre os saberes. Um dos caminhos possíveis é o da interdisciplinaridade (Gallo, 2000, p.25).

Dentro da perspectiva da inovação do fazer pedagógico, a interdisciplinaridade pode ser considerada um ato de ousadia, conforme afirma Fazenda (2015, p.9), “se definirmos interdisciplinaridade como atitude de ousadia e busca frente ao conhecimento, cabe pensar aspectos que envolvam a cultura do lugar onde se formam professores, seu aspecto humano!” e dentro das novas propostas pedagógicas se torna uma forma de intervenção educativa inovadora. A interdisciplinaridade dentro do contexto escolar requer uma análise criteriosa do currículo, que não representa apenas uma grade de disciplinas escolares, mas um conjunto de ações de formação humana. O educando é um ser social inserido e que fará intervenções na sociedade.

O currículo envolve múltiplas orientações de natureza epistemológica, política, social, econômica e ética que estruturam e dão sentido às experiências formativas, a sua construção implica proposições intencionais sobre o sujeito a ser formado e sua inserção/intervenção no mundo. Na acepção crítica que nos orienta neste estudo, o currículo é uma construção social, cultural e historicamente situado, um projeto que vai sendo construído pelos diferentes agentes educativos – nos níveis macro e micro-político – estando alicerçado na forma e no conteúdo dos conhecimentos escolarizáveis, portanto, conhecimentos culturalmente institucionalizados, produto de lutas, conflitos e de articulações de poder (Reis, 2022, p. 482).

Como uma construção social e cultural que se encontra enraizada na história dos contextos específicos de cada unidade escolar, o currículo é um projeto em constante construção. Com a participação de diferentes agentes educativos, deve considerar não apenas os aspectos pedagógicos, mas também sociais, políticos e históricos, em uma abordagem crítica no desenvolvimento das práticas educativas. Como o currículo envolve múltiplas orientações, a interdisciplinaridade se torna aliada do processo ensino-aprendizagem

Cada disciplina precisa ser analisada não apenas do lugar que ocupa ou ocuparia na grade, mas, nos saberes que contemplam, nos conceitos enunciados e no movimento que esses saberes engendram, próprios de seu lócus de cientificidade. Essa cientificidade, então originada das disciplinas ganha status de interdisciplina no momento em que ao movimento da disciplina seu próprio movimento for incorporado ao mundo (Fazenda, 2015, p.10).

A interdisciplinaridade escolar visa favorecer o processo de ensino-aprendizagem e o respeito aos saberes dos alunos. O professor é um facilitador da aprendizagem, promove o ato de escutar, visto que desempenha o papel de mediador de um processo de troca de conhecimento, o que exige uma postura receptiva e disposta a ouvir as experiências de todos os envolvidos no processo educacional. Ao valorizar e incluir as contribuições de cada um, promove-se um ambiente de aprendizagem mais enriquecedor e inclusivo. Esse ato, quando feito de maneira sensível, promove uma troca de experiências, fortalecendo as relações e criando confiança entre professor e aluno.

A interdisciplinaridade exige uma mudança comportamental do professor. Como afirma Martins e Tavares (2015, p.26), nesta perspectiva, “o professor é um sonhador que age e inspira seus alunos para se engajarem num projeto de transformação da realidade”, tornando o educando um cidadão ativo capaz de intervir positivamente na sociedade. Para intervir na sociedade em que se vive, é necessária uma aprendizagem significativa, que crie vínculos com a realidade do educando. Para isso, se faz necessário o conhecimento epistemológico de várias disciplinas. Conforme afirma Pastorello (2017, p.2),

cada disciplina escolar possui natureza e base epistemológica própria, mas diante da quantidade e complexidade de informações produzidas diariamente na sociedade, depara-se, frequentemente, com a insuficiência de uma só disciplina explicar diversos e complexos fenômenos. Dessa forma, podem-se buscar conexões com outras áreas do saber para superar a fragmentação entre os conteúdos, articulando teoria e prática e dinamizando a estrutura estanque de muitas instituições de ensino. Para isso a importância de um novo pensar sobre as disciplinas escolares que incentive práticas pedagógicas com abordagens interdisciplinares, onde torna-se indispensável a comunicação e o diálogo entre as mesmas.

Para viabilizar o desenvolvimento de um processo educacional interdisciplinar, é indispensável não apenas a formação dos professores, mas

também momentos de colaboração nos quais eles possam se reunir e elaborar um planejamento coletivo das atividades educativas. Isso porque, de acordo com Oliveira e Moreira (2017, p. 6), “a escola necessita de estratégias de ensino inovadoras, criativas e flexíveis, que permitam aos vários docentes trabalharem ao mesmo tempo um mesmo conteúdo com olhares diferenciados”.

Na rede estadual de Minas Gerais, dispomos de uma carga horária de duas horas semanais destinadas a reuniões coletivas, que poderiam ser aproveitadas tanto para capacitações quanto para elaboração de um planejamento coletivo. No entanto, frequentemente esses momentos são direcionados para lidar com demandas administrativas e pedagógicas que surgem ao longo do ano letivo. A interdisciplinaridade, conforme Fazenda (2011, p. 11), “é uma atitude de abertura não preconceituosa, em que todo o conhecimento é igualmente importante”. Isso favorece a aproximação da realidade do educando. No processo interdisciplinar, é preciso olhar os fatos sobre vários enfoques e construir novos conhecimentos a partir do já existente e, como Morin (2000) alerta, precisamos substituir a cultura da substituição pela cultura da complementação. Assim, a interdisciplinaridade permite um processo de ensino-aprendizagem onde todas as disciplinas interagem e se complementam, provocando e questionando o conhecimento que está em constante evolução.

Considerando interdisciplinaridade como atitude a ser assumida no sentido de alterar os hábitos já estabelecidos na compreensão do conhecimento, passou-se a um questionamento pedagógico, ou seja, passou-se a avaliar a mudança que a interdisciplinaridade implica no que se refere aos aspectos pedagógicos (Fazenda, 2011, p.45).

A interdisciplinaridade é uma mudança de atitude dos educadores em relação ao fazer pedagógico, que exige mudança de hábitos e transformação, visto que se substitui o monólogo disciplinar por uma prática dialógica entre as disciplinas, em que há a complementariedade, ou melhor, a convergência das disciplinas ao invés da dissociação (Japiassú, 1976).

O que se pretende, portanto, não é propor a superação de um ensino organizado por disciplinas, mas a criação de condições de ensinar em função das relações dinâmicas entre as diferentes disciplinas, aliando-se aos problemas da sociedade. A interdisciplinaridade torna-se possível, então, na medida em que se respeite a verdade e a

relatividade de cada disciplina, tendo-se em vista um conhecer melhor (Fazenda, 2011, p.89).

A interdisciplinaridade, além de proporcionar um conhecimento melhor e integrado, permite o alinhamento dos problemas sociais à intervenção dos educandos em suas realidades, possibilitando uma educação transformadora. Uma educação que seja capaz de transformar o ser humano.

Já que a interdisciplinaridade é uma forma de compreender e modificar o mundo, pelo fato de a realidade do mundo ser múltipla e não una, a possibilidade mais imediata que nos afigura para sua efetivação no ensino seria a eliminação das barreiras entre as disciplinas. Anterior a esta necessidade básica, é óbvia a necessidade da eliminação das barreiras entre as pessoas. (Fazenda, 2011, p.88).

A integração das disciplinas produz explicações de fenômenos sociais, naturais, políticos, econômicos que encontramos na sociedade em que vivemos.

Não seria suficiente estudar história se não existe abertura para conhecer a origem das diversas tradições culturais que constituíram sua cidade, não bastaria estudar matemática se não a utilizarem para compreender o potencial econômico que os afeta cotidianamente, não bastaria o estudar das ciências da natureza se não fosse com o intuito de conhecer e compreender os desafios ambientais que os assola; nossa organização territorial e indubitavelmente todas as desigualdades sociais que nos cercam (Gentile, 2015, p. 41).

Com isso, conhecer o cotidiano da comunidade onde a escola está inserida traz o contexto para dentro da escola e faz com que os educandos tenham um conhecimento contextualizado, tornando-os capazes de atuar transformando a sua realidade. A comunidade deve estar inserida no cenário educacional e toda equipe escolar precisa conhecer o entorno da escola para atuar positivamente nessa realidade. O papel social da educação é fundamental para o desenvolvimento da localidade. Como afirma Gentili (2015, p. 41),

observar e perceber as diversas culturas existentes no entorno dos ambientes escolares e nas formas de pensar e intervir do Currículo está sendo disseminada e refletida por nós de forma intensa. Tal forma refere-se, no universo da Educação, a uma visão interdisciplinar que conduz os diversos atores: educadores, alunos, gestores e pesquisadores a compreender e (re) conhecer a realidade

que circunda os locais onde vivem, estudam e trabalham os educandos.

De acordo com a BNCC, “as competências e diretrizes são comuns, os currículos são diversos” (Brasil, 2018a, p.11). Isso implica que as instituições de ensino devem articular o conhecimento educacional ao contexto social e à sua diversidade, enriquecendo, assim, a experiência dos educandos. Essa abordagem visa promover uma compreensão mais profunda da realidade, onde a interdisciplinaridade desempenha um papel que permite que a contextualização se realize. Oliveira e Moreira (2017, p. 18) ressaltam que

A compreensão crítica do mundo e dos seres que o habitam, depende da interrelação entre as disciplinas, já que, comprovado está, que o isolamento e a disciplinarização das ciências jamais darão conta da complexidade do real. A prática interdisciplinar necessita de pedagogia apropriada, processo integrador, mudança institucional e postura docente flexível para o diálogo, a colaboração e o encantamento com as novas possibilidades de realizações.

A interdisciplinaridade permite a inter-relação entre as disciplinas, uma vez que o isolamento e a disciplinarização das ciências são insuficientes para lidar com a totalidade do real. Portanto, a prática interdisciplinar permite o diálogo e a colaboração entre as disciplinas, promovendo uma compreensão crítica mais abrangente e profunda do mundo. Também permite ao educando estabelecer conexões entre o conhecimento escolar e a realidade, considerando o conhecimento em sua totalidade através das diferentes áreas. Nessa mesma direção, Pereira (2023, p. 9-10) enfatiza que

a compreensão do entendimento do movimento interdisciplinar no que diz respeito à educação necessita ser mais do que uma mera aproximação de diferentes disciplinas, ela deve ser uma interação em que a troca de saberes evidencie a interdependência e a importância dessas áreas do conhecimento. Portanto, praticar a interdisciplinaridade não significa recusar as especialidades e objetividades de cada área do conhecimento. Essa prática é uma interação ativa entre as diferentes disciplinas que promove o enriquecimento no tratamento de um tema. É necessário considerar o território de cada campo do conhecimento, bem como identificar os pontos que os unem e que os diferenciam. Essa é a condição necessária para encontrar as áreas onde se possam estabelecer as conexões possíveis.

A prática interdisciplinar pode enriquecer a educação, pois promove a interação entre diferentes áreas do conhecimento, evidenciando a interdependência e a relevância de cada uma na compreensão da realidade e na formação integral dos indivíduos. Assim, a aplicação da interdisciplinaridade na educação não só enriquece o processo de ensino-aprendizagem, mas também prepara os estudantes para lidar com os desafios complexos do mundo contemporâneo.

Embora a interdisciplinaridade seja necessária, sua implementação nas escolas é um desafio complexo. Diversos fatores podem dificultar esse processo, sendo um deles o currículo, que é apresentado aos professores de maneira fragmentada. Recebemos uma lista de conteúdos a serem cumpridos em um tempo determinado, o que muitas vezes dificulta o estabelecimento de conexões entre os temas abordados. Além disso, a ausência de momentos de diálogo entre professores e a coordenação durante as reuniões coletivas prejudica o planejamento coletivo, impedindo a articulação entre as disciplinas.

Outro aspecto relevante é a formação oferecida aos educadores. Nos cursos superiores, o excesso de especialização e a fragmentação dos conteúdos dificultam que os professores estabeleçam relações entre as disciplinas, o que pode gerar insegurança ao desenvolver atividades interdisciplinares.

Isso posto, na próxima subseção abordaremos a Pedagogia por Projetos como um recurso fortalecedor para o desenvolvimento da interdisciplinaridade, uma vez que “permite romper com as fronteiras disciplinares, favorecendo o estabelecimento de elos entre as diferentes áreas do conhecimento numa situação contextualizada da aprendizagem” (Prado, 2005, p.15).

### **3.1.3 A Pedagogia por Projetos**

Nesta subseção, analisaremos a pedagogia de projetos, a partir dos estudos de John Dewey (1987), Miguel Gonzalez Arroyo (2011) e Maria Elisabette Brisola Brito Prado (2005). Sabe-se que ela “pode viabilizar ao aluno um modo de aprender baseado na integração entre conteúdos das várias áreas de conhecimento” (Prado, 2005, p.5). Essa abordagem reflete a estrutura do Ensino Médio, organizado a partir da BNCC, por áreas de conhecimento.

Atualmente, é comum encontrar o termo “projeto” sendo utilizado em diversos contextos escolares, seja para designar um projeto disciplinar, projeto de pesquisa, projeto pedagógico da escola ou até mesmo projeto de vida pessoal. Diante dessa situação, Nogueira (2001) afirma que boa parte das escolas está envolvida, ou ao menos declara estar envolvida, com projetos educacionais.

É fundamental estar atento ao conceito de projetos, evitando que a falta de conhecimento leve à generalização de tudo que é desenvolvido nas escolas como projetos. Sobre isso, Guedes et al. (2017, p. 240-241) destacam que

A falta de conhecimento sobre essa prática tem levado muitos professores a chamar de ‘projetos’ quaisquer atividades que resultam na elaboração de cartazes, visitas, jogos, festas escolares, numa visão reducionista da verdadeira amplitude e organização didático/pedagógica que o assunto requer.

Conforme o dicionário Aurélio, o termo projeto significa “plano; planejamento que se faz com a intenção de realizar ou desenvolver alguma coisa”. No contexto educacional, de acordo com Guedes et al. (2017), nasce o movimento da Pedagogia de Projeto, difundido na América do Norte principalmente por John Dewey e William Kilpatrick e disseminado no Brasil por Anísio Teixeira.

A ideia principal da Pedagogia de Projetos ou também conhecida como Pedagogia por Projetos é fazer com que o ator principal do processo ensino/aprendizagem, o alunado, participe com mais afinco de todo este processo de construção do conhecimento. Este conceito assemelha-se muito à teoria construtivista de Piaget onde ele afirma que o indivíduo constrói e produz o conhecimento através da interação com o ambiente em que vive e que esta interação propicia o desenvolvimento da aprendizagem (Guedes et al., 2017, p. 241).

Dessa forma, a Pedagogia de Projetos emerge como uma postura pedagógica na qual os alunos constroem o conhecimento de forma ativa, participando do processo de aprendizagem em constante interação com todos os membros envolvidos. Ainda de acordo com Guedes et al. (2017, p. 242), essa abordagem visa formar “indivíduos capazes de atuarem na sociedade de maneira participativa, crítica, reflexiva, autônoma, solidária”, contribuindo para o desenvolvimento tanto na vida escolar quanto na vida social do educando, formando-os de maneira integral. Isso exige do educador “uma mudança na maneira

de pensar e repensar a escola e o currículo na prática pedagógica” (Guedes et al., 2017, p. 245).

Ancorados em Prado (2003), entendemos a educação como um processo essencialmente social, o que fica evidenciado durante o processo de desenvolvimento de projetos, em que os educandos necessitarão selecionar informações relevantes, tomar decisões, colaborar em grupos, gerenciar conflitos e, por conseguinte, aprimorar competências interpessoais, visando à aprendizagem mútua entre os pares (Prado, 2003). Tal abordagem alinha-se com a proposta de desenvolvimento de competências preconizadas pela Base Nacional Comum Curricular.

A Portaria MEC nº 1.432/2018, responsável por estabelecer os referenciais para a elaboração dos itinerários formativos, orienta os sistemas de ensino a estruturarem currículos com base nas DCNEM. Eles devem proporcionar aos educandos vivências educativas conectadas com a realidade contemporânea, objetivando a formação de cidadãos capazes de enfrentar os desafios pessoais, profissionais e sociais. Para uma participação ativa na sociedade da informação, é imprescindível que os educandos desenvolvam conhecimentos e habilidades que lhes permitam estabelecer, escolher, organizar, analisar e utilizar diversas informações de modo a intervir na realidade de maneira crítica, reflexiva e produtiva (Brasil, 2018e).

A BNCC, como um documento normativo da educação brasileira, estabelece as competências e diretrizes fundamentais para a educação nacional, com o objetivo de promover a formação humana integral. Essa base desempenha o papel de orientador para a elaboração do currículo, uma vez que este é diverso e deve ser desenvolvido considerando as particularidades e diversidades locais.

Um documento orientador de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação – PNE. (Brasil, 2018a, p.7).

A BNCC estabelece a aprendizagem por meio do desenvolvimento de competências, possibilitando ao educando a resolução de demandas da vida

cotidiana e o exercício pleno da cidadania e do mundo do trabalho. Essas competências representam um projeto de formação que se desenvolverá ao longo da educação básica, visando formar o indivíduo de maneira integral, de modo que

no novo cenário mundial, reconhecer-se em seu contexto histórico e cultural, comunicar-se, ser criativo, analítico-crítico, participativo, aberto ao novo, colaborativo, resiliente, produtivo e responsável requer muito mais do que o acúmulo de informações. Requer o desenvolvimento de competências para aprender a aprender, saber lidar com a informação cada vez mais disponível, atuar com discernimento e responsabilidade nos contextos das culturas digitais, aplicar conhecimentos para resolver problemas, ter autonomia para tomar decisões, ser proativo para identificar os dados de uma situação e buscar soluções, conviver e aprender com as diferenças e as diversidades (Brasil, 2018a, p.14).

No mundo contemporâneo, muito mais que um ser humano capaz de acumular informações, é necessário que o educando desenvolva habilidades que o tornem apto a resolver problemas em seu contexto diário. Isso implica buscar soluções com discernimento e responsabilidade, ao mesmo tempo em que se respeitem as diversidades. Então nesse sentido, a BNCC prevê que “para formar esses jovens como sujeitos críticos, criativos, autônomos e responsáveis, cabe às escolas de Ensino Médio proporcionar experiências e processos que lhes garantam as aprendizagens necessárias para a leitura da realidade” (Brasil, 2018a, p.463).

Nesse sentido, o documento ressalta a importância de se desenvolver atividades que possam

proporcionar experiências e processos que lhes garantam as aprendizagens necessárias para a leitura da realidade, o enfrentamento dos novos desafios da contemporaneidade (sociais, econômicos e ambientais) e a tomada de decisões éticas e fundamentadas. O mundo deve lhes ser apresentado como campo aberto para investigação e intervenção quanto a seus aspectos políticos, sociais, produtivos, ambientais e culturais, de modo que se sintam estimulados a equacionar e resolver questões legadas pelas gerações anteriores – e que se refletem nos contextos atuais -, abrindo-se criativamente para o novo (Brasil, 2018a, p.463).

Com o desenvolvimento de experiências que garantam o enfrentamento de desafios de ordem social, econômica e ambiental, o sujeito estará sendo formado de

maneira integral. Uma forma possível de se desenvolver atividades com essas características é a adoção de projetos integradores:

estratégias metodológicas que estimulam a análise da realidade e a resolução de problemas, estimulando o estudante ao protagonismo juvenil e à iniciação científica, bem como à competência técnica para o exercício do trabalho na perspectiva integral (Carvalho; Oliveira; Bezerra, 2018, p. 12).

Os projetos integradores, utilizados como estratégia metodológica, estimulam o desenvolvimento de habilidades analíticas nos educandos e promovem o protagonismo juvenil ao focar a resolução de problemas. Além disso, podem ser empregados como meio de preparar os jovens para o futuro, uma vez que propiciam uma educação alinhada às demandas da sociedade contemporânea, abrangendo habilidades como trabalho em equipe, análise de situações, pensamento crítico e competências técnicas para a prática profissional.

É, portanto, tarefa do educador selecionar coisas que, no âmbito das experiências existentes, possuam a potencialidade de apresentar novos problemas que, ao estimular novas formas de observação e julgamento, ampliarão a área para experiências futuras. O professor, assim, deve considerar constantemente o que já foi alcançado, não como uma conquista fixa, mas como um agente, como um instrumento para abrir novos campos que produzam novas demandas a partir da capacidade já existente de observação e do uso inteligente da memória. A conectividade no processo de desenvolvimento deve ser, pois, uma preocupação constante do professor (Dewey, 2023, p. 110).

Com base em experiências existentes que podem potencializar novos problemas, o educando será estimulado a buscar soluções que tragam para a sua vida cotidiana a capacidade de observar, julgar e aprender, formando-o integralmente. Dessa forma, os projetos integradores possibilitarão ao educando não apenas a aquisição de conhecimentos em termos de conteúdo, mas também o desenvolvimento de competências e habilidades essenciais para sua vida (Magalhães; Pereira, 2019). Assim, cumpre mencionar que

os projetos tendem a se desdobrar de formas imprevistas, e por isso os alunos precisam planejar cooperativamente as ações de sua equipe, conforme avançam na solução dos problemas,

caracterizando assim um processo de 'autogestão' (Oliveira; Mattar, 2018, p.359).

Os projetos proporcionam aos educandos a oportunidade de desenvolver a autonomia e um senso de pertencimento à sociedade. Nesse contexto, os desafios cotidianos são abordados com o objetivo de encontrar soluções que busquem o bem comum. Dessa forma, há sempre o desenvolvimento de novos conhecimentos ou a aplicação de conhecimentos já adquiridos. Conforme Carvalho, Oliveira e Bizerra (2018, p. 12),

esse tipo de atividade situa a aprendizagem numa dimensão contextualizada, promovendo a articulação entre teoria e prática, bem como favorecendo a integração entre os conhecimentos gerais e os conhecimentos específicos.

Ao inserir a aprendizagem em uma dimensão contextualizada, possibilita ao educando a aplicação prática dos conhecimentos teóricos em sua rotina diária. A interligação entre teoria e prática contribui significativamente para uma formação mais abrangente e interdisciplinar. Dessa forma, propicia uma visão integrada dos saberes, preparando o educando de maneira eficaz e eficiente para enfrentar os desafios do mundo.

Os projetos integradores, de caráter interdisciplinar, possibilitam que educadores unam conhecimentos de diversas disciplinas. Essa abordagem torna o aprendizado mais envolvente para os alunos, uma vez que o conteúdo é explorado a partir de diversas perspectivas disciplinares. No entanto, a adoção e a implementação de práticas pedagógicas inovadoras e contextualizadas, que permitam ao aluno ser ativo no processo de ensino-aprendizagem, podem ser comprometidas por diversos fatores, como a infraestrutura inadequada, a falta de valorização profissional, o elevado número de alunos por sala de aula e a formação insuficiente dos professores nos cursos de licenciatura.

Em escolas onde a infraestrutura é precária, torna-se difícil implementar uma cultura de inovação nas aulas. A limitação do espaço físico nas salas de aula, combinada com o elevado número de alunos, que só permite a disposição das carteiras em filas, restringe a movimentação do educador pela sala. Essa

configuração pode inviabilizar aulas diferenciadas, dificultando até o agrupamento dos alunos e o desenvolvimento de atividades mais interativas.

A valorização profissional é outro fator determinante, e não se limita apenas à questão salarial. O trabalho docente exige uma formação continuada constante, para que os educadores possam atender às demandas da sociedade atual. Assim, de acordo com Arroyo (2011, p. 30)

Se o trabalho docente se amplia não dá para continuar reproduzindo o professor e a professora a aulistas todo o tempo. Não dá para manter o mesmo número de alunos que exigem atenções redobradas de educação, formação, aprendizagem. Não dá para exigir a mesma carga horária de trabalho, em dois, três turnos, em várias escolas e redes de ensino. A ampliação da função profissional ensinar-educar exige uma revisão radical das políticas de trabalho e de formação.

Diante das exigências educacionais atuais, é fundamental que ofereçamos aos estudantes uma formação contextualizada e inovadora, para que o conhecimento esteja sempre em movimento e seja verdadeiramente transformador. Contudo, alguns fatores se apresentam como obstáculos. Um exemplo é o número excessivo de alunos nas turmas de ensino médio, que permanece inalterado, com até 40 alunos por sala. Esse número impossibilita o professor de se movimentar adequadamente entre as carteiras, resultando muitas vezes aulas com os alunos enfileirados.

Além disso, a burocratização do trabalho docente também compromete a gestão do tempo dos professores, dificultando sua dedicação à formação contínua e ao planejamento de aulas diversificadas. Outro problema significativo é a baixa remuneração, que força muitos educadores a trabalhar em até três turnos.

Assim, se fazem necessárias melhorias na formação inicial dos professores, bem como políticas públicas de educação mais afinadas às demandas educacionais. Além do mais, as redes de ensino devem garantir a infraestrutura adequada nas escolas, com ações como reduzir o número de alunos por turma, oferecer cursos e momentos de formação continuada para professores e promover momentos de planejamento escolar com a equipe escolar. Embora não sejam fáceis de realizar, com o envolvimento e a dedicação de todos os agentes, incluindo o poder público e a comunidade escolar, é possível avançar significativamente na qualidade da educação.

A falta de recursos mínimos necessários, como a conexão à internet para todos os alunos (no caso da escola pesquisada, mais de 700 alunos), pode inviabilizar a execução de um currículo inovador. Da mesma forma, a escassez de materiais didáticos que favoreçam o desenvolvimento dessas práticas é também um desafio, pois muitas vezes os professores dispõem apenas de livros didáticos que reproduzem conhecimentos comuns, repetidos nos cursos de licenciaturas. Como critica Arroyo (2011), esse ordenamento curricular acaba se tornando um ritual sagrado, que pode limitar a inovação.

Feitas essas considerações, na próxima seção, abordaremos a metodologia para a produção dos dados necessários à análise e à proposta de intervenção na instituição de ensino pesquisada.

### 3.2 RECURSOS E METODOLOGIAS DE PESQUISA DE CAMPO

Nesta seção, apresentaremos a metodologia proposta para a pesquisa de campo. A abordagem metodológica utilizada será o Estudo de Caso, que incluirá análise documental e entrevistas para investigar o problema em questão. A pesquisa foi conduzida com alunos que atuam como líderes de turmas, bem como professores efetivos atuantes no NEM, especialista em educação básica, coordenador do Novo Ensino Médio e diretor da escola.

Esta pesquisa configura-se como um estudo de caso, no qual se investiga um caso específico, permitindo a possível generalização dos achados para contextos semelhantes. O objetivo deste estudo é apurar os desafios na implementação do Novo Ensino Médio e examinar maneiras pelas quais a equipe pedagógica pode aprimorar a execução da proposta curricular do NEM. Neste contexto, o estudo de caso é uma modalidade indicada, pois segundo Ventura (2007, p. 384)

o estudo de caso como modalidade de pesquisa é entendido como uma metodologia ou como a escolha de um objeto de estudo definido pelo interesse em casos individuais. Visa à investigação de um caso específico, bem delimitado, contextualizado em tempo e lugar para que se possa realizar uma busca circunstanciada de informações.

A abordagem de estudo de caso se concentra na análise de um caso específico, como a implementação de uma política pública em uma escola estadual determinada. A contextualização temporal e espacial o torna relevante para a análise das informações.

Para o desenvolvimento da pesquisa, será empregada uma abordagem qualitativa, utilizando a metodologia de estudo de caso, por ser, segundo Godoy (1995, p. 21)

um fenômeno pode ser melhor compreendido no contexto em que ocorre e do qual é parte, devendo ser analisado numa perspectiva integrada. Para tanto, o pesquisador vai a campo buscando “captar” o fenômeno em estudo a partir da perspectiva das pessoas nele envolvidas, considerando todos os pontos de vista relevantes. Vários tipos de dados são coletados e analisados para que se entenda a dinâmica do fenômeno.

A realização de pesquisa de campo possibilita ao pesquisador compreender o contexto no qual as pessoas estão inseridas, bem como suas perspectivas, o que, por sua vez, permite uma melhor compreensão da dinâmica do fenômeno em estudo.

A coleta de dados para este estudo foi realizada por meio de diversos instrumentos. Inicialmente, para a escrita do capítulo 2, foi conduzida uma pesquisa documental, que envolveu a análise de textos normativos federais e estaduais, atas de reuniões escolares, planos de curso, matriz curricular da escola e diários escolares. A pesquisa documental é um método no qual, conforme destacado por Godoy (1995), os documentos são considerados importantes fontes de dados. Por meio dessa abordagem, busca-se obter informações a partir de documentos previamente existentes.

Após a banca de qualificação, foi realizada, em agosto de 2024, uma pesquisa de campo utilizando entrevistas semiestruturadas individuais como método de coleta de dados. Foram entrevistados dois alunos que desempenham papéis de representantes ou vice representantes de turmas (líderes de turma), cada um pertencente a uma série diferente do Ensino Médio. Adicionalmente, ocorreram entrevistas semiestruturadas individuais com o diretor da escola, a especialista da educação, a coordenadora do Novo Ensino Médio e dois professores efetivos que

atuam no NEM, sendo um professor por área de conhecimento, conforme detalhado no quadro 16 abaixo.

Quadro 16 - Roteiro Quantitativo das Entrevistas

<b>Categoria</b>	<b>Sujeitos das entrevistas</b>	<b>Código</b>	<b>Número de entrevistas</b>
Comunidade Atendida pela escola	Aluno líder de 2 turmas	LT1 e LT2	02
Servidores da escola	Diretor da escola	DE 1	01
	Coordenador NEM	CEM 1	01
	Especialista de Educação Básica	EEB 1	01
	Professor	P1 e P2	02

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

De acordo com Batista; Matos; Nascimento (2017), a entrevista semiestruturada possibilita a exploração das opiniões e dos sentimentos dos participantes em relação ao tema. Na condução da entrevista, parte-se de um roteiro de perguntas previamente determinadas, não excluindo a possibilidade de questionamentos adicionais, que podem surgir mediante a interação com o entrevistado no momento da entrevista (Minayo, 2010 *apud* Batista; Matos; Nascimento, 2017). Cumpre mencionar que para a realização desta pesquisa, os roteiros de entrevistas foram elaborados com base nos instrumentos utilizados por Rodrigues (2017).

Em relação aos servidores da escola, ambos são efetivos e têm experiências na área educacional há algum tempo. O servidor DE 1 tem 11 anos de experiência na educação, dos quais quase dois anos são dedicados à gestão escolar e nove como professor, sendo licenciado em Física. Já o servidor CEM 1 possui cerca de 12 anos de experiência, atuando principalmente como professora de Língua Portuguesa no Ensino Regular, além de ter trabalhado na APAE, sido Coordenadora da Educação de Tempo Integral e, atualmente, professora de Língua Portuguesa e Coordenadora do Novo Ensino Médio. CEM 1 é graduada em Comunicação Social (Bacharelado em Jornalismo) e licenciada em Letras, possui Mestrado em Estudos

Literários e Doutorado também na área da Literatura. A servidora EEB 1 conta com nove anos de experiência como Especialista da Educação Básica, sendo licenciada em Pedagogia, com ênfase em Supervisão Escolar. A professora P1 possui 24 anos de experiência docente e é licenciada em Química, com Especialização em Química no Ensino Médio, e a professora P2 possui 19 anos de experiência no ensino de Língua Portuguesa, com licenciatura e especialização nessa área. Por fim, os alunos líderes de turma estão no Ensino Médio: LT 1 cursa o segundo ano e LT 2 está no terceiro ano.

Por fim, mencionamos os preceitos éticos que regem a pesquisa envolvendo seres humanos. A participação das pessoas na pesquisa foi condicionada à assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE), em duas vias de igual teor, uma arquivada com o pesquisador e a outra com o participante (Anexo A e B).

Para as entrevistas realizadas com estudantes, além da autorização de seus responsáveis, manifestada por meio da assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE), também em duas vias de igual teor (Anexo C), foi necessária a concordância dos estudantes, evidenciada pela assinatura do termo de assentimento livre e esclarecido (TALE) em duas vias (Anexo D).

Para terminar, informamos que é assegurado o sigilo da identidade dos participantes, bem como a utilização exclusiva dos dados coletados para propósitos acadêmicos.

### 3.3 ANÁLISE DAS PERCEPÇÕES DA COMUNIDADE ESCOLAR A RESPEITO DA IMPLEMENTAÇÃO DO NOVO ENSINO MÉDIO

Esta seção realizará a análise dos dados da pesquisa realizada. Para tanto, está organizada em dois eixos de análise. O primeiro eixo abordará a gestão pedagógica no que se refere a papéis e responsabilidades propostos no Novo Ensino Médio (NEM), tempos e espaços. O segundo eixo tratará da integração curricular. Esses eixos foram analisados e discutidos com base em referenciais teóricos, servindo também como base para a organização dos roteiros elaborados para as entrevistas em campo.

### 3.3.1 Percepções sobre Gestão Pedagógica na implementação do Novo Ensino Médio (NEM)

Esta subseção analisará as percepções do gestor, do especialista da educação, da coordenadora do NEM, dos professores e dos alunos sobre as responsabilidades de cada um na implementação do Novo Ensino Médio na EE Luiz Salgado Lima. Serão abordadas as propostas do NEM, bem como os tempos e espaços dedicados à implementação dessa política pública.

A primeira questão abordou diretamente a experiência profissional dos professores, questionando se eles se sentiram preparados para lecionar as disciplinas que lhe foram atribuídas, especialmente no que se refere aos itinerários formativos. As professoras entrevistadas foram enfáticas ao afirmar que se sentem preparadas para as disciplinas que têm relação com a sua área de formação. No entanto, em relação aos itinerários formativos, uma delas mencionou sentir maior dificuldade, pois não houve uma formação inicial específica para os professores que ministrariam essas novas disciplinas, nem o envio de um programa ou ementa do curso antes do início do ano letivo.

Ao refletir sobre a reforma do Novo Ensino Médio, Lotta et al (2021) afirma que a falta de regulamentação de boa parte da reforma no momento de sua aprovação gerou incertezas sobre como as mudanças deveriam ser implementadas. Isso resultou em um ambiente de conflitos, marcado pela ambiguidade nas regras ainda não interpretadas e pela ausência de diretrizes claras para sua execução, como, por exemplo, a falta de orientações para a implementação dos itinerários formativos. Sobre isso, P2 afirma que

*Antes de implementar vem a formação do profissional que vai trabalhar no novo ensino médio e nós não tivemos essa formação. Muitas vezes nós fomos para a prática e depois que a gente recebeu as orientações.*

*Só orientação, acesso ao documento, em muitos casos vieram só posterior ao início da atuação. Aí já começou o problema neste ponto, a falta de formação (P2, Entrevista realizada em 28 de agosto de 2024).*

A EEB 1 também relatou que

*A experiência, na minha opinião, acho que foi muito semelhante à da maioria das escolas: algo imposto de forma repentina, sem preparação prévia. Não houve tempo para adaptação, informação ou capacitação. Tudo aconteceu de forma inesperada, especialmente após a pandemia. Foi, de fato, como dar um tiro no escuro, pois não tínhamos experiência ou conhecimento suficiente sobre a situação. (EEB 1, Entrevista realizada em 26 de agosto de 2024)*

As ementas foram apresentadas aos professores somente após o início do ano letivo, o que os levou a buscar ideias e temas com outros colegas e na internet para se prepararem. Esse fato pode evidenciar a necessidade de uma preparação mais sólida da equipe escolar antes da implementação de uma política pública, o que poderia melhorar a qualidade de ensino. Além disso, mostra como os implementadores da política pública foram deixados de lado no processo de formulação, destacando o caráter *top/down* dessa abordagem. Conforme apontado por Lotta et al (2021), a decisão de incluir um tema na agenda e implementá-lo parte do governante, o que revela o distanciamento entre os formuladores e os implementadores da política. Sobre o preparo dos educadores, o LT 1 menciona que

*Percebi que muitos professores não estavam totalmente preparados para ensinar as matérias dos itinerários formativos, pois essa abordagem é nova para eles, assim como para nós. Portanto, não é que eles deixem a desejar; muitas vezes, também se sentem perdidos, assim como nós (LT 1, Entrevista realizada em 22 de agosto de 2024).*

O relato de P2 apresentado abaixo reforça a percepção de LT 1 ao mencionar que

*primeiro a gente tem a formação para depois atuar, no Novo Ensino Médio foi o contrário. Nós entramos na sala meio perdidos, sem saber o que fazer, depois é que vieram as orientações sem formação (P2, Entrevista realizada em 28 de agosto de 2024).*

Conforme destacado por Hallinger (2010); Howie (2002); Moodley (2013) *apud* (Lotta et al, 2021, p. 401), “a literatura demonstra que o sucesso de reformas educacionais também depende do tempo dedicado à sua implementação, de forma que os atores estejam convencidos de seu conteúdo e saibam como implementá-lo”. No entanto, segundo os entrevistados, a reforma do Novo Ensino Médio não contou com esse tempo adequado de preparação.

Além disso, esse distanciamento entre os formuladores e os implementadores pode ocasionar situações como a relatada pelo LT 1, que mencionou sobre o aumento do tempo de permanência dos estudantes na escola. Devido a essa mudança, alunos da zona rural enfrentam dificuldades para participar do último horário, devido ao transporte não atender a esse horário.

*O aumento do tempo de permanência na escola não fez muita diferença para mim, pois dependo do transporte rural. Isso é uma falha do município, e não da escola ou minha. Não temos controle sobre essa situação, já que o transporte é disponibilizado às 11h10min, enquanto meu horário vai até meio-dia (LT 1, Entrevista realizada em 22 de agosto de 2024).*

O LT 1 observa a falta de articulação entre o poder público estadual e municipal ao mencionar a deficiência no transporte público rural, demonstrando uma consciência crítica da situação. Como forma de minimizar o impacto dessa situação, a escola oferece a esses alunos a possibilidade de realizar as atividades em casa. No entanto, essa medida não resolve todos os problemas, já que os alunos perdem a oportunidade de participar das discussões e do contato direto em sala de aula. Será que esses estudantes se sentem prejudicados por não participar desses momentos coletivos, já que essa vivência não lhes é garantida?

Em relação à permanência dos estudantes, DE 1 menciona que

*Percebo que muitos alunos enfrentaram dificuldades para se adaptar à permanência até o sexto horário. Quando o novo ensino médio foi implementado, inicialmente em apenas uma turma do primeiro ano, essa adaptação foi bastante complicada. No entanto, à medida que o tempo passou e hoje com a implementação nos três anos, não observo mais tanta dificuldade em ficar até o meio-dia.*

*O principal problema é que, embora a escola tenha modificado a carga horária, a comunidade ao redor não acompanhou essas mudanças. Tenho um aluno, por exemplo, que trabalha à tarde e antes saía às 11h10min, conseguindo chegar ao trabalho em uma hora. Agora, com a saída às 12h, esse intervalo ficou apertado, e a empresa não aceita que ele chegue às 13h30min. Além disso, há o problema do transporte: o ônibus, que antes passava às 11h30min, agora passa ao meio-dia, e muitas vezes o aluno acaba perdendo-o, já que o ônibus não pode esperar.*

*Portanto, apesar de todo o esforço da escola no processo de adaptação, a infraestrutura ao redor não mudou junto. Isso dificulta a permanência dos alunos até o sexto horário. Alunos da zona rural, por exemplo, enfrentam ainda mais desafios, pois a van que os*

*transporta precisa buscá-los no quinto horário para conseguir retornar a tempo de levar outros alunos no turno da tarde. Esses alunos acabam sendo prejudicados.*

*E o que a escola pode fazer? Não há muito a ser feito em relação a isso. Não podemos pedir para o aluno voltar a pé. Portanto, há ainda pontos que precisam ser resolvidos. Contudo, de forma geral, os alunos já se adaptaram (DE1, entrevista realizada em 27 de agosto de 2024).*

As dificuldades de adaptação ao novo horário foram mais intensas no início de implementação do NEM. Embora essa situação tenha melhorado ao longo dos anos, ainda persistem alguns desafios. Isso ocorreu porque a nova política pública educacional foi implementada dentro das escolas, enquanto a comunidade externa permaneceu inalterada. Por exemplo, os horários dos ônibus locais e do transporte público rural oferecido pelo poder público não foram ajustados. Isso evidencia que a formulação da política foi feita por pessoas que desconheciam as diferentes realidades de um país tão diverso. Como destaca Lotta et al (2021, p. 396) “uma mudança exógena pode gerar consequências distintas dependendo do contexto”, mostrando que o contexto de implementação influencia diretamente o sucesso das reformas.

Durante a pesquisa de campo, outro ponto destacado pelos profissionais da educação foi a importância da formação inicial e, sobretudo, da formação continuada dos professores. No que diz respeito à formação inicial, foi observado que, segundo os professores entrevistados, os cursos de licenciatura preparam os professores principalmente para o desenvolvimento de conteúdo, mas essa preparação ocorre de forma fragmentada. Nesses cursos, não há o preparo do professor para o desenvolvimento pedagógico, como destaca a CEM 1 “*se aprende é na prática, eu aprendi a dar aula na prática, estou na sala de aula, mas se você não tiver uma formação sólida, né, de conteúdo, mesmo, conhecimento sólido, você vai entrar na sala de aula e você vai falar o que*” (Entrevista realizada em 27 de agosto de 2024). Sobre isso, Gatti (2010) afirma que, nos cursos de licenciaturas, há um foco predominante nas disciplinas específicas, deixando pouco espaço para a formação pedagógica. Situação essa que pode ser a responsável por CEM 1 relatar aprender a dar aula na prática, uma vez que a parte pedagógica nos cursos de licenciatura não ocupa posição de destaque, além de ocorrer de forma fragmentada.

Outro ponto que a autora destaca é o fato de os professores “especialistas” serem mais valorizados socialmente, por seu conhecimento especializado em disciplinas específicas. Esse contexto, profundamente enraizado na sociedade, dificulta que o professor consiga se desvincular dessa “especialidade” e trabalhar de forma integrada, apresentando o conhecimento aos alunos como algo interligado, onde os saberes se cruzam e se complementam.

Além disso, a autora ainda aponta que há um número significativo de pessoas no Brasil que escolhem a docência como uma segunda opção de carreira, optando por ela quando não conseguem emprego na área de sua primeira escolha. Em relação a isso, a CEM 1 mencionou que *“dar aula virou uma espécie de cabide de emprego, eu não tenho nada para fazer, eu não tenho outra possibilidade, eu não acho outra coisa, então eu vou trabalhar e vou trabalhar com itinerário”*. O que se observa é que, devido a legislações que permitem a formação em qualquer licenciatura para lecionar os itinerários formativos, muitos profissionais acabam não estando devidamente preparados para essa função. Além do mais, em muitos casos, a formação inicial desses profissionais não é uma licenciatura, e, por falta de oportunidades em sua área de formação, acabam recorrendo a uma segunda formação. Muitas vezes, essa segunda formação é apenas uma complementação, obtida em cursos de licenciaturas com duração de apenas seis meses oferecidos por algumas instituições.

Um outro ponto destacado por Gatti (2010) é que a maioria dos cursos de licenciaturas utiliza recursos como apostilas e resumos em suas aulas, o que pode dificultar a inovação na prática pedagógica dos professores. Essas evidências reforçam a necessidade urgente de capacitação em serviço. A formação continuada, além de ajudar a suprir lacunas deixadas pela formação inicial de alguns professores, torna-se essencial para todos os profissionais, pois a realidade das escolas se altera constantemente.

Em relação à formação continuada, a LDB (1996), no Art. 3º, §3º prevê que

os sistemas estaduais e distrital de educação, como apoio do Ministério da Educação, estabelecendo políticas, programas e projetos de formação continuada dos docentes de ensino médio que incluam orientações e reflexões metodológicas relacionadas ao novo formato dessa etapa da educação básica. (Brasil, 1996)

A formação continuada deve ser um processo constante na vida do professor, e o gestor escolar desempenha um papel central nesse processo. A implementação de políticas de formação continuada, nas reuniões de módulo II, que ocorrem na rede estadual de Minas Gerais, deve ser organizada pela direção em conjunto com o Especialista em Educação Básica. Para que essas reuniões sejam mais produtivas e eficazes, é necessário que a equipe gestora e pedagógica planeje e alinhe cuidadosamente esses momentos. No entanto, percebe-se que, em muitas dessas reuniões, que poderiam ser oportunidades para a formação continuada dos profissionais da educação, o tempo acaba sendo dedicado ao repasse de informações administrativas e pedagógicas da rotina escolar. Sobre isso, a CEM1 destaca que

*Hoje as nossas reuniões de módulo, elas são ocupadas quase que integralmente por questões administrativas. O que precisamos fazer, o que precisamos preencher, o que precisamos cumprir, né? Data de, enfim, questões administrativas para serem resolvidas sempre em um curto espaço de tempo. Então, não há tempo nenhum, ou eu não percebo tempo nenhum hoje para a discussão de questões pedagógicas (CEM 1, entrevista realizada em 27 de agosto de 2024).*

A formação continuada dos professores, quando bem planejada e realizada nas reuniões de módulo II, considerando a realidade da escola e dos alunos, pode gerar um conhecimento prático que trará resultados significativos para ambos, alunos e professores. Segundo Nóvoa (1991), a formação continuada deve estar diretamente relacionada ao seu desempenho profissional, sendo as escolas os principais espaços de referência. Para que essa formação seja eficaz, é fundamental que sejam estruturados com base em problemas práticos e projetos de ação, em vez de se concentrarem em conteúdos acadêmicos.

A formação continuada em serviço é extremamente necessária, pois, conforme Nóvoa (2002 *apud* Santos, 2010, p. 7), “a atividade docente [é tida] como um conjunto de novas situações e, por extensão, sujeita à ocorrência de fatos inusitados e não repetitivos que possivelmente não foram abarcados na formação inicial dos professores”. Para que a educação em nossas escolas seja desenvolvida de maneira que se estabeleçam práticas eficazes de ensino e aprendizagem, a formação continuada é essencial e já prevista na LDB.

Quando a formação continuada é realizada dentro da carga horária de trabalho, pode trazer muitos benefícios para a comunidade escolar, uma vez que toda a equipe pode participar, e os problemas da realidade educacional em que estão inseridos podem ser contextualizados e as conduções pensadas coletivamente. Um programa de formação contínua, para ser considerada formação em serviço, precisa estar inserida na jornada de trabalho do professor. Isso evita que a responsabilidade pela continuidade da formação continuada recaia exclusivamente sobre os professores. Assim, cabe à instituição responsável pelo ensino assumir o compromisso de promover a formação contínua durante o serviço, garantindo a qualidade educacional (Santos, 2010).

Além da formação continuada, outro ponto destacado pelos entrevistados foi a necessidade de melhorar o uso dos espaços escolares existentes, que pode não estar ocorrendo de forma ideal devido à falta de capacitação dos educadores para aproveitá-los ao máximo. Conforme a aluna LT 2 relatou,

*acredito que seria muito mais interessante realizar debates, ter aulas diferentes e explorar novos lugares. Também poderíamos aproveitar melhor a nossa sala de informática com os computadores disponíveis, ao invés de apenas ficar na sala de aula fazendo deveres (LT 2, entrevista realizada em 22 de agosto de 2024).*

Em relação aos espaços escolares utilizados para o desenvolvimento das atividades pedagógicas vinculadas aos itinerários formativos, a estudante LT 2 relatou o seguinte:

*Nas matérias de itinerários que escolhi, não há uso de nenhum espaço diferenciado. Embora eu tenha escolhido um itinerário formativo que possui tecnologia, a sala de computadores não é utilizada. Apenas usamos a apostila fornecida pelo governo, mas não a sala de informática. Além disso, os outros professores também se limitam a usar textos em sala de aula, sem realizar atividades diferentes fora do ambiente tradicional (LT 2, entrevista realizada em 22 de agosto de 2024).*

Com relação aos itinerários formativos, o aluno LT 1 mencionou que “escolhi seguir na área da matemática porque acredito que ela seja a mais fácil para mim e a que mais abrangesse coisas do meu dia a dia, que eu fosse utilizar com mais frequência” (LT 1, entrevista realizada em 22 de agosto de 2024). O mesmo aluno

cita como ponto forte do Novo Ensino Médio a eletiva de Matemática Financeira, que o prepara para a vida fora da escola.

*Os professores nos ensinam sobre juros de cartão de crédito, entre outras coisas, e nos mostram como a vida realmente funciona fora da escola. Acredito que a educação financeira nos prepara para a vida após a escola, enquanto a matemática nos ajuda a nos preparar para provas como o Enem ou concursos públicos. A educação financeira, nos prepara para enfrentar os desafios da vida assim que saímos da escola. Outro exemplo é o projeto de vida, que nos ajuda a enxergar a vida de uma maneira diferente, enfrentando diversas situações reais fora da escola (LT 1, entrevista realizada em 22 de agosto de 2024).*

Observamos que quando o professor contextualiza os conteúdos nos itinerários formativos os alunos se sentem motivados e enxergam praticidade no que estão estudando. Além disso, percebe-se que não houve dificuldades por parte do professor em ministrar as eletivas relacionadas à sua área de formação. A P2, por exemplo, mencionou sentir-se preparada para lecionar as disciplinas a ela atribuídas, pois todas estão alinhadas com sua formação acadêmica. Quando questionada sobre essa preparação, P2 respondeu que “neste caso, me sinto preparada, porque todas estão relacionadas à minha área de formação”.

Já com relação aos itinerários formativos, a LT 2 aponta que, entre os itinerários formativos, alguns se destacam positivamente, como Redação e Preparação para o ENEM, enquanto outros não apresentam o mesmo impacto.

*Acho que um ponto forte é a oferta da matéria de Redação e o Preparatório para o ENEM, que considero essenciais para os que vão fazer o ENEM. E o ponto negativo, é a presença de algumas matérias que, na minha opinião, não têm tanta aplicação no dia a dia da gente.*

*Em relação à aceitação dos alunos, acredito que foi muito ruim. Ninguém gostou de permanecer até o meio-dia com uma carga horária que incluía algumas matérias que, para muitos, são consideradas inúteis e não terão utilidade no futuro (LT 2, entrevista realizada em 22 de agosto de 2024).*

Em Minas Gerais, a carga horária dos itinerários formativos é concentrada nos últimos horários, 5º e 6º. No entanto, muitos alunos veem essas disciplinas como irrelevantes, levando-os a considerarem esses horários desnecessários. Como essas disciplinas não são exigidas em exames como o ENEM, vestibulares ou

concursos, e os estudantes não percebem sua aplicabilidade no dia a dia, acabam sendo vistas como de pouca importância. Os alunos dão mais valor aos conteúdos da BNCC e às disciplinas dos itinerários formativos, como Projeto de Vida, Preparação para o ENEM e Matemática Financeira. Em relação à concentração nesses horários, tanto DE1 e CEM1 se posicionaram de forma desfavorável. A CEM 1 relata que

*Os alunos não aceitam o sexto horário e o questionam bastante, especialmente porque ele é destinado apenas aos itinerários formativos. Quando esses itinerários não fazem sentido para eles ou não têm uma aplicação prática clara, eles percebem esse tempo como inútil. Isso é frequentemente comentado pelos alunos, que dizem que o conteúdo apresentado pelos professores não tem relevância e não traz atividades inovadoras, a gente está fazendo mais do mesmo. Para eles, o sexto horário se torna irrelevante, pois não o veem como algo importante.*

*Se eu fosse consultada para sugerir melhorias para o novo ensino médio, uma delas seria a reorganização da oferta das disciplinas eletivas e dos itinerários. Eles deveriam ser oferecidos do primeiro ao sexto horário, sendo plenamente integrados à grade escolar. As disciplinas do currículo básico comum também deveriam ser distribuídas nesses horários, evitando deixar o quinto e sexto horários apenas as disciplinas de itinerários (CEM 1, entrevista realizada em 27 de agosto de 2024).*

Nesta mesma direção, o DE1, ao ser questionado sobre que melhorias ele sugeriria ao NEM se fosse consultado, relata que

*Se eu fosse consultado sobre melhorias no NEM, sugeriria que as aulas dos itinerários formativos não fossem sempre nos últimos horários, mas distribuídas ao longo do dia, de forma integrada com as demais disciplinas. Por exemplo, poderia haver uma aula de itinerário no segundo ou terceiro horário, e uma aula da BNCC no quinto ou sexto. Por quê? Os alunos estariam mais descansados para acompanhar o conteúdo. Alguém poderia argumentar que, nesse caso, a aula de Física, por exemplo, ficaria no sexto horário e os alunos estariam cansados. No entanto, ao diversificar a distribuição, no dia seguinte não seria a aula de Física nesse horário, já que atualmente todas as eletivas acontecem no quinto e sexto horários. Se houvesse essa flexibilidade para mesclar os horários, facilitaria muito, tanto para a escola quanto, principalmente, para os alunos (DE 1, entrevista realizada em 27 de agosto de 2024).*

A P2 também relata

*um aspecto a ser observado é a questão do sexto horário ser destinado a algumas disciplinas no novo ensino médio, como se elas fossem menos importantes e aí ficaria para o final do horário (P2, Entrevista realizada em 28 de agosto de 2024).*

A distribuição da carga horária dos itinerários formativos e BNCC foi imposta às escolas sem considerar as necessidades específicas de cada uma. Os servidores entrevistados mencionaram esse ponto como uma sugestão que fariam, caso tivessem sido consultados. Eles destacaram a importância de integrar os conteúdos dos itinerários formativos ao horário regular total da escola, pois a prática de sempre alocar essas disciplinas nos últimos horários faz com que os alunos as percebam como menos importantes. Além disso, essa separação dificulta o encontro entre professores da BNCC e dos itinerários formativos, já que os primeiros finalizam suas aulas no 4º horário, enquanto os últimos lecionam apenas no 5º e 6º horário.

A falta de encontro entre esses professores, somada ao fato de as reuniões de módulo II serem ocupadas por questões burocráticas e administrativas, torna a integração curricular entre as disciplinas da BNCC e os itinerários formativos - um dos pontos-chaves do Novo Ensino Médio - de difícil execução. Diante disso, a próxima subseção abordará a questão da integração curricular.

### **3.3.2 Percepções sobre a integração curricular na implementação do Novo Ensino Médio (NEM)**

Esta subseção analisará as percepções do gestor, da Especialista da Educação, da Coordenadora do NEM, dos professores e dos alunos sobre a integração curricular na implementação do Novo Ensino Médio na EE Luiz Salgado Lima.

Para os servidores da escola, a primeira questão abordou a importância da integração curricular para o desenvolvimento das aulas no Novo Ensino Médio. Todos foram unânimes em afirmar que essa integração é fundamental no contexto atual da educação. No entanto, destacaram que ela ocorre apenas em momentos pontuais ao longo do ano, como na organização de feiras bimestrais por área de conhecimento. Esses momentos, contudo, não fazem parte da rotina escolar devido

à falta de um planejamento coletivo e ao excesso de burocracia. Sobre isso, CEM 1 relata que

*a integração seria fundamental, mas, na prática, ela não acontece como deveria. Embora se fale muito sobre integração, trabalhos transdisciplinares e interdisciplinares, e sobre a importância de todos trabalharem juntos, a realidade é que precisamos realizar avaliações diagnósticas a cada dois ou três meses. Essas avaliações, no entanto, são feitas pelos alunos sem muito empenho, pois não veem sentido ou relevância nos resultados. Como consequência, o tempo disponível para o que realmente deveria ser feito – um trabalho pedagógico mais qualificado, apurado, integrado e atualizado – acaba sendo muito limitado (CEM 1, entrevista realizada em 27 de agosto de 2024).*

Ao longo do ano letivo, diversas demandas educacionais são impostas pelas instâncias superiores para serem implementadas na escola, o que tem limitado o tempo disponível para que professores, junto ao corpo de especialistas pedagógicos da escola, desenvolvam um trabalho interdisciplinar. Essas demandas frequentemente exigem dos professores a preparação de conteúdo específicos para que os alunos estejam prontos para as avaliações.

Arroyo (2011) destaca que, no novo contexto educacional, as tensões identitárias dos professores aumentaram, enquanto as condições de trabalho permanecem inalteradas. Embora haja tentativas de ampliar o papel docente, incorporando novas demandas dos educandos em sala de aula, essas iniciativas enfrentam limitações. Isso ocorre porque ainda prevalece a visão do professor como preparador de estudantes para bons resultados em avaliações nacionais. Essas avaliações muitas vezes reforçam a função de aulistas e treinadores de competências que tentam garantir bons resultados nessas avaliações.

Apesar de educadores perceberem a necessidade de mudanças no contexto escolar, no dia a dia dentro da escola é necessário desenvolver conteúdos com tempo reduzido ou inexistente de reflexões sobre a prática, o que fica evidente no trecho extraído da entrevista à CEM 1 abaixo.

*Na reunião pedagógica, seria essencial criar um espaço para a integração curricular. No entanto, quando essa proposta é feita, não há uma abertura significativa por parte dos profissionais para desenvolver atividades em parceria, discutindo o que cada um está trabalhando ou deixando de trabalhar. Na prática, essa troca é pouco*

*observada. Assim, a integração curricular efetiva não parece ocorrer de forma consistente. Em alguns momentos, há trabalhos interdisciplinares, mas esses são realizados em ocasiões específicas, seguindo um calendário de atividades por área de conhecimento, com um trabalho por bimestre. Fora dessas ocasiões, se propomos atividades em outros momentos, muitos docentes alegam falta de tempo, citando a necessidade de cumprir as exigências burocráticas e administrativas, além da dificuldade de se encontrarem com os colegas. Eles afirmam que precisam focar no cumprimento do currículo de suas disciplinas (CEM 1, entrevista realizada em 27 de agosto de 2024).*

As reuniões do Módulo II, que deveriam focar em questões pedagógicas, têm sido utilizadas para tratar de problemas administrativos e transmissão de recados sobre o cotidiano da escola, como lançamento de DED, aplicações de avaliações externas, prazos de lançamentos em sistema e organização de eventos escolares, como jogos escolares e excursões, conforme relatado pela P1.

*Na nossa escola, realizamos reuniões semanais de duas horas, mas geralmente focamos em assuntos administrativos, como orientações da direção e coordenação, além de questões internas da escola e problemas relacionados aos alunos. Com isso, o planejamento coletivo não acontece (P1, entrevista realizada em 27 de agosto de 2024).*

A CEM 1 relata que o excesso de burocracia no cotidiano escolar é um problema. Essas questões burocráticas acabam sendo discutidas nas reuniões pedagógicas do Módulo II.

*A equipe pedagógica, gestão, coordenação do Novo Ensino Médio, especialistas, todo mundo fica muito imerso nas questões administrativas, na burocracia, no cumprimento de metas, no cumprimento das respostas de e-mails, nas outras questões administrativas financeiras, quaisquer que sejam elas. E o pedagógico fica... ele é deixado de lado (CEM 1, entrevista realizada em 27 de agosto de 2024).*

Percebe-se que as demandas burocráticas têm ganhado proporções cada vez maiores nas escolas, muitas vezes ocupando tanto espaço que as questões pedagógicas acabam sendo colocadas em segundo plano. A falta de tempo para discutir em conjunto questões pedagógicas faz com que, muitas vezes, as soluções pedagógicas fiquem sob a responsabilidade dos professores, que acabam tendo que lidar com elas de forma individual.

Além disso, observamos que os professores se sentem pressionados a seguir cronogramas e conteúdos pré-estabelecidos, sem autonomia para inovar, integrar e contextualizar. Isso ocorre porque o currículo continua enraizado em nossas escolas, reforçado pela pressão por resultados satisfatórios em avaliações externas. Arroyo (2011, p. 51-52) discute a questão da autonomia curricular e enfatiza que

Ser docente-educador não é ser fiel a rituais preestabelecidos, mas se guiar pela sensibilidade para o real, a vida real, sua e dos educandos e criar, inventar, transgredir em função de opções políticas, éticas. Aprender a dizer não também exige seriedade e profissionalismo, tanto mais do que para dizer um sim incondicionado. Resistir a toda forma de anular a capacidade de autoria profissional é um direito a ser mantido e disputado.

Apesar da integração curricular ser uma temática recorrente na educação brasileira e os professores reconhecerem sua importância, ela não tem sido efetivada de maneira satisfatória. De acordo com os relatos dos profissionais da educação que participaram das entrevistas, o principal motivo para a ausência de interdisciplinaridade e a realização limitada de projetos é falta de tempo para discussões coletivas sobre questões pedagógicas. Essas conversas entre as disciplinas ocorrem apenas quando o mesmo professor leciona mais de um conteúdo na mesma turma. Sobre isso, DE 1 relata que

*em alguns casos, temos professores que conseguem implementar práticas interdisciplinares, especialmente aqueles que lecionam mais de uma disciplina. Isso ocorre porque, com a redução dos conteúdos da BNCC, alguns professores precisaram complementar sua carga horária com matérias do itinerário formativo. Dessa forma, é possível, principalmente quando o professor é o mesmo, alinhar os conteúdos de duas disciplinas. Por exemplo, o professor de Química pode trabalhar um conceito em Ciências da Natureza e, em seguida, associá-lo ao conteúdo de Química, reforçando o aprendizado ao fazer essa ponte durante a aula. Essa integração é mais fácil quando se trata do mesmo professor. No entanto, quando se trata de dois professores diferentes, lecionando matérias distintas, a colaboração já se torna mais complicada. Apesar de haver tempo destinado ao planejamento, a interação mais próxima entre professores, principalmente no ensino médio, devido à correria do dia a dia: muitos professores lecionam em mais de uma escola, e os horários de planejamento nem sempre coincidem. Além disso, nas reuniões pedagógicas, o tempo é limitado, muitas vezes destinado a estudos de resoluções e demandas administrativas, o que prejudica o planejamento de atividades interdisciplinares (DE 1, entrevista realizada em 27 de agosto de 2024).*

Os professores que lecionam mais de uma disciplina conseguem estabelecer conexões entre os conteúdos, pois, ao planejar individualmente, organizam suas aulas para as disciplinas que ensinam. No entanto, essa integração se torna bastante desafiadora quando envolve a participação de mais de um professor. Isso ocorre porque nas escolas públicas de educação básica o cotidiano é marcado por uma rotina acelerada, em que muitos professores precisam assumir mais de um cargo, na maioria das vezes em instituições diferentes. Como consequência, os horários de planejamento raramente coincidem, dificultando um planejamento colaborativo e integrado entre as disciplinas.

As reuniões de módulo II realizadas semanalmente com frequência são preenchidas por demandas administrativas, como projetos e programas da Secretaria de Estado da Educação, diversas avaliações externas, memorandos, planilhas e relatórios a serem preenchidos. Dessa forma, tais reuniões pedagógicas geralmente não contemplam as discussões pedagógicas necessárias, como o desenvolvimento de um planejamento contextualizado com a realidade escolar e integrado entre as diversas disciplinas. Consequentemente, a articulação entre as disciplinas e a contextualização, elementos fundamentais para o desenvolvimento de aprendizagens significativas, ficam prejudicadas.

Segundo Morin (2003), todo conhecimento está intrinsecamente ligado ao seu meio cultural, social, econômico, político e natural, evidenciando a unidade entre os saberes. A contextualização e a globalização dos conhecimentos tornam o aprendizado mais produtivo e capaz de transformar a realidade. Nesse sentido, destacamos também a importância da integração curricular, apontada como fundamental pelo DE 1, ao afirmar que várias disciplinas dialogam entre si no desenvolvimento do NEM.

*A integração é, na minha opinião, um ponto-chave do novo ensino médio. Agora, temos várias matérias que se complementam e dialogam entre si. Como exemplo, vou citar minha experiência como professor de Física. No primeiro ano do Novo Ensino Médio, trabalhei com Física e Ciências da Natureza. Embora tenha perdido uma aula de Física, ganhei duas de Ciências da Natureza, o que nos permitiu contextualizar melhor o conteúdo.*

*Acredito que isso seja muito válido. Se um aluno deseja seguir na área de Física, como se tornar um astronauta da NASA, ele precisará de um conhecimento profundo da disciplina. Porém, para outros,*

*entender conceitos como o tratamento da água já pode ser extremamente relevante.*

*Quando abordamos o tratamento de água em Ciências da Natureza, integramos conceitos de Física, Química e Biologia. Essa abordagem permite uma visão mais ampla e conectada entre as matérias. No entanto, ainda falta uma maior integração entre essas disciplinas.*

*Seria ideal que o professor de Ciências da Natureza tivesse um entendimento do que os professores de Física, Química e Biologia precisam, e vice-versa. Esse diálogo entre os professores seria essencial para que, junto como os alunos, eles pudessem explorar a teoria, fazer cálculos e ver as aplicações desses conhecimentos em outras disciplinas. Isso tornaria o aprendizado muito mais enriquecedor e completo (DE 1, entrevista realizada em 27 de agosto de 2024).*

Além de preparar os alunos para a continuidade dos estudos, a escola desempenha um papel social fundamental: o de preparar para a vida. Esse preparo envolve contextualizar e integrar os conteúdos escolares com problemas práticos do cotidiano. Segundo Fazenda (2011), há uma distância entre o ser humano que a escola forma e o ser humano enquanto indivíduo inserido no mundo. Para superar essa lacuna, é necessário abandonar o monólogo e adotar uma prática dialógica, que capacite o cidadão a atuar de forma consciente e ativa na sociedade em que vive. No entanto, embora os educadores reconheçam a importância da interdisciplinaridade, enfrentam dificuldades em implementá-la devido à falta de encontros formais que possibilitem o planejamento coletivo.

A CEM 1 destaca a ausência desses momentos formais destinados às reflexões pedagógicas do trabalho docente. Segundo os servidores entrevistados, os planejamentos dos professores são realizados de forma individual, o que torna a interdisciplinaridade e o desenvolvimento de projetos desafios complexos para serem implementados na escola. A CEM 1, que além de Coordenadora do NEM também é professora, relata que

*os planejamentos são realizados de forma individual. Cada professor utiliza o currículo base e o plano de curso do estado para a série do ano, trabalhando em cima dos conteúdos que precisavam ser abordados. No entanto, não percebo um trabalho coletivo, mas sim uma abordagem individual. Por exemplo, recentemente, enquanto eu dava aula de literatura, precisei abordar um período histórico. Para isso, precisei estudar e explicar um pouco de história para que os alunos pudessem entender o que estava acontecendo naquele período literário.*

*No entanto, o professor de história está trabalhando um período histórico que eu já havia abordado no bimestre passado. Se houvesse uma conversa, uma possibilidade de conversa entre nós, poderíamos ter trabalhado em parceria. Hoje, perguntei a eles se lembravam do conteúdo, mas eles não lembram de nada. Isso acontece porque o conhecimento é fragmentado, completamente fragmentado (CEM 1, entrevista realizada em 27 de agosto de 2024).*

Quando o professor realiza o planejamento de forma individual, ocorrem situações como a descrita pela educadora. Isso se deve ao fato de o conhecimento ser transmitido de maneira fragmentada, sem integração entre os conteúdos. Segundo Morin (2003), essa fragmentação, apresentada como retalhos de informações, dificulta a compreensão do todo. A falta de conexão entre as disciplinas impede que os jovens assimilem o conteúdo de forma significativa, resultando, como afirma Morin (2003), em “uma cabeça bem cheia”, em vez de “uma cabeça bem-feita”.

As entrevistas com os servidores revelaram que as aulas não têm caráter interdisciplinar, principalmente devido à falta de momentos de interação entre os professores. Como relatado por P2, há pouca oportunidade de contato entre os docentes de diferentes disciplinas do Novo Ensino Médio, já que as reuniões de Módulo II não são estruturadas para promover essa interação curricular.

*A interdisciplinaridade é muito interessante porque faz um desenvolvimento conjunto do trabalho envolvendo várias áreas do conhecimento, os olhares de várias áreas do conhecimento. Só que novamente, eu volto a repetir, precisa de um tempo extra, de uma interação entre os profissionais que atuam em áreas do conhecimento afins para elaborar em conjunto aquilo que precisa ser desenvolvido (P2, Entrevista realizada em 28 de agosto de 2024).*

Para que a interdisciplinaridade seja efetivada nas escolas, é essencial que se destine um tempo adequado para que a equipe escolar possa realizar um planejamento que esteja em sintonia com a realidade da instituição. É fundamental conhecer a comunidade local e compreender suas necessidades reais. A principal função do professor em sua atividade profissional é atuar como mediador entre o aluno e a sociedade, conectando as condições de origem do estudante com o seu destino social (Libâneo, 1990).

O planejamento das atividades educacionais pela equipe pedagógica permitirá à equipe escolar ajustar as rotas necessárias para o desenvolvimento

educacional, além de vivenciar a interdisciplinaridade. Segundo Fazenda (2011), a interdisciplinaridade não é algo que se ensina, mas sim que se vive, o que possibilita um alinhamento entre disciplinas e procedimentos de ensino.

A seguir, será apresentado o próximo capítulo, que tem como objetivo elaborar o Plano de Ação Educacional (PAE). Esse plano busca propor alternativas que contribuam para aprimorar a gestão pedagógica e curricular da escola, visando melhorar o processo de ensino-aprendizagem dos nossos educandos.

#### 4 PLANO DE AÇÃO EDUCACIONAL

Este trabalho analisou o processo de implementação da política pública do Novo Ensino Médio no contexto da EE Luiz Salgado Lima. Neste capítulo, é apresentado um Plano de Ação Educacional (PAE), dividido em cinco seções descritas a seguir. O PAE propõe quatro ações, estruturadas a partir das entrevistas realizadas, com o objetivo de propor estratégias e ações para solucionar problemas identificados, visando à melhoria da aprendizagem dos educandos da EE Luiz Salgado Lima.

Além disso, inclui uma ação de acompanhamento e ajustes no PAE, caso sejam necessários durante sua implementação. De acordo com Frankin e Nuss (2006, p. 1), chamamos de “plano de ação ao produto de um planejamento capaz de orientar as diversas ações que deverão ser implementadas. Serve como referência às decisões, permitindo que seja feito o acompanhamento do desenvolvimento do projeto”.

Para estruturar o PAE, será utilizado o modelo 5W2H, que consiste em responder sete perguntas fundamentais, sendo cinco delas iniciadas com a letra W e duas com a letra H, conforme ilustrado no quadro 17 a seguir.

Quadro 17 - Perguntas do Modelo 5W2H

<b>Modelo (5W2H)</b>	<b>Pergunta na língua original (Inglês)</b>	<b>Tradução</b>
5W	What	O quê?
	Why?	Por quê?
	Who?	Quem?
	Where?	Onde?
	When?	Quando?
2H	How?	Como?
	How much?	Quanto?

Fonte: Elaborada pela autora com base em Frankin e Nuss (2006).

Cada uma das perguntas detalha um passo no desenvolvimento do Plano de Ação, que deve ser executado para que o resultado esperado seja alcançado. Esses passos, descritos no quadro 18 a seguir, significam, de acordo com Oliveira (2017):

Quadro 18 - Passos do Modelo 5W2H

<b>Pergunta</b>	<b>Significado da ação</b>
O quê?	Formular a ação que deve ser realizada ou o objetivo/meta que se pretende alcançar
Por quê?	Justificar a ação ou o objetivo proposto na pergunta anterior, explicando o motivo e os benefícios dessa ação.
Quem?	Indicar o nome do responsável ou da equipe encarregada de executar a ação.
Onde?	Indicar o local ou departamento onde a ação será executada.
Quando?	Definir um prazo para a execução da ação, estabelecendo um cronograma.
Como?	Descrever o processo e as atividades que serão realizadas para alcançar a meta.
Quanto?	Estimar o custo para a execução das ações do projeto.

Fonte: Elaborada pela autora com base em Oliveira (2017).

No quadro 19 a seguir, será apresentado um resumo das ações previstas nas quatro seções subsequentes, onde serão detalhadas as propostas para a implementação do Plano de Ação Educacional (PAE).

Quadro 19 - Plano de Ação Educacional – PAE – Modelo 5W2H

(Continua)

<b>Ação</b>	<b>What (O quê?)</b>	<b>Why (Por quê?)</b>	<b>Who (Quem?)</b>	<b>Where (Onde?)</b>	<b>When (Quando?)</b>	<b>How (Como?)</b>	<b>How much (Quanto?)</b>
01	Levantamento de demandas para capacitação dos educadores.	A equipe deve escolher o tema para as capacitações para que as temáticas sejam melhor aproveitadas.	Equipe gestora.	Na própria escola.	Fevereiro de 2025 e Agosto de 2025.	No 1º dia escolar, por meio de questionário.	Custos com a impressão de questionário.
02	Formação Continuada	A formação continuada é essencial para o cotidiano escolar, e os temas abordados devem se relacionar à rotina da escola.	Parceiros, Especialista da Educação e Coordenador do NEM.	Na própria escola.	Durante o ano letivo de 2025, em um total de 10 encontros.	Através de palestras e oficinas.	Custos somente com materiais de papelaria, como impressões, cartolinas, papel A4 e canetas coloridas.
03	Informações administrativas	Para otimizar as reuniões pedagógicas, enviar as	Equipe Gestora.	Na própria	Ao longo do ano letivo de	Informações administrativas	Não haverá custos.

(Continuação)

<b>Ação</b>	<b>What (O quê?)</b>	<b>Why (Por quê?)</b>	<b>Who (Quem?)</b>	<b>Where (Onde?)</b>	<b>When (Quando?)</b>	<b>How (Como?)</b>	<b>How much (Quanto?)</b>
	e pedagógicas	informações administrativas e pedagógicas por aplicativos de conversa e e-mail.		escola.	Ao longo do ano letivo de 2025.	e pedagógicas enviadas por aplicativos de troca de mensagens e e-mail.	
04	Planejamento Coletivo	Para que os planejamentos sejam realizados de forma interdisciplinar entre as diferentes áreas de conhecimento e as práticas pedagógicas da escola sejam elaboradas em conjunto.	Professores, Coordenador do NEM e Especialista da educação	Na própria escola	Ao longo do ano letivo de 2025.	Na 2ª e 3ª reunião de Módulo II de cada mês.	Não haverá custos.
05	Monitoramento e	Para avaliar todo o	Equipe	Na	Ao longo do ano	Reunião	Não haverá.

(Conclusão)

<b>Ação</b>	<b>What (O quê?)</b>	<b>Why (Por quê?)</b>	<b>Who (Quem?)</b>	<b>Where (Onde?)</b>	<b>When (Quando?)</b>	<b>How (Como?)</b>	<b>How much (Quanto?)</b>
	avaliação	processo, identificando pontos positivos e negativos, o que permitirá realizar ajustes para o próximo ano letivo.	Gestora.	própria escola.	letivo de 2025.	coletiva com a equipe gestora.	custos.

Fonte: Elaborada pela autora (2024)

O presente capítulo, portanto, está organizado em cinco seções. A primeira seção descreve a ação um, que consiste no levantamento de temas educacionais a serem trabalhados nas reuniões de capacitações de módulo II. A segunda seção aborda a realização das formações continuadas durante essas reuniões. Na terceira seção, são expostas as estratégias para transmitir informações administrativas e pedagógicas, otimizando as reuniões pedagógicas. A quarta seção trata da organização das reuniões de Módulo II, com foco no planejamento coletivo. Por fim, a quinta seção apresenta o momento de monitoramento e avaliação das ações do PAE.

#### 4.1 AÇÃO 1 - LEVANTAMENTO DE TEMAS EDUCACIONAIS PARA SEREM DESENVOLVIDOS NAS REUNIÕES DE CAPACITAÇÕES DE MÓDULO II

Nesta primeira seção, será abordada a ação 1, que propõe a realização de um levantamento com os professores sobre temas educacionais que eles gostariam de discutir nas reuniões de Módulo II, destinadas à formação, conforme quadro 20 a seguir:

Quadro 20 - Ação 1: Levantamento de temas educacionais para capacitações

<b>What? (O que?)</b>	Realizar o levantamento das demandas para capacitação dos educadores.
<b>Why? (Por quê?)</b>	A equipe deve escolher os temas das capacitações que serão desenvolvidas nas reuniões de Módulo II, para que os conteúdos das formações sejam melhor aproveitados.
<b>Where? (Onde?)</b>	Na própria escola.
<b>When? (Quando?)</b>	Fevereiro de 2025 e Agosto de 2025.
<b>Who? (Quem)</b>	Equipe gestora.
<b>How? (Como?)</b>	O levantamento será realizado no primeiro dia escolar, por meio de questionário aplicado após um debate entre os educadores.
<b>How much? (Quanto?)</b>	Não haverá custos.

Fonte: Elaborada pela autora (2024).

As opções de temas incluem Indisciplina, Base Nacional Comum Curricular e Currículo Referência de Minas Gerais, Avaliação, Ensino por meio de projetos, Contextualização, Relacionamento Interpessoal, além de outras sugestões que possam surgir a partir de conversas com os educadores.

O levantamento será realizado no primeiro dia letivo do ano de 2025 e, novamente, na primeira reunião do Módulo II, no segundo semestre. Para isso, será utilizado um breve questionário (Quadro 21), elaborado após debates com os educadores sobre possíveis temas para a capacitação. A equipe gestora será responsável por conduzir essa ação.

#### Quadro 21 - Proposta de questionário para identificação de demandas

<b>EE Luiz Salgado Lima</b>
Dentre as temáticas abaixo, qual é a mais relevante no seu dia a dia de trabalho? Enumere de 1 a 6, considerando o nível de relevância.
( ) Indisciplina
( ) Base Nacional Comum Curricular e Currículo Referência de Minas Gerais
( ) Avaliação
( ) Ensino por meio de projetos
( ) Contextualização
( ) Relacionamento Interpessoal.
Sugestões de temáticas que não constam acima:
_____
_____

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

O questionário será aplicado via *Google* Formulários. Em seguida, será realizado o levantamento dos temas mais votados, para que as formações correspondentes possam ser organizadas.

#### 4.2. AÇÃO 2 – FORMAÇÃO CONTINUADA

Nesta segunda seção, será apresentada a proposta de formação continuada, fundamentada nos resultados da pesquisa de campo, feitas a partir de entrevistas com os envolvidos na implementação do Novo Ensino Médio, conforme o quadro 22.

Quadro 22 - Ação 2: Formação Continuada

<b>What? (O que?)</b>	Formação continuada dos professores
<b>Why? (Por quê?)</b>	A formação continuada é essencial para o cotidiano escolar, e os temas abordados devem se relacionar à rotina da escola.
<b>Where? (Onde?)</b>	Na própria escola.
<b>When? (Quando?)</b>	Durante o ano letivo de 2025, em um total de 10 encontros.
<b>Who? (Quem)</b>	Parceiros, Especialista da Educação e Coordenador do NEM.
<b>How? (Como?)</b>	A ação será realizada ao longo de dois dias escolares, com palestras e oficinas, e em oito reuniões de Módulo II.
<b>How much? (Quanto?)</b>	Não haverá custos com os parceiros, apenas com materiais de papelaria, como impressões, cartolinas, papel A4 e canetas coloridas.

Fonte: Elaborada pela autora (2024).

Nas entrevistas realizadas, foi destacada, em diversos momentos, a falta de uma formação continuada. Com base nisso, serão propostos, ao longo do ano, cinco encontros de duas horas cada, em parceria com os professores da Universidade Estadual de Minas Gerais (UEMG), Unidade Leopoldina. Além disso, haverá dois encontros conduzidos pelos Especialistas da Educação. Essa parceria proporcionará momentos de capacitação focados em temas pedagógicos. A UEMG, quando solicitada, tem sido uma parceira ativa da escola, desenvolvendo atividades com alunos e servidores desde 2015.

Para iniciar essa ação, sugerimos dois encontros nos dois primeiros dias escolares do ano letivo, com duração de quatro horas cada. Os temas a serem abordados serão planejamento coletivo e interdisciplinaridade. Na primeira reunião

de Módulo II, a especialista, junto com a Coordenadora do Novo Ensino Médio, conduzirá uma oficina sobre interdisciplinaridade, visando consolidar os conhecimentos adquiridos com os professores da UEMG.

Ao longo do ano, a cada dois meses, durante as reuniões de Módulo II, serão realizadas capacitações com parceiros (professores da UEMG) e equipe escolar, abordando temas sugeridos pelos docentes no levantamento prévio, além de duas reuniões adicionais conduzidas pelos Especialistas da Educação. O quadro 23 apresenta o calendário fictício das capacitações.

Quadro 23 - Calendário de Capacitações

(Continua)

<b>Nº</b>	<b>Mês</b>	<b>Duração</b>	<b>Tema</b>	<b>Responsável</b>
1	Fevereiro (1º dia escolar)	4h	Planejamento Coletivo	UEMG
2	Fevereiro (2º dia escolar)	4h	Interdisciplinaridade	UEMG
3	Fevereiro (1ª reunião de Módulo II)	2h	Oficina – Interdisciplinaridade	Especialista da Educação e Coordenador do NEM
4	Março	2h	Tema escolhido pelos professores no questionário	Especialista da Educação e Coordenador do NEM
5	Abril	2h	Tema escolhido pelos professores no questionário	UEMG
6	Maiο	2h	Tema escolhido pelos professores no questionário	Especialista da Educação e Coordenador do NEM
7	Junho	2h	Tema escolhido pelos professores no questionário	UEMG

(Conclusão)

<b>Nº</b>	<b>Mês</b>	<b>Duração</b>	<b>Tema</b>	<b>Responsável</b>
8	Agosto	2h	Tema escolhido pelos professores no questionário	UEMG
9	Outubro	2h	Tema escolhido pelos professores no questionário	UEMG
10	Dezembro	2h	Tema escolhido pelos professores no questionário	UEMG

Fonte: Elaborada pela autora (2024)

A partir do mês de março de 2025, as capacitações ocorrerão sempre na primeira terça-feira do mês, podendo ser realizada por meio de parcerias ou por temáticas desenvolvidas pelas próprias Especialistas da Educação.

#### 4.3 AÇÃO 3 – INFORMAÇÕES ADMINISTRATIVAS E PEDAGÓGICAS REPASSADAS POR APLICATIVOS DE CONVERSA E E-MAIL

Nesta terceira seção, será apresentada uma proposta para envio de informações administrativas e pedagógicas por meio de aplicativos de mensagens e e-mails, com o objetivo de otimizar as reuniões, conforme o quadro 24.

Quadro 24 - Ação 3: Informações administrativas e pedagógicas repassadas por aplicativos de conversa e e-mail

(Continua)

<b>What? (O que?)</b>	Informações administrativas e pedagógicas serão enviadas por aplicativos de conversas e e-mail.
<b>Why? (Por quê?)</b>	Para otimizar as reuniões pedagógicas, as informações administrativas e pedagógicas devem ser enviadas

(Conclusão)

	previamente por aplicativos de mensagens e e-mail. Dessa forma, as reuniões pedagógicas poderão ser utilizadas para formação continuada e planejamento coletivo.
<b>Where? (Onde?)</b>	Na própria escola.
<b>When? (Quando?)</b>	Ao longo do ano letivo.
<b>Who? (Quem)</b>	Equipe gestora.
<b>How? (Como?)</b>	As informações administrativas e pedagógicas serão enviadas por aplicativos de mensagens e e-mail.
<b>How much? (Quanto?)</b>	Não haverá custos.

Fonte: Elaborada pela autora (2024).

As informações administrativas serão transmitidas por aplicativos de mensagens, com postagens restritas aos administradores, e também por e-mail. Caso surjam dúvidas no dia seguinte à publicação, o grupo será mantido aberto para esclarecimentos. Após esse período, o grupo será novamente fechado.

Essa ação busca solucionar uma questão levantada na pesquisa de campo, em que os servidores relataram a falta de espaços adequados para que os professores discutam questões pedagógicas fundamentais. Por esse motivo, o aplicativo de mensagens será destinado a informes e comunicados administrativos, enquanto os momentos de Módulo II reservados para o debate das questões pedagógicas.

#### 4.4 AÇÃO 4 – REALIZAR AO MENOS DUAS REUNIÕES MENSIS PARA PLANEJAMENTO COLETIVO

Nesta quarta seção, será apresentada uma proposta para as reuniões do Módulo II, com foco no planejamento coletivo, conforme quadro 25 a seguir. O objetivo é possibilitar que os professores organizem propostas pedagógicas interdisciplinares, tornando essas práticas constantes, e não esporádicas, no ambiente escolar.

Quadro 25 - Ação 4: Realizar ao menos duas reuniões mensais para planejamento coletivo

<b>What? (O que?)</b>	Planejamento coletivo.
<b>Why? (Por quê?)</b>	Para que os planejamentos sejam realizados de forma interdisciplinar entre as diferentes áreas de conhecimento e as práticas pedagógicas da escola sejam elaboradas em conjunto.
<b>Where? (Onde?)</b>	Na própria escola.
<b>When? (Quando?)</b>	Ao longo do ano letivo.
<b>Who? (Quem)</b>	Professores, Coordenador do NEM e Especialista da Educação.
<b>How? (Como?)</b>	Os professores, junto com a Especialista da Educação e Coordenadora do NEM, realizarão o planejamento coletivo das atividades pedagógicas da escola nas reuniões de Módulo II, que ocorrerão nas segundas e terceiras semanas de cada mês.
<b>How much? (Quanto?)</b>	Não haverá custos.

Fonte: Elaborada pela autora (2024).

Sugere-se que as segundas e terceiras reuniões pedagógicas de cada mês sejam destinadas a trocas pedagógicas, incentivando o trabalho interdisciplinar e contextualizado. Em duas reuniões mensais, os professores dedicariam tempo para planejar suas ações de forma integrada, conectando as diferentes áreas de conhecimento e elaborando em conjunto as práticas pedagógicas da escola. Assim, a interdisciplinaridade seria incorporada ao cotidiano escolar como uma mudança de atitude dos educadores.

#### 4.5 AÇÃO 5 – REALIZAR O MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PAE

Nesta quinta seção será apresentada uma proposta para avaliação e monitoramento do PAE. Segundo Condé (2012), o monitoramento das ações é essencial para corrigir possíveis erros durante a implementação, e a avaliação é necessária para verificar se as metas foram atingidas com eficiência e eficácia. O

autor também destaca que o monitoramento e avaliação devem ser planejados antes do início da implementação, permitindo que, durante a avaliação, seja possível verificar se os resultados esperados e os impactos desejados foram alcançados. A partir dessa análise, pode-se decidir pela continuidade do plano original ou realização de ajustes para futuras ações.

O objetivo da ação 5 é elaborar um documento avaliativo que destaque os pontos positivos e negativos ao longo do seu desenvolvimento no ano letivo de 2025. A proposta é detalhada no quadro 26 a seguir.

Quadro 26 - Ação 5: Monitoramento e avaliação do PAE

<b>What? (O que?)</b>	Monitoramento e avaliação do PAE.
<b>Why? (Por quê?)</b>	A avaliação do processo possibilita identificar os pontos positivos e negativos, permitindo, assim, realizar os ajustes necessários para o ano letivo de 2026.
<b>Where? (Onde?)</b>	Na própria escola.
<b>When? (Quando?)</b>	Durante o ano letivo de 2025, a cada dois meses.
<b>Who? (Quem)</b>	Equipe gestora.
<b>How? (Como?)</b>	A ação será realizada por meio do preenchimento de uma tabela, seguida por uma discussão em uma reunião coletiva com a equipe gestora.
<b>How much? (Quanto?)</b>	Não haverá custos.

Fonte: Elaborada pela autora (2024).

A equipe gestora será responsável por essa ação, que incluirá o preenchimento de uma tabela, conforme quadro 27 a seguir. O documento resultante servirá de base para que a equipe pedagógica aperfeiçoe as ações do PAE ao longo do ano letivo de 2025 e também no de 2026.

Quadro 27 - Ficha de Monitoramento e Avaliação das ações do PAE

<b>Ação</b>	<b>Descrição das atividades</b>	<b>Período de Implementação</b>	<b>Resultados Esperados</b>	<b>Resultados Alcançados</b>	<b>Ajustes necessários</b>	<b>Responsável pela revisão</b>
01						
02						
03						
04						
05						

Fonte: Elaborada pela autora (2024).

As ações propostas neste PAE têm como objetivo promover a interdisciplinaridade e o planejamento coletivo nas atividades pedagógicas da escola. Para alcançá-lo, são propostas ações para otimizar as reuniões pedagógicas, direcionando-as para a formação continuada dos professores e o planejamento colaborativo.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo investigar os desafios da implementação do Novo Ensino Médio na EE Luiz Salgado Lima, identificando causas e possíveis soluções para melhorar o processo de ensino aprendizagem dos educandos. Para atingi-lo, inicialmente foi feita uma descrição detalhada do processo de adaptação da escola à Lei nº 13.415/2017.

Com o estudo dos textos normativos federais e estaduais, dos livros de atas da escola, dos planos de curso, da matriz curricular e dos diários escolares, foi realizada uma organização em dois eixos principais: o percurso legal no âmbito federal e estadual e o contexto local da escola, com ênfase na gestão pedagógica e implementação da proposta curricular do NEM.

O referencial teórico consultado serviu como base para a compreensão da gestão curricular integrada, que pode contribuir para uma educação de qualidade. A realização de entrevistas com gestor, especialista da educação, coordenador do NEM, professores e estudantes nos permitiu a identificação de inúmeros desafios na implementação de uma nova política educacional. A análise dos dados revela que a formação dos profissionais responsáveis pela implementação dessa política pública foi insuficiente. Entre os principais desafios, destacam-se a ausência de formação continuada para os professores e a falta de momentos coletivos dedicados ao planejamento pedagógico, o que dificulta a diversificação das aulas e a integração do currículo. Diante dessas dificuldades, os professores tendem a repetir práticas já conhecidas, uma vez que, embora a carga horária dos estudantes seja ampliada, esses não enxergam sentido em permanecer na escola para receber mais conteúdo de disciplinas cuja aplicação prática não percebem no seu cotidiano.

Com base nos dados coletados e nas análises realizadas à luz dos referenciais teóricos discutidos, este trabalho propôs um plano de ação educacional. Seus objetivos foram definidos a partir dos aspectos mais relevantes observados nas entrevistas. Uma das soluções indicadas pelas análises passa por utilizar as reuniões de Módulo II para a realização de formação continuada e planejamento coletivo a fim de aprimorar o processo ensino-aprendizagem. No entanto, é importante lembrar que a infraestrutura adequada, salários mais justos, planos de carreiras atrativos e o compromisso dos governantes e da comunidade escolar também são fundamentais para garantir uma educação de qualidade.

A análise da implementação de uma nova política pública educacional na escola revelou questões cruciais. Um dos principais desafios das políticas do tipo *top/down* é que elas podem comprometer seu próprio sucesso ao desconsiderarem a opinião da comunidade escolar. Ao examinar o contexto de influência e o contexto de produção do texto da Reforma do Ensino Médio, ficou evidente que essas atualizações nas bases da educação pública foram influenciadas por ideias neoliberais. A elaboração da Lei nº13.415/2017 teve um caráter pouco democrático, uma vez que foi proposta por meio de Medida Provisória. Além disso, notou-se uma intensa participação de entidades empresariais na formulação do texto: essas instituições exerceram grande influência nas poucas audiências públicas realizadas.

A Reforma do Ensino Médio foi imposta às escolas em um momento em que estavam retornando às atividades presenciais após a pandemia. Nesse contexto, os implementadores da política pública não estavam devidamente preparados, já que foram deixados de lado durante sua formulação. A equipe gestora e os professores iniciaram o ano letivo apenas com instruções administrativas, sem saber como abordar as novas disciplinas do ponto de vista pedagógico e curricular.

A Lei nº 13.414/2017 propõe mudanças significativas, especialmente em relação à carga horária e organização e integração curricular do Ensino Médio. Essa nova organização curricular apresenta uma proposta de flexibilização das trajetórias escolares, permitindo que os jovens escolham seu percurso de acordo com seus projetos de vida. No entanto, essa liberdade de escolha é limitada, uma vez que as escolas não são obrigadas a oferecer diferentes itinerários. Essa oferta depende das condições dos sistemas de ensino, o que pode resultar na predominância de percursos que demandam menos docentes qualificados assim como menos recursos materiais e tecnológicos.

Durante entrevistas com profissionais da educação, muitos relataram que ações preparatórias para a reforma foram insuficientes e focadas apenas em questões administrativas. Apesar do comprometimento da equipe com o processo de ensino, há sinais de resistência e desmotivação por parte de alguns integrantes. Esses sentimentos parecem estar relacionados à falta de formação inicial para implementação da nova política pública. No entanto, no contexto da reforma do ensino, essa desmotivação e resistência também podem ser explicadas pela exclusão da categoria no processo de elaboração das mudanças legais.

Uma reforma educacional que propõe um currículo interdisciplinar e contextualizado enfrenta um obstáculo importante: a falta de tempo disponível para que os professores realizem o planejamento coletivo. Dessa forma, a tão necessária inovação pedagógica, baseada na integração curricular para promover uma educação transformadora, acaba comprometida. Isso ocorre porque o tempo que deveria ser dedicado ao planejamento conjunto é muitas vezes consumido pelas demandas burocráticas que tomaram conta do cotidiano pedagógico.

Outra questão que surge é a importância de se valorizar a formação continuada dos profissionais da educação, que muitas vezes estão presos ao modelo fragmentado de ensino que receberam. Isso faz com que enfrentem dificuldades em adotar novas práticas além das aulas expositivas e do uso de livros didáticos, ficando limitados à necessidade de cumprir rigidamente uma grade curricular dentro de um prazo pré-estabelecido.

Diante do que foi exposto, acreditamos que as mudanças são sempre necessárias e que os desafios permanecerão ao tentar padronizar políticas públicas em um país com as dimensões territoriais do Brasil. Embora a análise dos dados tenha revelado muitas questões a serem resolvidas, esses resultados servem como referência para propor mudanças necessárias, visando novos caminhos para oferecer uma educação gratuita e de qualidade para nossos alunos.

Neste contexto, surgem novas indagações que podem ser exploradas em pesquisas futuras, como aprimoramento em infraestruturas, possíveis alterações nas resoluções do NEM e o monitoramento e avaliação do PAE, especialmente no que diz respeito ao planejamento coletivo e à formação continuada.

## REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel Gonzales. **Currículo, território em disputa**. Petrópolis: Editora Vozes, 2011.

BATISTA, E. C.; MATOS, L. A. L.; NASCIMENTO, A. B. A entrevista como técnica de investigação na pesquisa qualitativa. **Revista Interdisciplinar Científica Aplicada**, Blumenau, v.11, n.3. p. 23-28, 2017. Disponível em: <https://portaldeperiodicos.animaeducacao.com.br/index.php/rica/article/download/17910/11692/43632>. Acesso em: 03 abr. 2024.

BORBA, Heitor. **A ferramenta 5W2H**. Heitor Borba Soluções Corporativas, 2015. Disponível em: <https://heitorborbasolucoes.com.br/a-ferramenta-5w2h/>. Acesso em 03 set. 2024.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular – Educação é a base**. Brasília: MEC, 2018a. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 28 mar. 2023.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 1988. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 26 mar. 2023.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica**. Brasília, 2013a. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=13448-diretrizes-curriculares-nacionais-2013-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13448-diretrizes-curriculares-nacionais-2013-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 02 maio 2023.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio**. Brasília, 2018. Disponível em: <portal.mec.gov.br/docman/novembro-2018-pdf/102481-rceb003-18/file>. Acesso em: 01 maio 2023.

BRASIL. **Documento referência CONAE**. Brasília, 2014a. Disponível em: [https://fne.mec.gov.br/images/doc\\_referencia\\_conae2014.pdf](https://fne.mec.gov.br/images/doc_referencia_conae2014.pdf). Acesso em: 20 mar. 2024.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 14, de 12 de setembro de 1996**. Modifica os art. 34, 208, 211 e 212 da Constituição Federal e dá nova redação ao art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Brasília. 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/ecn1496.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2023.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009**. Acrescenta § 3º ao art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para reduzir, anualmente, a partir do exercício de 2009, o percentual da Desvinculação das Receitas da União incidente sobre os recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino de que trata o art. 212 da Constituição Federal, dá nova redação aos incisos I e VII do art. 208, de forma a prever a obrigatoriedade do

ensino de quatro a dezessete anos e ampliar a abrangência dos programas suplementares para todas as etapas da educação básica, e dá nova redação ao § 4º do art. 211 e ao § 3º do art. 212 e ao caput do art. 214, com a inserção neste dispositivo de inciso VI. Brasília. 2009. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc59.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc59.htm). Acesso em: 22 ago. 2023.

BRASIL. **Escalas de proficiência do SAEB**. Brasília, 2020. Disponível em: [https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/avaliacoes\\_e\\_exames\\_da\\_educacao\\_basica/escalas\\_de\\_proficiencia\\_do\\_saeb.pdf](https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/avaliacoes_e_exames_da_educacao_basica/escalas_de_proficiencia_do_saeb.pdf). Acesso em: 01 mar. 2024.

BRASIL. **Exposição de Motivos EM nº 00058/2013/MEC**. Brasília: Ministério da Educação e Cultura, 09 out. 2023a. Disponível em: [https://view.officeapps.live.com/op/view.aspx?src=https%3A%2F%2Fwww.planalto.gov.br%2Fccivil\\_03%2FProjetos%2FAto\\_2023\\_2026%2F2023%2FPL%2FExm%2FExm-00058-MEC.docx&wdOrigin=BROWSELINK](https://view.officeapps.live.com/op/view.aspx?src=https%3A%2F%2Fwww.planalto.gov.br%2Fccivil_03%2FProjetos%2FAto_2023_2026%2F2023%2FPL%2FExm%2FExm-00058-MEC.docx&wdOrigin=BROWSELINK). Acesso em: 01 jul. 2024.

BRASIL. **Exposição de Motivos EM n.º 00084/2016/MEC**. Brasília: Ministério da Educação e Cultura, 15 set. 2016a. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2016/exm/exm-mp-746-16.pdf](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/exm/exm-mp-746-16.pdf). Acesso em: 18 maio 2023.

BRASIL. **Guia de Implantação do Novo Ensino Médio**. Brasília: MEC, 2018b. Disponível em: <https://observatoriodeeducacao.institutounibanco.org.br/cedoc/detalhe/guia-de-implementacao-do-novo-ensino-medio,41cefaab-dbf8-49e2-ab92-1779a945fb00>. Acesso em: 28 mar. 2023.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB, nº 9394**. Brasília. 1996. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm/](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm/). Acesso em: 22 ago. 2023.

BRASIL. **Lei 11.494, de 20 de junho de 2007**. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, de que trata o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; altera a Lei n.º 10.195, de 14 de fevereiro de 2001; revoga dispositivos das Leis nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996, 10.880, de 9 de junho de 2004, e 10.845, de 5 de março de 2004; e dá outras providências. Brasília. 2007. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/Lei/L11494.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/Lei/L11494.htm). Acesso: 12 dez. 2023.

BRASIL. **Lei 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Brasil. 2014b. Disponível em: [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm/](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm/). Acesso em: 01 set. 2023.

BRASIL. **Lei 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Brasília, 17 fev. 2017. Disponível em:

[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm). Acesso em: 05 jan. 2023. Acesso em: 17 maio 2023.

BRASIL. **Lei 14.945, de 31 de julho de 2024**. Altera as Leis n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), a fim de definir diretrizes para o ensino médio, e as Leis n° 14.818, de 16 de janeiro de 2024, 12.711, de 29 de agosto de 2012, 11.096, de 13 de janeiro de 2005, e 14.649, de 31 de julho de 2023. Brasília, 31 jul. 2024. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2023-2026/2024/Lei/L14945.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2024/Lei/L14945.htm). Acesso em: 05 ago. 2024.

BRASIL. **Medida Provisória nº 746, de 22 de setembro de 2016**. Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, altera a Lei n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e a Lei n° 11.494 de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, e dá outras providências. Brasília, 22 set. 2016b. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2016/Mpv/mpv746.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/Mpv/mpv746.htm). Acesso em: 18 maio 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros de atualização do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM**. Brasília, 2022. Disponível em: [https://www.gov.br/mec/pt-br/novo-ensino-medio/pdfs/Parmetrosnovo\\_enem2022\\_compressed.pdf](https://www.gov.br/mec/pt-br/novo-ensino-medio/pdfs/Parmetrosnovo_enem2022_compressed.pdf). Acesso em: 02 abr. 2023.

BRASIL. **Parecer CNE/CP nº 11, de 30 de junho de 2009**. Proposta de experiência inovadora do Ensino Médio. Brasília, 2009. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=1685-pcp011-09-pdf&category\\_slug=documentos-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=1685-pcp011-09-pdf&category_slug=documentos-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 04 de maio de 2024.

BRASIL. **Portaria 399, de 08 de março de 2023**. Institui a consulta pública para a avaliação e reestruturação da política nacional de Ensino Médio. Brasília, 2023b. Disponível em: <https://abmes.org.br/arquivos/legislacoes/Portaria-mec-399-2023-03-08.pdf>. Acesso em: 01 jul. 2024.

BRASIL. **Portaria 521, de 13 de julho de 2021**. Institui o Cronograma Nacional de Implementação do Novo Ensino Médio. Brasília, 2021. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-521-de-13-de-julho-de-2021-331876769>. Acesso em: 01 fev. 2023.

BRASIL. **Portaria 649, de 10 de julho de 2018**. Institui o Programa de Apoio ao Novo Ensino Médio e estabelece diretrizes, parâmetros e critérios para participação. Brasília, 2018c. Disponível em: [https://www.gov.br/mec/pt-br/novo-ensino-medio/pdfs/PORTARIAN649\\_2018\\_ProNem.pdf](https://www.gov.br/mec/pt-br/novo-ensino-medio/pdfs/PORTARIAN649_2018_ProNem.pdf). Acesso em: 28 mar. 2023.

BRASIL. **Portaria 1.024, de 04 de outubro de 2018**. Define as diretrizes do apoio financeiro por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola às unidades escolares pertencentes às Secretarias participantes do Programa de Apoio ao Novo Ensino Médio, instituído pela Portaria MEC nº 649, de 10 de julho de 2018, e às unidades

escolares participantes da avaliação de impacto do Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral – EMTI, instituída pela Portaria MEC nº 1.023, de 4 de outubro de 2018. Brasília, 2018d. Disponível em: [https://www.in.gov.br/materia/-/asset\\_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/44100315/do1-2018-10-05-portaria-n-1-024-de-4-de-outubro-de-2018-44100107](https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/44100315/do1-2018-10-05-portaria-n-1-024-de-4-de-outubro-de-2018-44100107). Acesso em: 25 mar. 2023.

BRASIL. **Portaria 1.432, de 28 de dezembro de 2018**. Estabelece os referenciais para a elaboração dos itinerários formativos conforme preveem as Diretrizes Nacionais do Ensino Médio. Brasília, 2018e. Disponível em: [https://www.in.gov.br/materia/-/asset\\_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/70268199](https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/70268199). Acesso em: 01 mar.2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa de Apoio ao Novo Ensino Médio – Documento Orientador da Portaria nº 649/2018**. Brasília, 2018f. Disponível em: [https://www.gov.br/mec/pt-br/novo-ensino-medio/pdfs/DocumentoOrientador\\_ProgramadeApoioaoNovoEnsinoMdio.pdf](https://www.gov.br/mec/pt-br/novo-ensino-medio/pdfs/DocumentoOrientador_ProgramadeApoioaoNovoEnsinoMdio.pdf). Acesso em: 02 abr. 2023.

BRASIL. **Projeto de Lei nº 5230/2033**. Brasília, 2023c. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Projetos/Ato\\_2023\\_2026/2023/PL/pl-5230.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Projetos/Ato_2023_2026/2023/PL/pl-5230.htm). Acesso em: 01 jul. 2024.

BRASIL. **Projeto de Lei nº 6840/2013**. Brasília, 2013b. Disponível em: [https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=1200428&filename=Tramitacao-PL%206840/2013](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1200428&filename=Tramitacao-PL%206840/2013). Acesso em: 20 maio 2023.

BRASIL. **Resolução CEB nº 3, de 26 de junho de 1998**. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Brasília, 1998. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rceb03\\_98.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rceb03_98.pdf). Acesso em: 01 mar. 2023.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB nº 2, de 30 de janeiro de 2012**. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Brasília, 2012. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=9917-rceb002-12-1&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=9917-rceb002-12-1&Itemid=30192). Acesso em: 10 maio 2023.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB nº 3, de 21 de novembro de 2018**. Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Brasília, 2018g. Disponível em: [portal.mec.gov.br/docman/novembro-2018-pdf/102481-rceb003-18/file](http://portal.mec.gov.br/docman/novembro-2018-pdf/102481-rceb003-18/file). Acesso em: 01 maio 2023.

CARVALHO, J. M. O não-lugar dos professores nos entrelugares de formação continuada. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 28, p. 96-107, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782005000100008>. Acesso em: 23 mar 2024.

CARVALHO, L. E. F. de; OLIVEIRA, E. N. A. de; BIZERRA, A. M. C. Ensino por investigação em uma perspectiva integrada: uma abordagem para os projetos integradores. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**,

Brasília, v.2, 2018. Disponível em:  
<https://www.semanticscholar.org/reader/ed2d41b3d316da10f340ce826cd45cc0959fe39>. Acesso em: 03 mar. 2024.

CASSIO F.; GOULART D. C. A implementação do Novo Ensino Médio nos estados: das promessas da reforma ao ensino médio nem-nem. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 16, n. 35, p. 285-293, mai./ago. 2022. Disponível em:  
<https://retratosdaescola.emnuvens.com.br//rde/article/view/1620/1108>. Acesso em: 20 fev. 2024.

CONDÉ, Eduardo Salomão. Abrindo a Caixa: dimensões e desafios na análise de Políticas Públicas. **Pesquisa e Debate em Educação**, [S. l.], v. 2, n. 2, p. 78–100, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/RPDE/article/view/32345>. Acesso em: 13 mar. 2023.

CONSED. Abertura para o Dia D de discussão da BNCC para o Ensino Médio. Youtube, 20/07/2018. Disponível em:  
<https://www.youtube.com/watch?v=4gOAJmkwGQ0>. Acesso em: 02 out. 2023.

DELORS, Jacques. **Educação**: Um tesouro a descobrir. São Paulo: Cortez, 1999.

DEWEY, John. **Experiência e educação**. Tradução de Renata Gaspar. Petrópolis: Editora Vozes, 2023.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. **Integração e interdisciplinaridade no ensino brasileiro**: efetividade ou ideologia. São Paulo: Edições Loyola Jesuítas, 2011.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. Interdisciplinaridade: Didática e prática de ensino. **Interdisciplinaridade**, São Paulo, v. 1, n. 6, p. 9-17, 2015. Disponível em:  
<https://revistas.pucsp.br/interdisciplinaridade/article/view/22623>. Acesso em: 12 dez. 2023.

FERRETI, Celso João; SILVA, Monica Ribeiro da. Reforma do ensino médio no contexto da medida provisória n o 746/2016: estado, currículo e disputas por hegemonia. **Educação & Sociedade**, v. 38, p. 385-404, 2017. Disponível em:  
<https://www.scielo.br/j/es/a/LkC9k3GXWjMW37FTtfSsKTq/?lang=pt>. Acesso em: 17 maio 2023.

FRANKLIN, Y.; NUSS, L. F. Ferramenta de Gerenciamento. In: SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA, 3., 2006, Resende. **Anais** [...]. Resende: AEDB, 2006. Disponível em:  
[https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos08/465\\_PA\\_FerramentadeGerenciamento02.pdf](https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos08/465_PA_FerramentadeGerenciamento02.pdf). Acesso em: 03 set. 2024.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 67. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2021.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GALLO, Silvio. Currículo: entre disciplinaridades, interdisciplinaridades...e outras ideias! **Salto para o futuro**, Ministério da Educação, Brasília, ano XIX, n.1, p. 15-26, abr. 2009. Disponível em: <http://portaldoprofessor.mec.gov.br/storage/materiais/0000012193.pdf>. Acesso em: 01 jul. 2024.

GALLO, Silvio. Transversalidade e educação: pensando uma educação não disciplinar. In.: ALVES; Nilda; GARCIA, Regina Leite (Orgs). **O sentido da escola**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000, p.17- 41. Disponível em: [https://fep.if.usp.br/~profis/arquivo/docs\\_curriculares/ES/Docs/Espirito\\_Santo\\_roteiro\\_2.pdf](https://fep.if.usp.br/~profis/arquivo/docs_curriculares/ES/Docs/Espirito_Santo_roteiro_2.pdf). Acesso em: 12 jul. 2024.

GATTI, Bernadete Angelina. Formação de professores no Brasil: características e problemas. **Educação & Sociedade**, Campinas. v. 31, n. 113, p. 1355-1379, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/R5VNX8SpKjNmKPxxp4QMt9M/?format=pdf>. Acesso em: 05 ago. 2024.

GENTILE, Fausto Rogério. Interdisciplinaridade: a essência humana para a sustentabilidade da educação?. **Interdisciplinaridade**, São Paulo, v.1, n. 6, p. 37-43, abr. 2015. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/interdisciplinaridade/article/view/22626>. Acesso em: 12 dez. 2023.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29, 1995. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rae/a/ZX4cTGrqYfVhr7LvVyDBgdb/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 fev. 2024.

GUEDES, J.D *et al.* Pedagogia de Projetos: Uma ferramenta para a aprendizagem. ID on Line. **Revista de Psicologia**, [s. l.], v. 10, n. 33, p. 237-256, 2017. Disponível em: <https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/650>. Acesso em 30 mar. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE (2024). **Projeções da População do Brasil e Unidades da Federação por sexo e idade simples: 2010-2060.** Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9109-projecao-da-populacao.html>. Acesso em: 08 jun. 2024.

JAPIASSU, Hilton. **Interdisciplinaridade e patologia do saber**. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

KUENZER, A. Z. Trabalho e escola: a flexibilização do ensino médio no contexto do regime de acumulação flexível. **Educação & Sociedade**, Campinas. v. 38, n. 139, p. 331-354, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/mJvZs8WKpTDGCFYr7CmXgZt/?lang=pt>. Acesso em: 01 mar. 2023.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1990.

LOTTA, G. S.; BAUER, M.; JOBIM, R.; MERCHÁN, C. R. Efeito de mudanças no contexto de implementação de uma política multinível: análise do caso da Reforma do Ensino Médio no Brasil. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, 55(2), p. 395-413, mar./abr. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/kg3BXvSKdznWmVQcFBQqNGg/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 01 ago. 2024.

MAGALHÃES, W; PEREIRA, A. L. O uso da aprendizagem baseada em problemas no ensino técnico: projetos integradores como experiência interdisciplinar. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre Ensino Tecnológico**, Manaus, v. 5, n. 12, p. 274-287, 2019. Disponível em: <https://sistemascmc.ifam.edu.br/educitec/index.php/educitec/article/view/836>. Acesso em: 03 abr. 2024.

MAINARDES, Jefferson. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 27, p. 47-69, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/NGFTXWntTvxYtCQHCJFyhsJ/?lang=pt>. Acesso em: 07 jun. 2023.

MAINARDES, Jefferson. Abordagem do ciclo de políticas: explorando alguns desafios da sua utilização no campo da política educacional. **Jornal de Políticas Educacionais**, Paraná, v. 12, n. 16-A, 2018. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/jpe/article/view/59217/36164>. Acesso em: 19 maio 2023.

MARTINS, E. C.; TAVARES, D. E. A escuta sensível: prática do docente interdisciplinar no Ensino Médio. **Interdisciplinaridade**, São Paulo, v.1, n 6, p. 18-27, abr. 2015. Disponível em: <https://www5.pucsp.br/gepi/downloads/revistas/revista-6-gepi-abril15.pdf>. Acesso em: 18 out. 2023.

MENDONÇA, S.; FIALHO, W. C. G. Reforma do Ensino Médio: velhos problemas e novas alterações. **Revista de Educação PUC-Campinas**, Campinas, v. 25, e204626, 2020. Disponível em: <https://periodicos.puc-campinas.edu.br/reeducacao/article/view/4626>. Acesso em: 04 abr. 2023.

MINAS GERAIS. ESCOLA ESTADUAL LUIZ SALGADO LIMA. **Controle Quadro de Pessoal**. Leopoldina, MG, 2023a.

MINAS GERAIS. **Decreto Lei nº 46.125, de 04 de janeiro de 2013**. Regulamenta dispositivos da Lei nº 15.293, de 5 de agosto de 2004. Minas Gerais, 2013. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/mg/decreto-n-46125-2013-minas-gerais-regulamenta-dispositivos-da-lei-no-15-293-de-5-de-agosto-de-2004>. Acesso em: 01 jul. 2023.

MINAS GERAIS. **Diretrizes Curriculares para implementação do Novo Ensino Médio nas turmas de 1º ano em 2022**. Minas Gerais, 2021. Disponível em: [https://acervodenoticias.educacao.mg.gov.br/index.php?option=com\\_gmg&controller=document&id=28140-diretrizes-curriculares-para-implementacao-do-novo-ensino-medio-nas-turmas-de-1-ano-em-2022?layout=print](https://acervodenoticias.educacao.mg.gov.br/index.php?option=com_gmg&controller=document&id=28140-diretrizes-curriculares-para-implementacao-do-novo-ensino-medio-nas-turmas-de-1-ano-em-2022?layout=print). Acesso em: 01 fev. 2023.

MINAS GERAIS. ESCOLA ESTADUAL LUIZ SALGADO LIMA. **Diário Escolar Digital Escola Estadual Luiz Salgado Lima**. Leopoldina, MG, 2022a.

MINAS GERAIS. **Diretrizes para implementação dos Itinerários Formativos de Aprofundamento nas áreas do conhecimento para o 2º ano do ensino médio 2023**. Minas Gerais, 2022b. Disponível em: [https://acervodenoticias.educacao.mg.gov.br/images/documentos/Anexo%201%20-%20DIRETRIZES\\_ITINERARIOS\\_FORMATIVOS\\_2023.pdf](https://acervodenoticias.educacao.mg.gov.br/images/documentos/Anexo%201%20-%20DIRETRIZES_ITINERARIOS_FORMATIVOS_2023.pdf). Acesso em: 15 de out. 2022.

MINAS GERAIS. **Documento Orientador Piloto Novo Ensino Médio 2020**. Minas Gerais, 2020. Disponível: [https://homo-portal.educacao.mg.gov.br/wp-content/uploads/2023/01/2020\\_DOCUMENTO\\_ORIENTADOR\\_\\_\\_PILOTO\\_NOVO\\_ENSINO\\_MEDIO-2020.pdf](https://homo-portal.educacao.mg.gov.br/wp-content/uploads/2023/01/2020_DOCUMENTO_ORIENTADOR___PILOTO_NOVO_ENSINO_MEDIO-2020.pdf). Acesso em: 01 dez. 2023.

MINAS GERAIS. **Lei Estadual nº 20.592, de 28 de dezembro de 2012**. Altera as Leis nºs 15.293, de 5 de agosto de 2004, que institui as carreiras dos profissionais de Educação Básica do Estado, e 15.301, de 10 de agosto de 2004, que institui as carreiras do grupo de atividades de defesa social do poder executivo, e dá outras providências. Minas Gerais, 2012. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/mg/lei-ordinaria-n-20592-2012-minas-gerais-altera-as-leis-n-s-15293-de-5-de-agosto-de-2004-que-institui-as-carreiras-dos-profissionais-de-educacao-basica-do-estado-e-15-301-de-10-de-agosto-de-2004-que-institui-as-carreiras-do-grupo-de-atividades-de-defesa-social-do-poder-executivo-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 29 ago. 2023.

MINAS GERAIS. ESCOLA ESTADUAL LUIZ SALGADO LIMA. **Livro de Atas Escola Estadual Luiz Salgado Lima**. Leopoldina, MG, 2022c.

MINAS GERAIS. **Memorando-Circular nº 26/2021/SEE/DIEM de 16 de dezembro de 2021**. Disponível em: [https://sindespemg.com.br/wp-content/uploads/2022/06/Memorando-26.2021.SEE\\_.DIEM-16.12.21.pdf](https://sindespemg.com.br/wp-content/uploads/2022/06/Memorando-26.2021.SEE_.DIEM-16.12.21.pdf). Minas Gerais, 2021a. Acesso em: 28 abr. 2023.

MINAS GERAIS. ESCOLA ESTADUAL LUIZ SALGADO LIMA. **Plano de Cursos Escola Estadual Luiz Salgado Lima**. Leopoldina, MG, 2022d.

MINAS GERAIS. ESCOLA ESTADUAL LUIZ SALGADO LIMA. **Plano de Cursos Escola Estadual Luiz Salgado Lima**. Leopoldina, MG, 2023b.

MINAS GERAIS. **Plano de implementação do Novo Ensino Médio**. Minas Gerais, 2022e. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/novo-ensino-medio/pdfs/PLIMG.pdf>. Acesso em 02 fev. 2024.

MINAS GERAIS. ESCOLA ESTADUAL LUIZ SALGADO LIMA. **Projeto Político Pedagógico Escola Estadual Luiz Salgado Lima**. Leopoldina, MG, 2022f.

MINAS GERAIS. ESCOLA ESTADUAL LUIZ SALGADO LIMA. **Regimento Escolar Escola Estadual Luiz Salgado Lima**. Leopoldina, MG, 2022g.

MINAS GERAIS. **Resolução SEE nº 4.657, de 12 de novembro de 2021.** Dispõe sobre as matrizes curriculares destinadas às turmas do 1º ano do Ensino Médio e às turmas do 1º e 2º período do Ensino Médio da Modalidade da Educação de Jovens e Adultos com início em 2022 na Rede Estadual de Ensino de Minas Gerais. Minas Gerais, 2021b. Disponível em:

[https://acervodenoticias.educacao.mg.gov.br/images/documentos/RESOLU%C3%87%C3%83O%20SEE%20N%C2%BA%204.657%202021,%20DE%2010%20DE%20NOVEMBRO%20DE%202021%20\(2\).pdf](https://acervodenoticias.educacao.mg.gov.br/images/documentos/RESOLU%C3%87%C3%83O%20SEE%20N%C2%BA%204.657%202021,%20DE%2010%20DE%20NOVEMBRO%20DE%202021%20(2).pdf). Acesso em: 15 de out. 2022.

MINAS GERAIS. **Resolução SEE nº 4.764, de 23 de agosto de 2022.** Dispõe sobre a Assembleia Escolar e sobre a estrutura, o funcionamento e o processo de eleição dos membros do Colegiado Escolar na rede estadual de ensino de Minas Gerais. Minas Gerais, 2022h. Disponível em:

<https://acervodenoticias.educacao.mg.gov.br/images/documentos/Resolu%C3%A7%C3%A3o%20SEE%20n%C2%BA%204.764%20-%20Colegiado%20Escolar.pdf>. Acesso em: 15 de nov. de 2022.

MINAS GERAIS. **Resolução SEE nº 4.777, de 13 de setembro de 2022.** Dispõe sobre as matrizes curriculares destinadas às turmas do 1º e 2º ano do Ensino Médio e às turmas do 1º, 2º e 3º período do Ensino Médio da Modalidade da Educação de Jovens e Adultos com início em 2023 na Rede Estadual de Ensino de Minas Gerais. Minas Gerais, 2022i. Disponível em:

[https://acervodenoticias.educacao.mg.gov.br/images/documentos/RESOLU%C3%87%C3%83O%20SEE%20N%C2%BA%204.777,%2013%20DE%20SETEMBRO%20DE%202022%20\(1\).PDF](https://acervodenoticias.educacao.mg.gov.br/images/documentos/RESOLU%C3%87%C3%83O%20SEE%20N%C2%BA%204.777,%2013%20DE%20SETEMBRO%20DE%202022%20(1).PDF). Acesso em: 15 de out. 2022.

MINAS GERAIS. **Resolução SEE nº 4.784, de 04 de novembro de 2022.**

Estabelece critérios e define procedimentos da contratação temporária para a atuação no Quadro Administrativo e da contratação temporária para a atuação no Quadro Administrativo e da convocação temporária para atuação no Quadro do Magistério na Rede Estadual de Ensino da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (SEE/MG). Minas Gerais, 2022j. Disponível em:

<https://acervodenoticias.educacao.mg.gov.br/images/documentos/RESOLU%C3%87%C3%83O%20SEE%20N%C2%BA%204.784%202022,%2004%20DE%20NOVEMBRO%20DE%202022.pdf>. Acesso em: 15 de nov. 2022.

MINAS GERAIS. **Resolução SEE nº 4.789, de 11 de novembro de 2022.**

Estabelece normas para a organização do Quadro de Pessoal das Unidades de Ensino na Rede Estadual da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (SEE/MG). Minas Gerais, 2022k. Disponível em:

<https://acervodenoticias.educacao.mg.gov.br/images/documentos/RESOLU%C3%87%C3%83O%20SEE%20N%C2%BA%204.789,%20DE%2011%20DE%20NOVEMBRO%20DE%202022.pdf>. Acesso em: 20 de dez. 2022.

MINAS GERAIS. ESCOLA ESTADUAL LUIZ SALGADO LIMA. **Simade.** Leopoldina, MG, 2023c.

MORIN, Edgar. **A cabeça bem-feita**: Repensar a reforma, reformar o pensamento. Tradução Eloá Jacobina. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. Tradução de Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

NÓVOA, A. Concepções e práticas da formação contínua dos professores. In: NÓVOA, A. (Org). **Formação contínua de professores**: realidade e perspectivas. Aveiro: Universidade de Aveiro, 1991.

NOGUEIRA, Nilbo Ribeiro. **Pedagogia dos Projetos**: uma jornada interdisciplinar rumo ao desenvolvimento das múltiplas inteligências. São Paulo: Érica, 2001.

OBSERVATÓRIO. A importância da BNCC e de sua implementação. **Movimento pela Base**. Brasília, 11 abr. 2023. Disponível em: <https://observatorio.movimentopelabase.org.br/a-importancia-da-bncc-e-de-sua-implementacao/>. Acesso em: 02 out. 2023.

OLIVEIRA, L. M. S. R.; MOREIRA, M. B. Da disciplinaridade para a interdisciplinaridade: um caminho a ser percorrido pela academia. **REVASF**, Petrolina, v. 7, n. 12, p. 6-20, 2017. Disponível em <https://www.periodicos.univasf.edu.br/index.php/revasf/article/view/22/30>. Acesso em: 12 jul. 2024.

OLIVEIRA, Mardony Luiz de. **A utilização do 5W2H e PDCA como diferencial competitivo**: Aplicação destas ferramentas em uma instituição bancária do setor privado. 2017. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Administração) – Centro Acadêmico do Agreste, Universidade Federal de Pernambuco, Caruaru, 2017.

OLIVEIRA, N. A. A. de; MATTAR, J. FOLHETIM LORENIANAS: aprendizagem baseada em projetos, pesquisa e inovação responsáveis na educação. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v. 16, n. 2, p. 341-363, 2018. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/curriculum/v16n2/1982-7806-curriculum-16-02-341.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2024.

PASTORELLO, Kelly. Uma estratégia pedagógica interdisciplinar para estudo dos sólidos geométricos que integra conceitos relacionados à densidade. In: Encontro brasileiro de estudantes de pós-graduação em educação matemática, 21, 2017, Pelotas. **Anais**. Pelotas: Universidade Federal de Pelotas, 2017. p. 1-12. Disponível em: [https://wp.ufpel.edu.br/xxiebrapem/files/2018/10/gb3\\_kelly\\_pastorello.pdf](https://wp.ufpel.edu.br/xxiebrapem/files/2018/10/gb3_kelly_pastorello.pdf). Acesso em: 12 dez. 2023.

PEREIRA, Alexandre de Jesus. Interdisciplinaridade e suas contribuições nos processos de ensino e aprendizagem. **Revista Valore**, Volta Redonda, v. 8, 2023. Disponível em: <https://revistavalore.emnuvens.com.br//valore/article/view/1435/1138>. Acesso em: 01 jul. 2024.

PRADO, Maria Elisabete Brisola Brito. Pedagogia de projetos: fundamentos e implicações. In: ALMEIDA, Maria Elizabeth Bianconcini de; MORAN, José Manuel

(Org.). **Integração das tecnologias na educação**. Brasília: Ministério da Educação, 2005. cap. 1, artigo 1.1, p. 12-17. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/1sf.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2024.

PRADO, Maria Elisabete Brisola Brito. **Pedagogia de projetos**. Série Pedagogia de Projetos e Integração de Mídias. Programa Salto pelo Futuro, 2003. Disponível em: [https://moodle.ifrj.edu.br/pluginfile.php/24365/mod\\_resource/content/1/Pedagogia%20de%20Projetos%20-%20Texto%20complementar.pdf](https://moodle.ifrj.edu.br/pluginfile.php/24365/mod_resource/content/1/Pedagogia%20de%20Projetos%20-%20Texto%20complementar.pdf). Acesso em: 30 mar. 2024.

PRIGOL, E. L.; BEHRENS, M. Educação Transformadora: As interconexões das teorias de Freire e Morin. **Revista Portuguesa de Educação**, Portugal, v. 33, n. 2, p. 5-25, 2020. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/348219031\\_Educacao\\_Transformadora\\_As\\_interconexoes\\_das\\_teorias\\_de\\_Freire\\_e\\_Morin](https://www.researchgate.net/publication/348219031_Educacao_Transformadora_As_interconexoes_das_teorias_de_Freire_e_Morin). Acesso em: 03 jan. 2024.

QEdu. 2023a. **Censo/distorção idade/série**. Disponível em: <https://qedu.org.br/brasil/censo-escolar?7&brasil>. Acesso em: 17 maio. 2023.

QEdu. 2023b. **Ideb**. Disponível em: <https://qedu.org.br/brasil/ideb>. Acesso em: 17 maio 2023.

QEdu. 2023c. **NSE Escola Estadual Luiz Salgado Lima**. Disponível em: <https://qedu.org.br/escola/31098256-ee-luiz-salgado-lima/>. Acesso em: 17 maio. 2023.

QEdu. 2023d. **Taxas de rendimento**. Disponível em: <https://qedu.org.br/brasil/taxas-rendimento>. Acesso em: 17 jun. 2023.

REIS, Darianny Araújo dos. Organização Curricular na Educação Integral em tempo integral. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v. 20, n. 1, p. 470-500, jan./mar. 2022. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/curriculum/v20n1/1809-3876-curriculum-20-01-470.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2023.

RODRIGUES, Genivaldo Batista. **Projeto de escolas em tempo integral: desafios de implementação em uma escola da rede estadual do Amazonas**. 2017. Tese (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2017.

SANTOS, V. L. F. Formação contínua em serviço: da construção crítica de um conceito à “reconcepção” da profissão docente. **Interfaces da Educação**, Paranaíba, v. 1, n. 1, p. 5-19, 2010. Disponível em: <https://periodicosonline.uems.br/index.php/interfaces/article/download/646/610>. Acesso em 28 ago. 2024.

TRINDADE, C.C. John Dewey: o lugar da Educação na sociedade democrática. In: BOTO, C. (Ed.) **Clássicos do pensamento pedagógico: olhares entrecruzados** [online]. Uberlândia: EDUFU, 2019, p. 115-140. V. 9. Disponível em: <https://doi.org/10.14393/edufu-978-85-7078-472-8>. Acesso em: 01 ago. 2023.

UNICEF et al. **Cenário da Exclusão Escolar no Brasil: Um alerta sobre os impactos da pandemia da COVID-19 na Educação**. Brasília, DF: Unicef, 2021. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/media/14026/file/cenario-da-exclusao-escolar-no-brasil.pdf>. Acesso em: 19 maio 2023.

VENTURA, Magda Maria. O estudo de caso como modalidade de pesquisa. **Revista SOCERJ**, Rio de Janeiro, v. 20, p. 383-386, 2007. Disponível em: [http://sociedades.cardiol.br/socerj/revista/2007\\_05/a2007\\_v20\\_n05\\_art10.pdf](http://sociedades.cardiol.br/socerj/revista/2007_05/a2007_v20_n05_art10.pdf). Acesso em: 10 de abr. 2024.

## ANEXO A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO DIRETOR, ESPECIALISTA DA EDUCAÇÃO E COORDENADOR DO NEM



### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Gostaríamos de convidar você a participar como voluntário (a) da pesquisa “A gestão pedagógica na implementação da proposta curricular do Novo Ensino Médio na EE Luiz Salgado Lima”. O motivo que nos leva a realizar esta pesquisa é a melhoria da gestão curricular da proposta da política pública educacional do Novo Ensino Médio (NEM) e conseqüentemente a melhora do processo ensino aprendizagem na EE Luiz Salgado Lima. Nesta pesquisa pretendemos investigar os problemas de implementação do Novo Ensino Médio na EE Luiz Salgado Lima, identificando as causas e as possíveis soluções para melhorar o processo ensino aprendizagem dos educandos.

Caso você concorde em participar, vamos fazer as seguintes atividades com você: uma entrevista individual com o diretor, o especialista da educação básica e o coordenador do Novo Ensino Médio. Esta pesquisa tem alguns riscos, que são: quebra de sigilo, cansaço, falta de tempo para responder ao instrumento, e exposição de dados dos participantes que possam resultar na sua identificação. Em resumo, todos esses riscos estão relacionados à possibilidade de o sigilo de sua identidade ser, de alguma forma, quebrado. Mas, para diminuir a chance desses riscos acontecerem, será garantido o acesso a um ambiente que proporcione privacidade durante a coleta de dados. Além disso, para assegurar o seu anonimato, será utilizado um pseudônimo em substituição ao seu nome verdadeiro, e a coleta de dados será realizada em um local reservado. A pesquisa pode ajudar a minimizar os desafios enfrentados pela equipe pedagógica da EE Luiz Salgado Lima na implementação das alterações curriculares propostas pela Lei 13.415/2017. Além disso, busca analisar os fatores que interferem na implementação no Novo Ensino Médio na escola. Com base nessa análise, serão propostas estratégias e ações para solucionar os problemas identificados, com o objetivo de melhorar a aprendizagem dos estudantes da EE Luiz Salgado Lima.

Para participar deste estudo você não vai ter nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Apesar disso, se você tiver algum dano por causadas atividades que fizemos com você nesta pesquisa, você tem direito a buscar indenização. Você terá todas as informações que quiser sobre esta pesquisa e estará livre para participar ou recusar-se a participar. Mesmo que você queira participar agora, você pode voltar atrás ou parar de participar a qualquer momento. A sua participação é voluntária e o fato de não querer participar não vai trazer qualquer penalidade ou mudança na forma em que você é atendido (a). O pesquisador não vai divulgar seu nome. Os

resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a sua permissão. Você não será identificado (a) em nenhuma publicação que possa resultar.

Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias originais, sendo que uma será arquivada pelo pesquisador responsável e a outra será fornecida a você. Os dados coletados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de 5 (cinco) anos. Decorrido este tempo, o pesquisador avaliará os documentos para a sua destinação final, de acordo com a legislação vigente. Os pesquisadores tratarão a sua identidade com padrões profissionais de sigilo, atendendo a legislação brasileira (Resolução N° 466/12 do Conselho Nacional de Saúde), utilizando as informações somente para os fins acadêmicos e científicos.

Declaro que concordo em participar da pesquisa e que me foi dada à oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Juiz de Fora, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2024.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Participante

\_\_\_\_\_  
Assinatura do (a) Pesquisador (a)

**Nome do Pesquisador Responsável: Josiane Badaró Ferraz**  
**Campus Universitário da UFJF**  
**Faculdade/Departamento/Instituto: CAEd – Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação**  
**CEP: 36039-900**  
**Fone: (32) 98844-8950**  
**E-mail: josianeferraz.mestrado2022@caed.ufjf.br**

Rubrica do Participante de pesquisa ou responsável: _____ Rubrica do pesquisador: _____
--

## ANEXO B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PROFESSOR



### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Gostaríamos de convidar você a participar como voluntário (a) da pesquisa “A gestão pedagógica na implementação da proposta curricular do Novo Ensino Médio na EE Luiz Salgado Lima”. O motivo que nos leva a realizar esta pesquisa é a melhoria da gestão curricular da proposta da política pública educacional do Novo Ensino Médio (NEM) e conseqüentemente a melhora do processo ensino aprendizagem na EE Luiz Salgado Lima. Nesta pesquisa pretendemos investigar os problemas de implementação do Novo Ensino Médio na EE Luiz Salgado Lima, identificando as causas e as possíveis soluções para melhorar o processo ensino aprendizagem dos educandos.

Caso você concorde em participar, vamos fazer as seguintes atividades com você: uma roda de conversa com professores efetivos que atuam no Novo Ensino Médio. Esta pesquisa tem alguns riscos, que são: quebra de sigilo, cansaço, falta de tempo para responder ao instrumento, e exposição de dados dos participantes que possam resultar na sua identificação. Em resumo, todos esses riscos estão relacionados à possibilidade de o sigilo de sua identidade ser, de alguma forma, quebrado. Mas, para diminuir a chance desses riscos acontecerem, será garantido o acesso a um ambiente que proporcione privacidade durante a coleta de dados. Além disso, para assegurar o seu anonimato, será utilizado um pseudônimo em substituição ao seu nome verdadeiro, e a coleta de dados será realizada em um local reservado. A pesquisa pode ajudar a minimizar os desafios enfrentados pela equipe pedagógica da EE Luiz Salgado Lima na implementação das alterações curriculares propostas pela Lei 13.415/2017. Além disso, busca analisar os fatores que interferem na implementação no Novo Ensino Médio na escola. Com base nessa análise, serão propostas estratégias e ações para solucionar os problemas identificados, com o objetivo de melhorar a aprendizagem dos estudantes da EE Luiz Salgado Lima.

Para participar deste estudo você não vai ter nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Apesar disso, se você tiver algum dano por causadas atividades que fizermos com você nesta pesquisa, você tem direito a buscar indenização. Você terá todas as informações que quiser sobre esta pesquisa e estará livre para participar ou recusar-se a participar. Mesmo que você queira participar agora, você pode voltar atrás ou parar de participar a qualquer momento. A sua

participação é voluntária e o fato de não querer participar não vai trazer qualquer penalidade ou mudança na forma em que você é atendido (a). O pesquisador não vai divulgar seu nome. Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a sua permissão. Você não será identificado (a) em nenhuma publicação que possa resultar.

Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias originais, sendo que uma será arquivada pelo pesquisador responsável e a outra será fornecida a você. Os dados coletados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de 5 (cinco) anos. Decorrido este tempo, o pesquisador avaliará os documentos para a sua destinação final, de acordo com a legislação vigente. Os pesquisadores tratarão a sua identidade com padrões profissionais de sigilo, atendendo a legislação brasileira (Resolução Nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde), utilizando as informações somente para os fins acadêmicos e científicos.

Declaro que concordo em participar da pesquisa e que me foi dada à oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Juiz de Fora, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2024.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Participante

\_\_\_\_\_  
Assinatura do (a) Pesquisador (a)

**Nome do Pesquisador Responsável: Josiane Badaró Ferraz**  
**Campus Universitário da UFJF**  
**Faculdade/Departamento/Instituto: CAEd – Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação**  
**CEP: 36039-900**  
**Fone: (32) 98844-8950**  
**E-mail: josianeferraz.mestrado2022@caed.ufjf.br**

Rubrica do Participante de pesquisa ou responsável: _____ Rubrica do pesquisador: _____
---

## ANEXO C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO/RESPONSÁVEL



**CAEd** CENTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS  
E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO

**PPGP** Gestão e Avaliação  
da Educação  
Pública

**UFJF** UNIVERSIDADE FEDERAL  
DE JUIZ DE FORA

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO/RESPONSÁVEIS

A criança/adolescente \_\_\_\_\_, sob sua responsabilidade, está sendo convidado (a) como voluntário (a) a participar da pesquisa **“A gestão pedagógica na implementação da proposta curricular do Novo Ensino Médio na EE Luiz Salgado Lima”**. O motivo que nos leva a realizar esta pesquisa é a melhoria da gestão curricular da proposta da política pública educacional do Novo Ensino Médio (NEM) e conseqüentemente a melhora do processo ensino aprendizagem na EE Luiz Salgado Lima. Nesta pesquisa pretendemos investigar os problemas de implementação do Novo Ensino Médio na EE Luiz Salgado Lima, identificando as causas e as possíveis soluções para melhorar o processo ensino aprendizagem dos educandos.

Caso você concorde na participação da criança/adolescente vamos fazer as seguintes atividades com ele: entrevista individual com o pesquisador. Esta pesquisa tem alguns riscos, que são: quebra de sigilo, cansaço, falta de tempo para responder ao instrumento, e exposição de dados dos participantes que possam resultar na sua identificação. Em resumo, todos esses riscos estão relacionados à possibilidade de o sigilo de sua identidade ser, de alguma forma, quebrado. Mas, para diminuir a chance desses riscos acontecerem, será garantido o acesso a um ambiente que proporcione privacidade durante a coleta de dados. Além disso, para assegurar o seu anonimato, será utilizado um pseudônimo em substituição ao seu nome verdadeiro, e a coleta de dados será realizada em um local reservado. A pesquisa pode ajudar a minimizar os desafios enfrentados pela equipe pedagógica da EE Luiz Salgado Lima na implementação das alterações curriculares propostas pela Lei 13.415/2017. Além disso, busca analisar os fatores que interferem na implementação no Novo Ensino Médio na escola. Com base nessa análise, serão propostas estratégias e ações para solucionar os problemas identificados, com o objetivo de melhorar a aprendizagem dos estudantes da EE Luiz Salgado Lima.

Para participar desta pesquisa, a criança/adolescente sob sua responsabilidade e você não irão ter nenhum custo, nem receberão qualquer vantagem financeira. Apesar disso, se a

criança/adolescente tiver algum dano por causa das atividades que fizermos com ele nesta pesquisa, ele tem direito a buscar indenização.

Ele terá todas as informações que quiser sobre esta pesquisa e estará livre para participar ou recusar-se a participar. Você como responsável pela criança/adolescente poderá retirar seu consentimento ou interromper a participação dele a qualquer momento. Mesmo que você queira deixá-lo participar agora, você pode voltar atrás e parar a participação a qualquer momento. A participação dele é voluntária e o fato em não deixá-lo participar não vai trazer qualquer penalidade ou mudança na forma em que ele é atendido. Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. O nome ou o material que indique a participação da criança/adolescente não será liberado sem a sua permissão. A criança/adolescente não será identificada em nenhuma publicação.

Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias originais, sendo que uma será arquivada pelo pesquisador responsável e a outra será fornecida a você. Os dados coletados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de 5 (cinco) anos. Decorrido este tempo, o pesquisador avaliará os documentos com para a sua destinação final, de acordo com a legislação vigente. Os pesquisadores tratarão a sua identidade com padrões profissionais de sigilo, atendendo a legislação brasileira (Resolução Nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde), utilizando as informações somente para os fins acadêmicos e científicos.

Declaro que concordo em deixá-lo participar da pesquisa e que me foi dada à oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Juiz de Fora, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2024.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Participante

\_\_\_\_\_  
Assinatura do (a) Pesquisador (a)

**Nome do Pesquisador Responsável: Josiane Badaró Ferraz**  
**Campus Universitário da UFJF**  
**Faculdade/Departamento/Instituto: CAEd – Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação**  
**CEP: 36039-900**  
**Fone: (32) 98844-8950**  
**E-mail: [josianeferraz.mestrado2022@caed.ufjf.br](mailto:josianeferraz.mestrado2022@caed.ufjf.br)**

## ANEXO D – TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO/ALUNO



### TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Gostaríamos de convidar você a participar como voluntário (a) da pesquisa **“A gestão pedagógica na implementação da proposta curricular do Novo Ensino Médio na EE Luiz Salgado Lima”**. O motivo que nos leva a realizar esta pesquisa é a melhoria da gestão curricular da proposta da política pública educacional do Novo Ensino Médio (NEM) e conseqüentemente a melhora do processo ensino aprendizagem na EE Luiz Salgado Lima. Nesta pesquisa pretendemos investigar os problemas de implementação do Novo Ensino Médio na EE Luiz Salgado Lima, identificando as causas e as possíveis soluções para melhorar o processo ensino aprendizagem dos educandos.

Caso você concorde em participar, vamos fazer as seguintes atividades com você uma entrevista individual. Esta pesquisa tem alguns riscos, que são: quebra de sigilo, cansaço, falta de tempo para responder ao instrumento, e exposição de dados dos participantes que possam resultar na sua identificação. Em resumo, todos esses riscos estão relacionados à possibilidade de o sigilo de sua identidade ser, de alguma forma, quebrado. Mas, para diminuir a chance desses riscos acontecerem, será garantido o acesso a um ambiente que proporcione privacidade durante a coleta de dados. Além disso, para assegurar o seu anonimato, será utilizado um pseudônimo em substituição ao seu nome verdadeiro, e a coleta de dados será realizada em um local reservado. A pesquisa pode ajudar a minimizar os desafios enfrentados pela equipe pedagógica da EE Luiz Salgado Lima na implementação das alterações curriculares propostas pela Lei 13.415/2017. Além disso, busca analisar os fatores que interferem na implementação no Novo Ensino Médio na escola. Com base nessa análise, serão propostas estratégias e ações para solucionar os problemas identificados, com o objetivo de melhorar a aprendizagem dos estudantes da EE Luiz Salgado Lima.

Para participar desta pesquisa, o responsável por você deverá autorizar e assinar um termo de consentimento. Para participar deste estudo você não vai ter nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Apesar disso, se você tiver algum dano por causadas atividades que fizermos com você nesta pesquisa, você tem direito a buscar indenização. Você terá todas as informações que quiser sobre esta pesquisa e estará livre para participar ou recusar-se a participar. Mesmo que você queira participar agora, você pode voltar atrás ou parar de participar a qualquer

momento. A sua participação é voluntária e o fato de não querer participar não vai trazer qualquer penalidade ou mudança na forma em que você é atendido (a). O pesquisador não vai divulgar seu nome. Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a permissão do responsável por você.

Você não será identificado (a) em nenhuma publicação que possa resultar. O responsável por você poderá retirar o consentimento ou interromper a sua participação a qualquer momento.

Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias originais, sendo que uma será arquivada pelo pesquisador responsável e a outra será fornecida a você. Os dados coletados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de 5 (cinco) anos. Decorrido este tempo, o pesquisador avaliará os documentos com para a sua destinação final, de acordo com a legislação vigente. Os pesquisadores tratarão a sua identidade com padrões profissionais de sigilo, atendendo a legislação brasileira (Resolução Nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde), utilizando as informações somente para os fins acadêmicos e científicos.

Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações, e o meu responsável poderá modificar a decisão de participar se assim o desejar. Tendo o consentimento do meu responsável já assinado, declaro que concordo em participar da pesquisa e que me foi dada à oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Juiz de Fora, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2024.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do (a) criança / adolescente

\_\_\_\_\_  
Assinatura do (a) Pesquisador (a)

**Nome do Pesquisador Responsável: Josiane Badaró Ferraz**  
**Campus Universitário da UFJF**  
**Faculdade/Departamento/Instituto: CAEd – Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação**  
**CEP: 36039-900**  
**Fone: (32) 98844-8950**  
**E-mail: josianeferraz.mestrado2022@caed.ufjf.br**

## APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA ALUNOS DA ESCOLA

### Roteiro de entrevista para Alunos da Escola

Dados gerais do entrevistado	Para começarmos a nossa conversa, gostaria que você falasse seu nome e sua turma. E há quanto tempo você estuda aqui na EE Luiz Salgado Lima.
	Conte-me como tem sido sua experiência como aluno na EE Luiz Salgado Lima.
Papéis e responsabilidades	Conte-me sobre os papéis que você desempenha, enquanto aluno da EE Luiz Salgado Lima.
Propostas do NEM	Quais são, na sua avaliação, os pontos fortes e os pontos fracos do Novo Ensino Médio?
	Quais seriam as sugestões mais importantes que você daria para melhorar o NEM, se fosse consultado?
Tempos e espaços	Como está organizada a sala de aula para o desenvolvimento das aulas?
	Quais espaços da escola são utilizados para o desenvolvimento das atividades pedagógicas?
	Como foi a aceitação dos alunos em relação ao aumento do tempo de permanência na escola? E para você, como foi?
Integração curricular	Você fez a escolha do itinerário formativo? Se sim, como foi feita essa escolha? Se não, qual foi o motivo para não ter escolhido?
	Você realmente fez uma análise para realizar tal escolha? Quais fatores você considerou no momento de realizar a escolha dos itinerários formativos?
	Quando você escolheu o itinerário formativo, como imaginou que seriam as aulas? Suas expectativas foram atendidas? Se sim, de que maneira? Se não, o que te frustrou?

	<p>Durante as aulas, ocorre um diálogo entre as disciplinas da mesma área de conhecimento? Se sim, como é realizado? Se não, você gostaria que isso ocorresse? Como você acha que isso pode ser feito, pode me dar um exemplo?</p>
	<p>Durante o desenvolvimento das aulas, você consegue relacionar os conteúdos estudados como o seu dia a dia? Pode me dar um exemplo?</p>
	<p>Durante as aulas, você consegue perceber como diferentes professores abordam o mesmo conteúdo a partir da perspectiva de suas respectivas disciplinas? Pode me dar um exemplo?</p>
Finalizando	<p>Há algo mais que você gostaria de acrescentar sobre o NEM em relação à escola?</p>

## APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA COORDENADOR DO NOVO ENSINO MÉDIO

### Roteiro de entrevista para Coordenador do Novo Ensino Médio

Formação e experiência profissional	Para começarmos a nossa conversa, gostaria que você falasse um pouco sobre sua formação acadêmica e sua trajetória profissional até assumir a Coordenação do NEM.
	Conte-me como tem sido sua experiência como coordenadora do NEM.
Papéis e responsabilidades	Conte-me sobre os papéis que você desempenha na implementação do NEM.
	Quais você acredita serem as responsabilidades dos professores diante do desafio de implementar currículos integrados no Novo Ensino Médio (NEM)?
	Quais devem ser, em sua percepção, as responsabilidades do coordenador do NEM ao enfrentar o desafio de implementar currículos integrados no NEM?
	Quais devem ser, em sua percepção, as responsabilidades do especialista da educação ao enfrentar o desafio de implementar currículos integrados no NEM?
	Quais devem ser, em sua percepção, as responsabilidades do gestor escolar ao enfrentar o desafio de implementar currículos integrados no NEM?
Propostas do NEM	Quais são, na sua avaliação, os pontos fortes e os pontos fracos do Novo Ensino Médio?
	Quais seriam as sugestões mais importantes que você daria para melhorar o NEM, se fosse consultado?
Tempos e espaços	Quais espaços da escola são utilizados para o desenvolvimento das atividades pedagógicas?
	Como você avalia a aceitação dos alunos em relação ao aumento do tempo de permanência na escola?

Integração curricular	Fale-me um pouco sobre o que é integração curricular e qual a importância dela para o desenvolvimento das aulas no NEM?
	Como o coordenador do NEM, o especialista em educação e o gestor escolar podem contribuir para o desenvolvimento da integração curricular?
	Em sua percepção, quais são as principais dificuldades para se efetivar uma proposta de integração curricular na EE Luiz Salgado Lima?
	Como acontece o planejamento dos professores?
	Existem práticas interdisciplinares na escola? Se sim, quais são elas?
	Existem dificuldades no desenvolvimento de práticas interdisciplinares? Se sim, quais são elas? Se não, como a escola promove essas práticas?
	Há o desenvolvimento de projetos educativos na escola? Se sim, qual(is)?
	Existem dificuldades no desenvolvimento de projetos educativos? Se sim, quais são elas? Se não, como a escola implementa essa prática?
Finalizando	Há algo mais que você gostaria de acrescentar sobre o NEM em relação à escola?

## APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA ESPECIALISTA DA EDUCAÇÃO

### Roteiro de entrevista para Especialista da Educação

Formação e experiência profissional	Para começarmos a nossa conversa, gostaria que você falasse um pouco sobre sua formação acadêmica e sua trajetória profissional como especialista da educação na EE Luiz Salgado Lima.
	Conte-me como tem sido sua experiência como especialista da educação na implementação do NEM.
Papéis e responsabilidades	Conte-me sobre os papéis que você desempenha na implementação do NEM, na EE Luiz Salgado Lima.
	Quais devem ser, em sua percepção, as responsabilidades do especialista da educação ao enfrentar o desafio de implementar currículos integrados no NEM?
	Quais devem ser, em sua percepção, as responsabilidades do coordenador do NEM ao enfrentar o desafio de implementar currículos integrados no NEM?
	Quais você acredita serem as responsabilidades dos professores diante do desafio de implementar currículos integrados no Novo Ensino Médio (NEM)?
Propostas do NEM	Quais devem ser, em sua percepção, as responsabilidades do gestor escolar ao enfrentar o desafio de implementar currículos integrados no NEM?
	Quais são, na sua avaliação, os pontos fortes e os pontos fracos do Novo Ensino Médio?
	Quais seriam as sugestões mais importantes que você daria para melhorar o NEM, se fosse consultado?
Tempos e espaços	Quais espaços da escola são utilizados para o desenvolvimento das atividades pedagógicas?
	Como você avalia a aceitação dos alunos em relação ao aumento do tempo de permanência na escola?

Integração curricular	Fale-me um pouco sobre o que é integração curricular e qual a importância dela para o desenvolvimento das aulas no NEM?
	Como o especialista da educação, coordenador do NEM e o gestor escolar podem contribuir para o desenvolvimento da integração curricular?
	Em sua percepção, quais são as principais dificuldades para se efetivar uma proposta de integração curricular na EE Luiz Salgado Lima?
	Como acontece o planejamento dos professores?
	Existem práticas interdisciplinares na escola? Se sim, quais são elas?
	Existem dificuldades no desenvolvimento de práticas interdisciplinares? Se sim, quais são elas? Se não, como a escola promove essas práticas?
	Há o desenvolvimento de projetos educativos na escola? Se sim, qual(is)?
	Existem dificuldades no desenvolvimento de projetos educativos? Se sim, quais são elas? Se não, como a escola implementa essa prática?
Finalizando	Há algo mais que você gostaria de acrescentar sobre o NEM em relação à escola?

## APÊNDICE D – ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA GESTOR DA ESCOLA

### Roteiro de entrevista para Gestor da Escola

Formação e experiência profissional	Para começarmos a nossa conversa, gostaria que você falasse um pouco sobre sua formação acadêmica e sua trajetória profissional até assumir a direção da EE Luiz Salgado Lima.
	Conte-me como tem sido sua experiência na direção da EE Luiz Salgado Lima.
Papéis e responsabilidades	Conte-me sobre os papéis que você desempenha na direção da EE Luiz Salgado Lima.
	Quais devem ser, em sua percepção, as responsabilidades do gestor escolar ao enfrentar o desafio de implementar currículos integrados no NEM?
	Quais devem ser, em sua percepção, as responsabilidades do coordenador do NEM ao enfrentar o desafio de implementar currículos integrados no NEM?
	Quais você acredita serem as responsabilidades dos professores diante do desafio de implementar currículos integrados no Novo Ensino Médio (NEM)?
	Quais devem ser, em sua percepção, as responsabilidades do especialista da educação ao enfrentar o desafio de implementar currículos integrados no NEM?
Propostas do NEM	Quais são, na sua avaliação, os pontos fortes e os pontos fracos do Novo Ensino Médio?
	Quais seriam as sugestões mais importantes que você daria para melhorar o NEM, se fosse consultado?
Tempos e espaços	Quais espaços da escola são utilizados para o desenvolvimento das atividades pedagógicas?
	Como você avalia a aceitação dos alunos em relação ao aumento do tempo de permanência na escola?

Integração curricular	Fale-me um pouco sobre o que é integração curricular e qual a importância dela para o desenvolvimento das aulas no NEM?
	Como o especialista da educação, coordenador do NEM e o gestor escolar podem contribuir para o desenvolvimento da integração curricular?
	Em sua percepção, quais são as principais dificuldades para se efetivar uma proposta de integração curricular na EE Luiz Salgado Lima?
	Como acontece o planejamento dos professores?
	Existem práticas interdisciplinares na escola? Se sim, quais são elas?
	Existem dificuldades no desenvolvimento de práticas interdisciplinares? Se sim, quais são elas? Se não, como a escola promove essas práticas?
	Há o desenvolvimento de projetos educativos na escola? Se sim, qual(is)?
	Existem dificuldades no desenvolvimento de projetos educativos? Se sim, quais são elas? Se não, como a escola implementa essa prática?
Finalizando	Há algo mais que você gostaria de acrescentar sobre o NEM em relação à escola?

## APÊNDICE E – ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA PROFESSORES DO NOVO ENSINO MÉDIO

### Roteiro de entrevista para professores do Novo Ensino Médio

Formação e experiência profissional	Para começarmos a nossa conversa, gostaria que você falasse um pouco sobre sua formação acadêmica e sua trajetória profissional até se tornar professor. Há quanto tempo você concluiu a licenciatura e qual foi sua área de formação? Há quanto tempo você tem atuado como professor? Além disso, há quanto tempo você atua na escola?
	Quais disciplinas você leciona no NEM?
	Você se sentiu preparado para lecionar as disciplinas que lhe foram atribuídas?
	Como você se preparou para essa implementação? Houve algum tipo de formação oferecida para você?
	Conte-me como tem sido sua experiência como professor do NEM.
Papéis e responsabilidades	Conte-me sobre os papéis que você desempenha na implementação do NEM.
	Quais você acredita serem as responsabilidades dos professores diante do desafio de implementar currículos integrados no Novo Ensino Médio (NEM)?
	Quais devem ser, em sua percepção, as responsabilidades do coordenador do NEM ao enfrentar o desafio de implementar currículos integrados no NEM?
	Quais devem ser, em sua percepção, as responsabilidades do especialista da educação ao enfrentar o desafio de implementar currículos integrados no NEM?
	Quais devem ser, em sua percepção, as responsabilidades do gestor escolar ao enfrentar o desafio de implementar currículos integrados no NEM?
Propostas do NEM	Quais são, na sua avaliação, os pontos fortes e os pontos fracos do Novo Ensino Médio?

	Quais seriam as sugestões mais importantes que você daria para melhorar o NEM, se fosse consultado?
Tempos e espaços	Quais espaços da escola são utilizados para o desenvolvimento das atividades pedagógicas?
	Como você avalia a aceitação dos alunos em relação ao aumento do tempo de permanência na escola?
Integração curricular	Fale-me um pouco sobre o que é integração curricular e qual a importância dela para o desenvolvimento das aulas no NEM?
	Como o coordenador do NEM, o especialista em educação e o gestor escolar podem contribuir com os professores para o desenvolvimento da integração curricular?
	Em sua percepção, quais são as principais dificuldades para se efetivar uma proposta de integração curricular na EE Luiz Salgado Lima?
	Como acontece o planejamento de sua disciplina?
	No seu planejamento, há um diálogo entre as disciplinas da mesma área de conhecimento? Se sim, como é realizado? Se não, o que impede que esse diálogo aconteça?
	Existem práticas interdisciplinares na escola? Se sim, quais são elas?
	Existem dificuldades no desenvolvimento de práticas interdisciplinares na escola? Se sim, quais são elas? Se não, como a escola promove essas práticas?
	Há o desenvolvimento de projetos educativos na escola? Se sim, qual(is)?
	Existem dificuldades no desenvolvimento de projetos educativos? Se sim, quais são elas? Se não, como a escola implementa essa prática?
Finalizando	Há algo mais que você gostaria de acrescentar sobre o NEM em relação à escola?